

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

THAYS KAROLLINE DOS SANTOS FIDELIS

**ESTADO DE QUARTO PODER BRASILEIRO: O SUBIMPERIALISMO COMO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

MACEIÓ

2024

THAYS KAROLLINE DOS SANTOS FIDELIS

**ESTADO DE QUARTO PODER BRASILEIRO: O SUBIMPERIALISMO COMO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Alagoas como exigência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, para obtenção do título de doutorado.

Orientador: Artur Bispo dos Santos Neto

Coorientadora: Diana Margarita Favela Gavia

MACEIÓ

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Maria Helena Mendes Lessa – CRB-4 – 1616

F451t Fidelis, Thays Karolline dos Santos.
Estado de quarto poder brasileiro : o subimperialismo como projeto de desenvolvimento nacional / Thays Karolline dos Santos Fidelis. – 2024.
166 f. : il.

Orientador: Artur Bispo Santos Neto.
Coordenadora: Diana Margarita Favela Gávia
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 163-166.

1. Subimperialismo. 2. Estado de direito. 3. Regime militar. 4. Ditadura civil-militar: Brasil. 5. Redemocratização. 6. Indústria bélica. I. Título.

CDU: 364:321(81)

AGRADECIMENTOS

No livro *O Pequeno Príncipe* tem a seguinte fala:

- A lagarta disse que ia voar. Todos riram dela, menos as borboletas.
- Caminhe com quem acredita em você!

Inspirada nesse trecho, dedico essa seção de agradecimentos a todas as pessoas que caminharam comigo, fisicamente perto ou longe. Àquelas pessoas que acreditaram, incentivaram, apoiaram, torceram e sonharam junto comigo os meus sonhos, dos mais bobos aos mais difíceis.

À minha família nuclear que tanto torceu pela minha volta à Maceió, pelo meu retorno à UFAL, pela minha felicidade no retorno à pós-graduação e que mesmo com o coração apertado me apoiou e participou à distância do doutorado sanduíche no México. Que permaneceu ao meu lado mesmo quando eu ainda estava tateando os próximos passos.

Ao meu companheiro de vida Tassius que desde a graduação sonha e sofre comigo nesse árduo caminho da vida acadêmica que temos caminhado juntos com todo o amor, cuidado, respeito e companheirismo que temos um ao outro. Agradeço-o pela paciência mesmo nos momentos de esgotamento; pelo papel de “coaching” nos momentos de desespero e por me levar à UNICAMP para finalizar a escrita da tese sob o cartaz de Lenin que dizia “O dever é estudar”; pelo abraço sempre disponível para recarregar minhas energias, para acolher minhas angústias e/ou para me refugiar durante as crises de ansiedade; por seu meu ouvinte não-passivo sobre a estrutura e conteúdo da tese; e, ao mesmo tempo, por abrir mão em alguns momentos das férias e finais de semana e por, em outros momentos, me proporcionar momentos de abstração total da tese. Enfim, agradeço-o pela sua presença em minha vida.

À minha família estendida Dilma, Leila e Neila que acompanham os sofrimentos e alegrias desse percurso, sempre na torcida.

Ao meu sobrinho Gabriel e às minhas três sobrinhas Marias que me resgatam à leveza e à pureza das relações e me enchem de amor e carinho.

Ao meu grande amigo Adriano Nascimento por todas as horas laborais, alcoólicas, alimentares e sonhadoras e por todo apoio a minha vida acadêmica desde a graduação.

Às pessoas amigas que carinhosamente acompanharam minhas incertezas, sofrimentos, descobertas e alegrias em especial Camila Rocha, Denilza Florentino e Karla Trindade.

Às pessoas queridas que por uma amável casualidade conheci, trabalhei e me diverti no México, em especial a Georgette Kuri, Ayélen Branca, Kátia Marro, Raquel Padua, Daniele Correa e Ricardo Afonso (Rick).

À minha terapeuta Larissa que foi imprescindível nessa etapa da vida.

Às pessoas da minha pequena turma de doutorado pelos debates em sala de aula e pelos momentos extraclasse de estudo e diversão.

Ao meu orientador Artur Bispo e às pessoas do nosso sub-grupo de pesquisa (do Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social) pelos profícuos momentos de leituras, discussões e eventos, em especial Felipe Barros, Franqueline Terto, Everton Melo, Lorraine Marie e Renalvo Cavalcante.

À minha supervisora do doutorado sanduíche na UNAM, Margarita Diana Favela Gávea pelas “terapias acadêmicas” que foram essenciais para a delimitação do meu problema de investigação e pelas leituras atentas ao material produzido.

Ao Adrián Sotelo que se disponibilizou ao diálogo sobre minha pesquisa ainda no México e que seguiu contribuindo para a presente tese com sugestões de leitura, de problematizações e nas bancas de qualificação e de defesa.

Às pessoas que compõem o Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente desde a velha-guarda Gabriel Magalhães, Humberto Filho, Clarissa Tenório, Elaine Nunes, Ana Moura, Alice Mortimer, Rafael Arley e Antônio Ugá; até a nova geração com Fabiana Rechembach, Mariangel Sánchez, Mariana Cândido, Emanuela Caciatori e José Querino. Todas são pessoas extremamente queridas e maravilhosas parcerias de trabalho.

À CAPES, que mesmo tardiamente, ofertou bolsa de doutorado para uma dedicação exclusiva na etapa final do processo de doutoramento.

“A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”

(Ruy Mauro Marini)

“A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada”.

(Friedrich Engels)

“Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática”

(Vladimir Lenin)

“80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo

Quem disparou usava farda (Mais uma vez)

Quem te acusou nem lá num tava (Banda de espírito de porco)

Porque um corpo preto morto é tipo os hit das parada:

Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada”

(Emicida)

RESUMO

Na presente tese investiga-se o Estado de quarto poder brasileiro, relacionando a sua existência ao projeto de desenvolvimento subimperialista do Brasil. O método utilizado foi o materialista-histórico-dialético, através de leituras imanentes de obras clássicas e contemporâneas e análises documentais. Explora-se as semelhanças e diferenças do padrão de reprodução e acumulação do capital nos países imperialistas e nos países dependentes e, dada a relação de co-determinação entre capital e Estado, observa-se as semelhanças e diferenças no âmbito superestrutural estatal. Dadas tais diferenças, chega-se à conformação do Estado dependente brasileiro que, devido à formação sócio-histórica do Brasil, dispôs de condições para a construção de um projeto de desenvolvimento durante a ditadura civil-militar (denominado Brasil Potência) e para a manutenção dele após a redemocratização. Tal projeto é representado pelo binômio segurança-desenvolvimento e demonstra-se que, no Brasil, a primeira parte do binômio vem sendo executada pelas forças armadas. Desse modo, conclui-se que o papel tutelar desempenhado pelas forças armadas brasileiras é necessário e funcional ao projeto de desenvolvimento subimperialista brasileiro, econômica e politicamente. A demonstração da relação umbilical entre a presença e papel das forças armadas no Estado brasileiro e as necessidades de reprodução e acumulação do capital apresentadas nessa tese contraria os trabalhos que, ao negligenciar a relação de co-determinação entre capital e Estado, relacionam o caráter autoritário das forças armadas à possibilidade de imposição das suas demandas ao Estado – independente delas possuírem relação com as demandas do capital.

Palavras-chaves: Estado de quarto poder brasileiro; Subimperialismo brasileiro; Violência; Militarização; Indústria bélica.

RESUMEN

En esta tesis, se investiga el Estado brasileño del cuarto poder, relacionando su existencia con el proyecto de desarrollo subimperialista en Brasil. El método utilizado fue el materialista-histórico-dialéctico, a través de lecturas inmanentes de obras clásicas y contemporáneas y de análisis documentales. Platease las semejanzas y diferencias en el patrón de reproducción y acumulación de capital en los países imperialistas y en los países dependientes y, dada la relación de codeterminación entre el capital y el Estado, se observan las similitudes y diferencias en la esfera superestructural estatal. Por estas diferencias, llegase a la conformación del Estado dependiente brasileño que, debido a la formación sociohistórica de Brasil, tuvo condiciones para la construcción de un proyecto de desarrollo durante la dictadura cívico-militar (llamado Brasil Potencia) y para el mantenimiento del mismo después de la redemocratización. Este proyecto está representado por el binomio seguridad-desarrollo y queda demostrado que, en Brasil, la primera parte del binomio ha sido realizada por las fuerzas armadas. Así, se concluye que el papel tutelar desempeñado por las fuerzas armadas brasileñas es necesario y funcional al proyecto de desarrollo subimperialista brasileño, económica y políticamente. La demostración de la relación umbilical entre la presencia y el papel de las fuerzas armadas en el Estado brasileño y las necesidades de reproducción y acumulación de capital presentadas en esta tesis contradice los trabajos que, al descuidar la relación de codeterminación entre el capital y el Estado, relacionan el carácter autoritario de las fuerzas armadas con la posibilidad de ellas imponer sus demandas al Estado – independientemente de que estén relacionados con las demandas del capital.

Palabras-claves: Estado del cuarto poder brasileño; Subimperialismo brasileño; Violencia; Militarización; Industria bélica.

ABSTRACT

In this thesis, the Brazilian fourth power state is investigated, associating its existence to the project of sub-imperialist development in Brazil. The method used was the materialist-historical-dialectical, by immanent readings of classical and contemporary works and documentary analyses. It explores the similarities and differences in the pattern of reproduction and accumulation of capital in the imperialist countries and in the dependent countries and, given the relationship of co-determination between capital and the state, the similarities and differences in the state superstructural sphere are observed. Given these differences, we arrive at the conformation of the Brazilian dependent State which, due to the socio-historical formation of Brazil, had conditions for the construction of a development project during the civil-military dictatorship (called Brazil Power) and for the maintenance of it after the redemocratization. This project is represented by the security-development binomial, and it is demonstrated that, in Brazil, the first part of the binomial has been carried out by the armed forces. Thus, it is concluded that the tutelary role played by the Brazilian armed forces is necessary and functional to the project of Brazilian sub-imperialist development, economically and politically. The demonstration of the umbilical relationship between the presence and role of the armed forces in the Brazilian State and the needs of reproduction and accumulation of capital presented in this thesis contradicts the papers that, by neglecting the relationship of co-determination between capital and the State, relate the authoritarian character of the armed forces to the possibility of imposing their demands on the State – regardless of whether they are related to the demands of capital.

Keywords: Brazilian fourth estate state; Brazilian sub-imperialism; Violence; Militarization; Arms industry.

LISTA DE SIGLAS

AMAN - Academia Militar da Agulhas Negras
APOP - Agente Perturbador da Ordem Pública
BID - Base Industrial de Defesa
BIRF - Banco Internacional de Reconstrução e Fomento
BM - Banco Mundial
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CASNAV - Centro de Análises de Sistemas Navais
CEE - Comunidade Econômica Europeia
CF - Constituição Federal
CHM - Centro de Hidrografia da Marinha
CML - Comando Militar do Leste
COMAER - Comando da Aeronáutica
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTecCFN - Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais
CTMSP - Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
DCT - Departamento de Ciência e Tecnologia
DGDNTM - Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha
EGN - Escola de Guerra Naval
END - Estratégia Nacional de Defesa
EUA - Estados Unidos da América
FMI - Fundo Monetário Internacional
GAIT - Acordo Geral sobre Impostos e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade)
GLO - Garantia da Lei e da Ordem
HNMD - Hospital Naval Marcílio Dias
ICT - Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação
IEAPM - Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira
IME - Instituto Militar de Engenharia
IPB - Instituto de Pesquisas Biomédicas
IPqM - Instituto de Pesquisas da Marinha
ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LBDN - Livro Branco de Defesa Nacional
LFM - Laboratório Farmacêutico da Marinha

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MPM - Ministério Público Militar

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PND - Política Nacional de Defesa

PNSPC - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PT - Partido dos Trabalhadores

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SESGE - Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos

TMD - Teoria Marxista da Dependência

UPP – Unidade(s) de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
SEÇÃO 1 – O CAPITALISMO DEPENDENTE	14
1.1. A reprodução do capital: a forma “pura”	14
1.2. A reprodução do capital em países de capitalismo dependente.....	23
1.3. A dialética entre o interno e o externo.....	35
SEÇÃO 2 – O ESTADO DEPENDENTE	45
2.1. O Estado analisado a partir dos clássicos do marxismo	45
2.2. O Estado a partir dos clássicos da Teoria Marxista da Dependência	54
2.2.1. Vânia Bambirra: burguesia dominante-dominada, autonomia relativa e hegemonia comprometida do Estado	56
2.2.2. Ruy Mauro Marini: burguesia débil, cooperação antagônica e Estado forte.....	62
SEÇÃO 3 – SUBIMPERIALISMO: UMA CATEGORIA NECESSÁRIA PARA O DEBATE SOBRE O ESTADO DE QUARTO PODER BRASILEIRO	74
3.1. Apontamentos prévios: conjuntura de construção do subimperialismo brasileiro	74
3.2. Geopolítica latino-americana e o subimperialismo	85
SEÇÃO 4 – A <i>GARANTIA DA LEI E DA ORDEM</i>: INSTRUMENTO SUBIMPERIALISTA BRASILEIRO	95
4.1. A legitimação das Forças Armadas após a redemocratização	96
4.2. Operações de Garantia da Lei e da Ordem: realização dos textos legais	113
SEÇÃO 5 – VIOLÊNCIA E ACUMULAÇÃO: FACES DA MESMA MOEDA SUBIMPERIALISTA BRASILEIRA	124
5.1. Violência e acumulação capitalista.....	124
5.2. Militarismo, armamentismo e acumulação.....	133
5.3. Neoimperialismo, subimperialismo e Estado de quarto poder	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	155

INTRODUÇÃO

O serviço social brasileiro desde o seu surgimento e, principalmente, a partir dos anos 1980 realiza a análise da realidade social desde o marxismo, buscando entender as relações sociais capitalistas em sua essência para intervir de modo qualitativo nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Desde então foram realizadas pesquisas sobre os múltiplos aspectos da vida social sendo sistematizadas nas legislações, normatizações e textos orientadores da categoria profissional.

Trazer o serviço social aqui não é apenas necessidade para uma localização da presente tese dentro de um programa de pós-graduação em serviço social, mas principalmente para localizar a vertente teórica e o caminho percorrido no processo investigativo. Estudar sobre o Estado no serviço social brasileiro é, dentre outras coisas, buscar entender a *esquizofrenia* da profissão que tem um projeto ético-político profissional de intenção de ruptura com as relações sociais capitalistas ao passo que se insere majoritariamente dentro dos aparatos estatais para sua atuação profissional.

As tentativas de entender essa *esquizofrenia* fazem parte de toda a vida acadêmica da assistente social pesquisadora que construiu a presente tese: tentou entender a diferença das propostas contratualistas e marxistas de Estado na graduação; investigou e comparou o caráter ideológico das políticas sociais nos regimes de acumulação fordista-keynesiano e flexível no mestrado; e buscou entender a permanente presença das forças armadas no Estado brasileiro no doutorado.

A escolha de um objeto de pesquisa pode parecer difícil, principalmente nas ciências sociais, por termos uma infinidade de aspectos que suscitam incômodo a um/a pesquisador/a. No entanto, tem sempre aquele tema/assunto que faz o sangue ferver e gera uma inquietação por resposta que praticamente obriga o/a pesquisador/a a investigar. E assim foi a escolha do objeto da presente tese, uma questão que se apresenta a partir da constatação de que desde a proclamação de independência do Brasil tivemos a presença, com maior ou menor intensidade, das forças armadas no Estado.

Aa sucessivas aproximações com a temática do Estado levou a um aprofundamento sobre a sua relação umbilical com o capital e desdobrou vários aspectos dessa relação, resultando sempre no caráter classista do Estado e da sua função primordial para manutenção das relações sociais capitalistas. Buscar entender a presença das forças armadas é mais uma aproximação que buscou desnudar um possível caráter autoritário intrínseco ao Estado,

examinando se o monopólio da violência que ele possui imprimia nele imediatamente um autoritarismo e se era isso o que determinava sua particular presença no Estado brasileiro.

Para isso, os questionamentos iniciais foram: o monopólio da violência imprime um caráter autoritário ao Estado burguês em geral? Por que as forças armadas aparentam ser mais necessárias ao Estado brasileiro que aos demais? Por que, mesmo depois da ditadura civil-militar, as forças armadas seguem com poder dentro da estrutura estatal brasileira?

As hipóteses iniciais se baseavam no debate sobre o autoritarismo na periferia do capitalismo, então o início do processo de investigação foi buscar entender a relação entre capital e Estado, em seu nível mais abstrato para, a partir daí, iniciar o processo de enriquecer de particularidades essa relação.

Partindo do entendimento de que há uma *relação dialética de co-determinação entre capital e Estado* no qual esse último deve garantir a reprodução ampliada do primeiro, buscamos entender na primeira seção como a reprodução do capital acontece na particularidade brasileira – comparando-a a *reprodução-padrão* do capital que acontece nos países imperialistas, num sentido semelhante ao de Marx quando ele aponta que “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) propiciou o entendimento sobre a reprodução do capital nos países dependentes (como o Brasil) como um processo de subordinação econômica, política e cultural que condiciona o desenvolvimento interno às demandas determinadas externamente – respeitando a dialética entre essas determinações externas e as determinações próprias de cada formação social. Entender as semelhanças e diferenças entre os padrões de reprodução e acumulação de capital no centro e na periferia do sistema sociometabólico do capital foi essencial para perceber que a forma como o Estado se constitui também deveria apresentar tais semelhanças e assimetrias.

Assim, após a análise de como se dão os processos de reprodução e acumulação de capital nos países dependentes se tornou possível avançar na segunda seção na análise da particularidade do Estado em países com essa característica dependente, entendendo que os processos de dominação e subordinação são garantidos, em grande medida, pelo Estado e que os projetos de desenvolvimento de cada formação social são encabeçados por essa superestrutura.

Dentro do debate sobre o Estado dependente buscamos, desde já, adentrar na particularidade brasileira, buscando examinar como se deu a construção do sistema de dominação nessa formação social, afinal, nosso interesse é entender o papel das forças armadas nessa superestrutura. A análise das particularidades da reprodução e acumulação do capital em

países dependentes, bem como da construção do sistema de dominação e do Estado que lhes são compatíveis, nos levou ao debate de uma categoria que (respeitando a dialética entre o interno e o externo) propõe a análise da relação entre capital e Estado em formações sociais dependentes que (por terem alcançado um certo grau de concentração e centralização de capitais) buscam expandir seu território de dominação e subordinação em regiões com menor grau de desenvolvimento das forças produtivas.

A categoria supracitada é o *subimperialismo*. Assim como no imperialismo, a incessante necessidade de expansão do capital exige que as economias com maior capacidade produtiva realizem um processo de inserção de economias com menor capacidade produtiva no capitalismo mundial. Na terceira seção realizamos alguns apontamentos sobre a conjuntura de construção do subimperialismo brasileiro e demonstramos, a partir da geopolítica latino-americana, as características econômicas e políticas do subimperialismo que concebem um projeto nacional de desenvolvimento.

É importante destacar que essa categoria não aparece aleatoriamente, ela é a chave para entender a presença das forças armadas no Estado brasileiro como um *quarto poder* (além dos tradicionais poderes do Estado burguês, Executivo, Legislativo e Judiciário). O é na medida em que o *projeto nacional de desenvolvimento* estabelece o *binômio segurança-desenvolvimento* no subimperialismo brasileiro: é necessário garantir a segurança a partir da institucionalização da contrainsurgência para que se alcance o desenvolvimento – apesar deste ser interno, ambos podem e, por vezes, devem se expandir a outros territórios na busca de dominação e subordinação de outras formações sociais, seja para salvaguardar sua posição “superior” aos demais (econômica, política e militarmente), seja para garantir um *status quo* que lhe garanta a presença nos espaços de decisão internacionais.

O projeto nacional de desenvolvimento do período ditatorial que ficou conhecido como *Brasil Potência* passa por uma sofisticação com a redemocratização. As forças armadas, que encabeçaram esse projeto durante os 21 anos da ditadura civil-militar, perdem a centralidade na execução do projeto, mas ganham um lugar cativo na Constituição Federal de 1988 para seguir cumprindo suas funções – ajustadas ao novo padrão de acumulação flexível-neoliberal e dentro de um espectro democrático-burguês.

Na quarta seção realizamos o esforço de aterrizar os conceitos de subimperialismo e de Estado de quarto poder através dos documentos oficiais e exemplos econômicos e políticos. Nesse sentido, trazemos parte do texto constitucional que diz respeito as forças armadas e as funções de segurança e defesa, bem como a Política Nacional de Defesa (PND) construída no ano de 2005 e a sua última atualização em 2020 (conjuntamente à Estratégia de Defesa Nacional

– END). O objetivo no resgate desses documentos é verificar como se dá o respaldo legal das ações das forças armadas, buscando entender qual a necessidade dessas ações para o Estado brasileiro.

Além disso, trazemos relatos sobre como essas legislações se apresentaram na realidade brasileira e haitiana a partir das operações de *Garantia da Lei e da Ordem* (GLO) para demonstrar como o subimperialismo brasileiro, através das forças armadas, busca garantir a primeira parte do binômio segurança-desenvolvimento dentro e fora do Brasil. A GLO possibilita a atuação das forças armadas para além do campo estritamente militar.

Por fim, realizamos uma análise na quinta seção de como a violência, o militarismo e o armamentismo fazem parte dos processos de reprodução e acumulação do capital no Brasil. Esse tripé, que advém inicialmente apenas do monopólio da violência pelo Estado, resulta num protagonismo das forças armadas dentro do Estado burguês brasileiro que acaba por criar um campo para criação e realização de mais-valia por um lado e de fomento da posição protagonista do país na região latino-americana. Apresentamos, também, como as características do neoimperialismo corroboram para a manutenção do projeto de desenvolvimento subimperialista brasileiro hodiernamente.

Desse modo, o Estado de quarto poder brasileiro não se estabelece aleatoriamente. Ele aparece como uma necessidade de reprodução e acumulação do capital dependente brasileiro, com seu caráter subimperialista. É este caráter que vai guiar o Estado dependente a partir da sua relação de co-determinação. Assim, o Estado dependente brasileiro busca por meios econômicos e políticos integrar as diversas formações sociais com menor capacidade produtiva, processo que o possibilitaria sair do nível de país emergente para o cume da pirâmide junto aos países imperialistas.

Pretendemos com essa tese contribuir para as discussões sobre o Estado dependente e, em especial, o Estado brasileiro, desde sua vinculação umbilical com o capital. Defendemos que não é possível realizar uma análise do real sem o estabelecimento de diversas mediações. Desse modo, o processo de investigação aqui apresentado foi um processo que buscou, através de diversas mediações, entender como e por que as forças armadas possuem uma espécie de quarto poder no Estado brasileiro. A conclusão nos parece explícita: a sobredeterminação das exigências de reprodução e acumulação do capital na particularidade brasileira direciona o Estado brasileiro a essa configuração de institucionalização da contrainsurgência.

Apesar do relativo tempo desde que Ruy Mauro Marini cunhou o termo *Estado de quarto poder*, ainda na década de 1980, as investigações sobre ele acabaram tendo o mesmo abandono que a própria TMD que foi retomada com força já nos anos 2000. Quando houve esse

resgate da TMD os conceitos e categorias mais centrais à vertente teórica como superexploração, quebra do ciclo do capital e insuficiência do mercado interno (os três pilares da dependência segundo Marini) tomaram centralidade nos estudos.

Estudar Estado a partir da TMD vem sendo um esforço devido à pouca sistematização e à dispersão sobre o tema nas obras dos três fundadores da TMD, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. No entanto, uma série de estudiosos vem desenvolvendo pesquisas sobre a temática, voltando-se sempre a esses clássicos para uma análise da realidade. As pesquisas sobre o Estado de quarto poder, diferente do senso comum que o entende como a mídia, passaram a ganhar certa notoriedade quando houve uma recessão dos governos progressistas na América Latina e um processo de direitização do mundo em geral. Alertamos que não há necessariamente uma vinculação com as proposições de Marini e, por vezes, o ecletismo acaba mesclando-o ao debate sobre um atual fascismo.

Realizamos análises sobre o debate realizado na América Latina nos anos 1970 sobre uma forma particular de fascismo na região e as atuais produções acadêmicas sobre tal temática, que, no geral, relacionam o monopólio e o uso da violência como um forte indício da instauração de regimes, governos ou Estados fascistas. Na contramão dessas produções, principalmente pela discordância de uma ligação tão imediata entre violência e fascismo, seguimos buscando identificar as raízes dessa violência, o que nos leva à violência enquanto potência econômica.

Reconhecer a violência enquanto potência econômica nos levou ao caminho de investigação desenvolvido nessa tese, no qual a conformação do Estado de quarto poder no Brasil se apresenta como uma estratégia do subimperialismo brasileiro e do seu projeto de desenvolvimento próprio que requer, dentre outras coisas, a presença das forças armadas.

A linha argumentativa aqui exposta, bem como as conclusões que pontuamos visam subsidiar não apenas análises acadêmicas sobre a relação entre capital e Estado, visa principalmente contribuir para o debate dentro dos diversos espaços organizativos da classe trabalhadora na escolha de estratégias e táticas na luta revolucionária latino-americana.

SEÇÃO 1 – O CAPITALISMO DEPENDENTE

Estudar a reprodução do capital é essencial para entender como as relações socioeconômicas foram sendo historicamente construídas. Entendemos que essas relações acontecem de maneira diferente nos países que estão no centro do capitalismo e nos países da periferia – que chamaremos de países dependentes devido ao nosso diálogo com a Teoria Marxista da Dependência.

O desenvolvimento dessas relações não acontece, no entanto, sem uma ligação entre os países centrais e os periféricos, em que estes últimos têm uma relação de subordinação que condiciona seu desenvolvimento e estruturas internas às demandas e determinações dos países de capitalismo central. Vejamos como a reprodução do capital acontece nos países de capitalismo central e dependente, entendendo os processos particulares que acontecem nesses últimos para entendermos (na seção seguinte) como isso determina sua estrutura política.

1.1. A reprodução do capital: a forma “pura”

Para entendermos a reprodução do capital é necessário retomar o ciclo de produção dele em que o dinheiro é convertido, através do processo de produção de mercadorias, em capital. Esse ciclo acontece em todos os países capitalistas, porém Marx analisa em *O capital*¹ como esse ciclo acontece de forma “pura”, sem levar em conta as particularidades dos países. Na subseção seguinte enriqueceremos essa análise com as particularidades dos países dependentes. Vejamos então a reprodução do capital na forma “pura”.

Iniciemos pela diferenciação entre duas formas de circulação de mercadorias para localizarmos o objetivo de cada uma e lograr distinguir processos capitalistas e não capitalistas. A forma direta da circulação de mercadorias é, segundo Marx, $M - D - M$ no qual o objetivo do processo é *vender* mercadorias para poder *comprar* mercadorias. Já a segunda forma apresentada pelo autor (a forma diferenciada), $D - M - D$ tem como objetivo *comprar* mercadoria para *vender* mercadorias – nesse segundo processo o dinheiro se transforma em capital e essa transformação acontece a partir do momento que se define o objetivo do ciclo/processo, ou seja, antes mesmo de iniciar o ciclo/processo esse dinheiro já era capital.

¹ Em toda essa seção utilizamos a versão da Nova Cultural publicada em 1985.

Vejamos separadamente as fases desse ciclo/processo: na primeira fase (D – M), o dinheiro é transformado em mercadoria, temos uma compra; na segunda fase (M – D), a mercadoria é transformada em dinheiro, temos uma venda. Se apagarmos todo o processo e observarmos apenas seu início e fim teremos a troca de dinheiro por dinheiro (D – D), não fazendo sentido permutar a mesma quantidade de dinheiro inicial e final. Vejamos então por que a forma diferenciada segue acontecendo.

Observando que tanto o ciclo direto quanto o diferenciado têm dois processos iguais M – D e D – M, nos quais mercadoria e dinheiro se defrontam através de duas pessoas que se transformam em vendedor e comprador, é importante atentar a algumas diferenças entre os ciclos.

A primeira diferença é que a circulação simples se inicia com a venda e termina com a compra, tendo a mercadoria como ponto de partida e de chegada e o dinheiro como mediador do transcurso global; enquanto na circulação diferenciada (aquela em que o dinheiro é capital) a circulação é iniciada com a compra e termina com a venda, tendo o dinheiro como ponto de partida e de chegada e a mercadoria como mediadora do transcurso global.

A segunda diferença é que quando o ciclo M – D – M é finalizado o dinheiro foi transformado em mercadoria que servirá apenas como *valor de uso*, sendo, portanto, gasto. De maneira diferente, quando o ciclo D – M – D é finalizado o dinheiro foi transformado em capital cujo objetivo é o resgate do dinheiro adiantado.

A terceira diferença se refere ao movimento da peça monetária: enquanto em M – D – M o *vendedor* recebe o dinheiro e repassa-o adiante a outro *vendedor*, em D – M – D o *comprador* recebe a mercadoria do vendedor e a vende nas mãos de outro *comprador*. Assim, o primeiro ciclo só finaliza com a compra de outra mercadoria e o segundo ciclo só finaliza com o refluxo/retorno do dinheiro/capital. Ou seja, ambos os ciclos finalizam quando seu objetivo final é alcançado: no primeiro é o *valor de uso* e no segundo é o *valor de troca*.

Apesar da diferença entre *valor de uso* e *valor de troca* parecer apenas uma questão de nomenclatura, no ciclo M – D – M *valores de uso* qualitativamente diferentes são trocados por outros que tenham a mesma grandeza de valor – por exemplo trocar uma blusa por um par de sapatos que tenham grandeza de valor equivalentes; já no ciclo D – M – D o dinheiro², enquanto representante de mercadorias genéricas, enquanto representante do *valor de troca*, tem uma mudança quantitativa, ou seja, *valores de troca* quantitativamente diferentes são trocados. Faria sentido trocar R\$ 100,00 por R\$ 100,00?

² Segundo Marx, “o dinheiro é a figura metamorfoseada das mercadorias, em que seus valores de uso específicos estão apagados” (1985, p. 128).

O que acontece, na verdade, é a retirada de mais dinheiro da circulação do que o que foi inserido nele inicialmente, através do que Marx chamará de *mais-valia*. Assim, o esquema é transformado para $D - M - D'$, sendo $D' = D + \textit{mais-valia}$. O movimento que mantém D na circulação e o valoriza (ou seja, que gera esse incremento chamado *mais-valia*) transforma-o em capital.

É possível observar uma diferença também quantitativa em $M - D - M$ quando uma das mercadorias (do início ou final do ciclo) for trocada acima ou abaixo do seu valor, porém segundo Marx isso é puramente *casual* e não altera o objetivo final do processo que é o consumo. Daí torna-se perceptível a diferença com o outro processo que *sempre* terá diferença quantitativa entre o dinheiro inserido inicialmente e o dinheiro retirado ao final, desvendando que o objetivo final desse segundo ciclo/processo é a *valorização do valor*.

A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável (Marx, 1985, p. 129).

Na nota de rodapé número 6, da página 129, Marx afirma que a Economia (burguesa) intenciona a multiplicação do dinheiro, analisando e dando suporte à insaciabilidade do capital de *valorização do valor*. Essa insaciabilidade é garantida através do portador do dinheiro, o capitalista, que funciona como capital personificado dotado de vontade e consciência cujo objetivo último é o *incessante movimento do ganho* – não é o lucro isolado nem tampouco valores de uso.

Desse modo, Marx atenta para a diferença entre o simples entesourador (que ele chama de capitalista demente) para o capitalista (que ele chama de capitalista racional), pois “a multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação” (Marx, 1985, p. 130). Então é o *incessante movimento do ganho* que será o motor do capitalista e do capitalismo.

Caminhando no sentido de explicar o processo de valorização do valor, Marx esclarece que no ciclo $D - M - D$ tanto o dinheiro como a mercadoria existem apenas como modos diferentes do valor, sendo “o dinheiro seu modo geral, a mercadoria seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência” (Marx, 1985, p. 130). Assim, nesse movimento

de mudar sua forma é que o dinheiro obtém a mais-valia, ou seja, essa mudança do dinheiro em mercadoria e de mercadoria em dinheiro é movimento próprio do capital, o movimento de autovalorização do capital, pois “sem assumir a forma mercadoria, o dinheiro não se torna capital” (1985, p. 130).

A circulação cumpre, assim, um papel essencial nesse processo de autovalorização do capital, pois a esfera da circulação além de revelar o dinheiro como capital, revela a contradição das leis sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da circulação. Essas contradições nos levam ao questionamento sobre o momento exato em que ocorre a autovalorização do capital, o que nos leva à determinação do valor das mercadorias.

Marx constata que o valor das mercadorias é determinado antes delas entrarem em circulação, sendo determinado a partir do *quantum de trabalho objetivado* na mercadoria. Esse quantum está representado, na circulação, pelo preço das mercadorias. Se abstrairmos as particularidades da produção, o que acontece na circulação é a troca de grandezas de valor equivalentes, ou seja, a substituição de um valor de uso por outro valor de uso equivalente.

Mesmo levando em consideração as variações de preços das mercadorias de modo casual, Marx entende que essas variações de preço das mercadorias tanto no processo de venda como de compra tendem a equalizar e chega à conclusão de que a “formação de mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por os compradores as comprarem abaixo do seu valor” (Marx, 1985, p. 135), retirando da esfera da circulação a criação da mais-valia e expondo a contradição da fórmula geral que propõe a criação da mais-valia na esfera da circulação. Em suas palavras, “pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não-equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia. A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor” (Marx, 1985, p. 136), sendo, portanto, a circulação apenas uma parte do processo em que a mais-valia já criada é realizada.

Sendo a esfera da circulação composta pela soma de todas as relações mercantis, não se restringindo à troca de mercadorias, a formação da mais-valia (ou seja, a transformação do dinheiro em capital) origina-se e não se origina na circulação: as relações mercantis são de compra e venda de mercadorias, relações entre possuidores de mercadorias e possuidores de dinheiro, relações de produtores e de compradores; porém essas relações escondem, num primeiro olhar, a etapa da produção de mercadorias e é nessa etapa que o possuidor de mercadorias

pode aumentar o valor de uma mercadoria, acrescentando, mediante novo trabalho, novo valor ao valor preexistente, por exemplo, ao fazer de couro, botas. O mesmo material tem agora mais valor do que o couro, mas o valor do couro permanece o que era. Ele não se valorizou, não acrescentou uma mais-valia durante a fabricação da bota. É, portanto, impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera de circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, valorize valor e, daí, transforme dinheiro ou mercadoria em capital (Marx, 1985, p. 138)

Então mesmo sendo no processo de produção de mercadorias que aconteça o acréscimo de valor ao valor preexistente, o dinheiro só é transformado em capital à medida que essa nova mercadoria (que tem um acréscimo de valor) é vendida na circulação e esse acréscimo de valor que a mercadoria contém se transforma, novamente, em dinheiro – sendo que nesse momento o dinheiro terá uma grandeza superior ao dinheiro investido inicialmente.

Assim, a confusão da fórmula geral é resolvida: as relações de compra e venda contidas em $D - M - D'$ são capazes de transformar dinheiro em capital, tendo o processo de produção de mercadorias uma importância particular na *criação de mais-valia* e o processo de venda dessa mercadoria (que possui acréscimo de valor) uma importância particular na *transformação da mais-valia em dinheiro acrescido* – esclarecendo que o momento exato de *criação* da mais-valia está fora da circulação.

Se o dinheiro apenas compra uma mercadoria ($D - M$), ele apenas realiza o processo de valorização anterior e se essa mercadoria permanece enquanto tal, não tem como valorizar-se. Se a mercadoria é apenas vendida ($M - D$) ela apenas transforma novamente a mesma grandeza em dinheiro. Portanto, a modificação deve ocorrer a partir do consumo da mercadoria comprada no primeiro processo, ou seja, a utilização do valor de uso da mercadoria.

Então é o consumo do valor de uso de uma mercadoria que cria mais valor, porém não é um consumo qualquer que tem um fim em si mesmo, é o consumo de uma *mercadoria peculiar* que ao ser consumida cria valor e essa mercadoria peculiar é a *capacidade de trabalho ou a força de trabalho*, sendo ela “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (Marx, 1985, p. 139).

Apesar da força de trabalho ser uma *mercadoria peculiar*, o possuidor dessa mercadoria se confronta no mercado com o possuidor de dinheiro como possuidores de mercadorias iguais, diferenciando-se apenas por um ser vendedor e o outro comprador, sendo iguais e livres juridicamente. Assim sendo, o vendedor da força de trabalho só pode vender sua força de

trabalho por determinado tempo, senão abandonaria sua condição de livre e se tornaria um escravo, seria transformado de possuidor de mercadorias para uma mercadoria.

Além dessa condição essencial é necessário que o possuidor da força de trabalho esteja no mercado vendendo sua força de trabalho e não outra mercadoria produzida por ele, ou seja, para que o possuidor de dinheiro encontre força de trabalho disponível é necessário que a única mercadoria disponível para a venda do possuidor dessa *mercadoria peculiar* seja a sua capacidade de trabalho. E como isso é possível? Por que alguém iria preferir vender sua força de trabalho ao invés de vender as mercadorias que produziu? É possível porque para produzir o possuidor da força de trabalho necessitaria possuir meios de produção e meios de subsistência para manter-se durante o processo de produção e de venda para que se transforme em possuidor de dinheiro. A preferência é, portanto, de manter-se vivo já que não possui nem meios de produção nem meios de subsistência que garantam a manutenção da vida durante os processos de produção e venda.

O possuidor de dinheiro precisa, então, de duas condições para transformar seu dinheiro em capital: encontrar trabalhadores livres com força de trabalho disponível e encontrar trabalhadores livres que tenham como único recurso à sobrevivência a venda da sua força de trabalho³. Assim, no mercado de trabalho, uma divisão específica do mercado de mercadorias, confrontam-se possuidores de dinheiro e possuidores de força de trabalho.

Assim como todas as mercadorias, a *mercadoria peculiar força de trabalho* tem um valor e assim como todas as demais mercadorias o valor da força de trabalho

é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição de um indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessário à manutenção do seu possuidor. A força de trabalho só se realiza, no entanto, mediante sua exteriorização, ela só se aciona no trabalho. Por meio de sua ativação, o trabalho, é gasto, porém, determinado quantum de músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser repostos. Esse gasto acrescido condiciona uma receita acrescida. Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele

³ Marx não se detém, mas já pontua que não é parte da história natural nem social (comum a todos os períodos históricos) que haja possuidores de dinheiro de um lado e possuidores unicamente de sua força de trabalho do outro lado.

deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado (Marx, 1985, p. 141).

Para que haja sempre disponibilidade de força de trabalho no mercado de trabalho (condição necessária à criação de mais-valia) é necessário que o trabalhador além da sua própria reprodução a reponha através da procriação. Assim, os meios de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho incluem os meios de subsistência dos futuros substitutos dessa força de trabalho, ou seja, os filhos dos trabalhadores – de modo que haja a perpetuação de possuidores de força de trabalho no mercado de trabalho.

Para determinar o valor da força de trabalho, Marx calcula os meios de subsistência que precisam ser repostos diariamente, semanalmente, trimestralmente etc. para calcular o valor do dia da força de trabalho. Dado esse cálculo, esse quantum de trabalho exigido para a sua produção diária é equivalente ao valor de um dia da força de trabalho. A partir da determinação desse valor o possuidor da força de trabalho oferece sua *mercadoria peculiar* no mercado pelo seu respectivo valor de troca e o possuidor de dinheiro, objetivando a transformação do seu dinheiro em capital, paga tal valor.

Porém, entendendo as condições e os “hábitos e aspirações, [que] se constituiu a classe dos trabalhadores livres” (Marx, 1985, p. 141), as particularidades da reprodução do capital nas diversas formações socioeconômicas e a determinação do valor da força de trabalho ser para a sua reprodução numa *qualidade normal*, o preço da força de trabalho pode ser pago de maneira inferior ao mínimo necessário à reprodução normal; nas palavras de Marx, “se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, então ele cai abaixo do valor dela, pois assim ela só pode manter-se e desenvolver-se em forma *atrofiada*” (Marx, 1985, p. 143, grifo meu).

Essa análise da manutenção e desenvolvimento atrofiado da força de trabalho permite a análise de uma forma específica de exploração da força de trabalho em que os possuidores de dinheiro se recusam a pagar o valor da reprodução da força de trabalho em condições de

qualidade normal – subsidiando a análise de uma forma particular de exploração da força de trabalho que ocorre nos países dependentes, conforme demonstraremos na subseção posterior. Quando Marx afirma que se a força de trabalho não é vendida de nada serve ao trabalhador e relaciona a não-venda como um fardo ao trabalhador devido às exigências de sua reprodução, ele possibilita a análise de submissão do trabalhador às condições inferiores às suas necessidades de subsistência para que estas sejam atendidas mesmo que de maneira atrofiada.

Apesar da determinação do valor da força de trabalho ter sido determinada anteriormente, no seu processo de produção, o valor de uso dessa mercadoria consiste na exteriorização dela posteriormente, ou seja, o seu valor de uso só é transferido para o comprador quando essa força de trabalho é consumida. Dessa maneira, o trabalhador fornece crédito ao capitalista à medida que adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho e só recebe seu pagamento após o consumo dessa *mercadoria peculiar*.

Conhecemos agora a maneira pela qual é determinado o valor, que é pago ao possuidor dessa mercadoria peculiar, a força de trabalho, pelo possuidor de dinheiro. O valor de uso, que este último recebe por sua vez na troca, só se mostra na utilização real, no processo de consumo da força de trabalho. Todas as coisas necessárias a esse processo, como matéria-prima etc., o possuidor de dinheiro compra no mercado e paga seu preço integral. O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais-valia. O consumo da força de trabalho, como o consumo de qualquer outra mercadoria ocorre fora do mercado ou da esfera da circulação (Marx, 1985, p. 144)

Diferente das demais mercadorias utilizadas no processo de produção das mercadorias, a força de trabalho não é paga integralmente: o capitalista paga seu valor (quando paga) e consome seu valor de uso. Ao ser consumida, a força de trabalho além de produzir o equivalente ao valor da sua mercadoria peculiar, produz a mais-valia que é apropriada pelo capitalista – por isso devemos abandonar a esfera da circulação e ir à esfera da produção para desvendar o segredo da fabricação da mais-valia. Quando a força de trabalho é consumida, ou seja, quando ela é utilizada há uma transformação da sua condição: ela deixa de ser força de trabalho *em potencial* para ser força de trabalho *ativa*. Nessa transformação, o capitalista *ativa* a força de trabalho para ela produzir valores de uso ou bens.

Se voltarmos à determinação do valor da força de trabalho de páginas atrás, veremos que um dia de força de trabalho é determinado a partir dos meios de subsistência necessários para produzi-la diariamente. Veremos, ainda, que existem duas grandezas diferentes contidas na força de trabalho: o valor de troca, ou seja, o trabalho passado que a força de trabalho contém;

e o valor de uso, ou seja, o trabalho vivo que ela pode prestar. Quando o capitalista compra a mercadoria força de trabalho ele sabe essa diferença de valor e a compra (pagando seu valor de troca) com o objetivo de utilizar todo o trabalho vivo que ela pode prestar (valor de uso).

O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro do seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor (Marx, 1985, p. 160).

Há, portanto, troca de equivalentes: o comprador pagou o valor de troca da mercadoria e fez o que qualquer comprador de mercadorias faz, consumiu seu valor de uso. Porém, o consumo do valor de uso da mercadoria peculiar *força de trabalho* no processo de trabalho não esgota o valor de uso, ao contrário, devido à particularidade dessa mercadoria, seu consumo cria produtos/mercadorias que contém valor. Por intermédio da circulação, o capitalista compra as mercadorias necessárias ao processo de produção e vende os produtos do processo de trabalho, retomando à localização da transformação do dinheiro em capital: é e não é na esfera da circulação.

Nas palavras de Marx: “o capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo” (1985, p. 161). O consumo de mercadorias pela força de trabalho no processo de produção cria a mais-valia, por isso é imprescindível que a força de trabalho esteja presente no processo de produção: as matérias-primas repassam seu valor à mercadoria produzida e os instrumentos de trabalho (como maquinário, por exemplo) apenas repassa parte do seu valor (sendo esgotado com seu desgaste).

O processo de produção de mercadorias, que é iniciado e finalizado na esfera da circulação, se utiliza de uma mercadoria especial chamada de *força de trabalho* para criar a mais-valia. Esse processo de valorização do valor (investido no início do processo de produção) é contínuo devido a insaciabilidade do capital de reproduzir-se. É esse processo contínuo que entendemos ser a forma “pura” da reprodução do capital: (D – M) o capital em sua forma dinheiro compra as (M) mercadorias necessárias ao processo de produção, ou seja, matérias-primas, instrumentos e força de trabalho; (P) esta mercadoria peculiar, ao utilizar seu valor de uso, consome as demais mercadorias do processo produtivo, organizando-as em forma de

mercadorias (M’); estas, ao serem vendidas, fazem retornar ao capitalista além do dinheiro investido inicialmente na produção, a mais-valia (D’).

Esse é o processo de reprodução do capital em sua forma “pura”, pois é visualizado em um nível de abstração que não leva em consideração as particularidades das formações socioeconômicas em que os processos de compra das mercadorias (D – M) e de venda delas (M – D’) se realizam. É importante esclarecer isso porque ao entrar num outro nível de abstração, como faremos na subseção seguinte, as explicações sobre o dinheiro que inicia o processo de produção, a forma de reprodução da força de trabalho (e suas implicações no pagamento do valor da força de trabalho), a forma de produção das mercadorias e a venda delas são enriquecidas pelas particularidades das formações socioeconômicas e nos possibilitam visualizar as categorias e conceitos desenvolvidos por Marx num momento em que o capital imperialista⁴ determina as relações sociais capitalistas.

1.2. A reprodução do capital em países de capitalismo dependente

A análise de Marx retomada na subseção acima se aplica ao desenvolvimento da economia inglesa, ao modelo clássico de desenvolvimento econômico, que aqui o nomeamos como a *forma “pura”*. Na presente subseção desenvolveremos uma análise de uma particularidade dessa forma pura, as economias dependentes latino-americanas, baseada essencialmente nas proposições desenvolvidas por Ruy Mauro Marini em seu texto *O ciclo do capital na economia dependente*.

Marini (2012), de modo similar a Marx, segue a divisão do processo de produção em três fases para analisar separadamente como a dependência aparece em cada uma delas e como no ciclo de produção do capital aparece a relação de dependência. Ele separa o ciclo do capital em: circulação 1 (C¹), que envolve D-M, ou seja, o movimento no qual o dinheiro assume forma de mercadorias que serão inseridas no processo de produção; produção (P) que é o processo no qual as mercadorias necessárias ao processo de produção irão transferir parte de seu valor às mercadorias e a força de trabalho irá criar valor, um processo de valorização do capital investido; e circulação 2 (C²), que envolve M’-D’, ou seja, o movimento no qual as mercadorias criadas no processo de produção entram no processo de circulação para se transformar em dinheiro novamente – parte dele é consumido e parte retorna ao processo produtivo. No final

⁴ Conforme Mandel (1985), na *era do imperialismo* há uma mudança radical na estrutura presente anteriormente na *era do capitalismo de livre concorrência*, pois o imperialismo é caracterizado pela exportação de capitais dos países imperialistas e importação deste no que mais tarde passaria a chamar *Terceiro Mundo* – processo em que o desenvolvimento desigual e combinado aprofunda as relações de dominação e subordinação dos países dependentes, como veremos na subseção seguinte.

do ciclo do capital haverá uma quantidade de dinheiro superior ao investido inicialmente, como já apontado por Marx. Para entender a primeira fase, C^1 , é necessário saber de onde vem o dinheiro e Marini identifica três fontes na economia dependente latino-americana: capital privado interno, investimento público e capital estrangeiro.

O capital privado interno é a “a parte da mais-valia gerada no interior da economia que (deduzidos os gastos improdutivos do capital) se apresenta para acumular-se sob a forma de meios de produção e força de trabalho” (Marini, 2012, p. 23). Do ponto de vista da economia, independe de quem seja o proprietário desse capital (nacional ou internacional), pois já está deduzido a parte da mais-valia que sai da esfera nacional (remessa de lucros, pagamento de juros, amortizações, royalties etc.).

O investimento público tem duas fontes: os impostos e as empresas públicas. Os impostos podem ser diretos, quando recai sobre o capital e seus proventos advindos da transferência de uma parte da mais-valia gerada; indiretos, quando advém de outros tipos de rendimento (lucros, proventos etc.) advindos da distribuição da mais-valia; ou, ainda, indiretos pagos pelos trabalhadores. As empresas públicas possibilitam o investimento público à medida que têm nelas um processo direto de exploração, pois elas funcionam tal qual uma empresa privada na geração de mais-valia, só que esta é apropriada pelo Estado.

É importante observar que nem todo gasto do Estado é produtivo, ou seja, nem todo seu gasto contribui para a acumulação do capital; dependerá das despesas destinadas diretamente ao capital, “seja a que corresponde aos investimentos estatais, ou às transferências de mais-valia ao capital privado para alimentar o investimento privado⁵” (Marini, p. 24). Entretanto, mesmo nos investimentos chamados improdutivos é possível observar dois modos que mantêm o objetivo produtivo: 1. transferências com objetivo produtivo, nos casos de o Estado transferir insumos industriais por exemplo; 2. os gastos em educação e saúde que promovem parte da reprodução e qualificação da força de trabalho, imprescindíveis à valorização do capital. Somente os gastos com a burocracia estatal (civil, policial e militar) que são improdutivos, mesmo que tenham funções bem estabelecidas que garantam o processo de valorização.

Marini atenta para a importância do Estado no ciclo do capital da economia dependente, já que ele tem a capacidade de “transferir para si parte da mais-valia gerada pelo capital privado, a de produzir ele próprio mais-valia e, finalmente, a de captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho” (Marini, p. 24). É essa tripla capacidade que permite o Estado

⁵ Como por exemplo os investimentos em infraestrutura que tornam mais rentável os investimentos privados ou, ainda, os subsídios e incentivos diretos e indiretos ao capital privado.

investir na economia, participando massivamente na formação do capital constante total – uma característica que retomaremos na segunda seção.

O capital estrangeiro, a terceira fonte, se apresenta de duas formas: como investimento direto, quando os capitalistas investem diretamente na economia dependente através da propriedade total ou parcial do capital produtivo (o que levará a apropriação total ou parcial da mais-valia produzida); e investimento indireto, quando os capitalistas estrangeiros emprestam ou financiam os capitais privados nacionais ou o Estado.

Segundo Marini, de 1945 até a década de 1960 a forma predominante de investimento estrangeiro foi a direta, após isso a forma indireta teve um crescimento, sendo a predominante de investimento estrangeiro até então. Nesse tipo de investimento indireto, o tipo de remuneração que se obtém tem modificação: “o capital estrangeiro, além das taxas de amortização, cobra taxas de juros que são deduzidas da mais-valia gerada pelo investimento produtivo para o qual ele contribuiu, sem haver assumido, contudo os riscos da produção e realização dessa mais valia” (2012, p. 25). Assim, o capital estrangeiro ao mesmo tempo que se integra ao ciclo do capital na economia dependente, acaba por balizá-lo – o que, por consequência, acaba determinando o processo de desenvolvimento capitalista.

Além da *entrada* na economia dependente, o capital estrangeiro também se move para a *saída* quando o ciclo do capital é finalizado e ele se apropria de parte da mais-valia produzida (em forma de lucro ou de juros) a partir dos seus investimentos (diretos e indiretos). Esse movimento de *saída* configura uma transferência de mais-valia ao exterior.

Assim, das três fontes na economia dependente latino-americana (capital privado interno, investimento público e capital estrangeiro), defendemos que as fontes determinantes são as advindas do Estado e do capital estrangeiro, especialmente desse último em todas as fases do sistema capitalista. Se observarmos historicamente as distintas fases de expansão e crise da economia dependente, encontraremos a articulação direta com o exterior e com o Estado, ou seja, fora do seu controle.

Após a identificação das fontes do dinheiro que dá início ao processo produtivo, se faz necessário pensar o que e como esse dinheiro vai se transformar nas mercadorias necessárias à produção. Como bem delimitado por Marx, no capítulo 5 de *O Capital*, os elementos simples do processo de trabalho são: objeto, meios e a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo – esta executada pela força de trabalho. Na economia dependente, a força de trabalho é constituída basicamente pelos trabalhadores nacionais, porém os meios de produção não totalmente: a terra, os materiais de construção, grande parte das matérias-primas e dos

equipamentos são nacionais; porém as máquinas e equipamentos tecnológicos em geral vêm de fora⁶.

Isso não é uma característica exclusiva dos países latino-americanos com suas economias dependentes, afinal a mundialização do capital não permite o isolamento econômico de nenhum país, porém nos dependentes essa característica é aguda e determina a própria estrutura histórica de acumulação do capital. Historicamente, os países capitalistas avançados produziram primeiro os bens de consumo para depois desenvolver os bens de capital, pois é a produção de bens de consumo que impulsiona o desenvolvimento da indústria e determina a tendência geral do processo de industrialização – Marini (2012) chama essa industrialização de orgânica.

Ao contrário desse tipo de industrialização, nos países dependentes a industrialização é tardia⁷ (num momento em que os países centrais já tinham um amplo desenvolvimento da indústria) e prolongada, havendo um tempo demasiado na produção de bens de consumo já que poderiam contar com os bens de capital estrangeiros (maquinaria e equipamentos) tanto para produzir os bens de consumo necessários, como os de luxo – com uma pequena produção de bens de capital. Isso resulta numa dependência não só em termos materiais, mas também tecnológicos devido à importação também do conhecimento para operar os meios de produção.

assim como tal ciclo dependente do fluxo circulatório externo de capital dinheiro, depende também, para completar a primeira fase de circulação, de meios de produção proporcionados pelo exterior. Na fase de circulação C¹, portanto, o ciclo do capital dessa economia encontra-se *duplamente articulado e duplamente dependente com relação ao exterior*. Essa articulação encontra-se parcialmente centrada no exterior, tanto no que se refere ao capital dinheiro como no que diz respeito ao capital mercadoria. (Marini, 2012, p. 28, grifos nossos)

⁶ Aqui, no início do ciclo do capital já conseguimos observar a saída de capital (seja ele nacional ou estrangeiro) para comprar máquinas e equipamentos.

⁷ José Chasin em seu texto *A via colonial de entificação do capitalismo* do livro *O Integralismo de Plínio Salgado - Forma de Regressividade no capitalismo Hiper-tardio* descreve o processo de industrialização brasileiro como *hiper tardio* ao compará-lo ao caminho alemão. Em certo ponto do texto ele observa que “nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do ‘verdadeiro capitalismo’, do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas” (*online*). As características em comum não o impedem, no entanto, de diferenciar as vias de desenvolvimento de ambos os países. Tendo a Alemanha a *via prussiana* e o Brasil a *via colonial*, Chasin ironiza do seguinte modo “a industrialização tardia da via prussiana é o drama, enquanto a industrialização hiper-tardia da via colonial é a penosa comédia” (*online*). Trazemos Chasin como contraponto à análise de Marini sobre o processo de industrialização tardia brasileiro para pontuar algumas semelhanças e diferenças entre eles, sinalizando nossa aproximação à vertente explicativa de Marini por entender que suas considerações contribuem significativamente para a linha argumentativa da presente tese.

É dessa maneira que Marini sintetiza a dependência na primeira fase da circulação, uma dependência dupla: tanto na origem do dinheiro como em parcela das mercadorias compradas para o início do ciclo – que, como vimos, requisita a importação de tecnologias e de conhecimento para utilizá-las.

Na fase da produção (P) não precisamos levar em consideração a origem do capital, nos deparamos já com as instalações, matérias-primas, maquinários etc. nas quais a força de trabalho executará o processo de produção de mercadorias, no qual está contido o processo de valorização do capital. Isso não quer dizer que haja uma independência dessa fase com a anterior, pois a fase anterior condiciona esta, imprimindo-lhe características próprias – ou seja, as empresas estrangeiras ou as quais o capital estrangeiro opera associado ao nacional são as que detém a tecnologia dos meios de produção, causando um desnível tecnológico dentro do próprio país. Marini se utiliza de uma estratégia didática para explicar o efeito da introdução de tecnologia nova no país dependente:

considerando dois capitais individuais: *A*, corresponde a um capitalista estrangeiro que opera, suponhamos, no ramo de produção de sapatos; e *B*, representativo de um capital interno que atua nesse mesmo ramo. *A* pode trazer equipamentos e métodos de produção mais sofisticados que lhe permitam baixar seu custo de produção em relação a *B*, que produz em condições tecnológicas médias. Entretanto, apesar de produzir com custos menores, *A* venderá sua mercadoria pelo preço estabelecido ao nível de produção do capitalista *B*, ou seja, do que opera em condições normais de produção. Por consequência, embora *A* venda ao mesmo preço de mercado, seu lucro será maior que o de *B* devido à diferenças do custo da produção. (2012, p. 28, grifos do autor)

Difícilmente o capitalista com menos tecnologia alcançará a produtividade de capitalistas com mais tecnologia, o que implica que este sempre terá mais lucro que aquele pois há um acúmulo de capital nos ciclos em que *A* obteve lucros maiores e mesmo que *B* consiga alcançá-lo, *A* terá como responder imediatamente, restabelecendo seu lucro extraordinário⁸.

As condições engendradas na primeira fase da circulação determinam o grau de acumulação do capital na fase de produção. As empresas que têm o monopólio tecnológico

⁸ No livro terceiro d'*O capital* (versão da Boitempo Editorial) há o seguinte debate sobre a diferença entre *mais-valia* e *lucro* “a soma do lucro sobre dado capital é igual à soma total do mais-valor produzido por intermédio desse capital numa seção da circulação. Por ora, portanto, abstraímos do fato de que o mais-valor, por um lado, cinde-se em diversas subformas – juros de capital, renda fundiária, tributos etc. – e que, por outro lado, na maioria dos casos ele não coincide com o lucro, assim como o fato de que ele é apropriado graças à taxa média geral de lucro” (Marx, 2017, *online*).

obtêm sistematicamente mais-valia extraordinária, concentrando, conseqüentemente, cada vez mais mais-valia e capital investido nas economias dependentes⁹. Além disso, as empresas altamente tecnológicas podem ao invés de vender as mercadorias pelo preço de mercado, poderia vendê-las de acordo com o seu próprio custo de produção; nesse caso, as demais empresas que operam com nível médio teriam que vender suas mercadorias à preços inferiores do custo, o que as levariam à falência – isso resulta num processo de centralização brutal no qual as empresas menores não conseguem fazer frente a concorrência e acabam compondo processos de monopolização precoce nas economias dependentes. Normalmente o que acontece é a concentração através do lucro extraordinário - um lucro acima da média.

Para Marx (2017), o que atrai um capitalista a um determinado ramo da produção é o fato de que “seja mediante um excesso excepcional de trabalho, seja mediante a redução do salário a um nível abaixo da média, ou ainda, em virtude de uma produtividade excepcional no trabalho empregado, *ele possa obter um ganho extraordinário, um lucro que ultrapasse o lucro médio*” (online, grifos nossos). Nesse sentido, o incremento tecnológico sozinho não possibilita o alcance de lucros extraordinários, ao contrário, imprime uma tendência à queda da taxa de lucro. Ele deve, portanto, caminhar conjuntamente à superexploração da força de trabalho para conseguir contrarrestar essa tendência.

Em reação ao processo de concentração, as empresas que têm nível médio de produtividade aumenta a intensidade do trabalho, prolonga a jornada de trabalho ou simplesmente rebaixa os salários – nos dois primeiros casos há extração de mais-valia absoluta ou mais-valia relativa e em ambos há diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da força de trabalho; no último caso, a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor, algo já previsto por Marx quando ele fala da possibilidade de pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor que implica numa reprodução atrofiada dela.

Apesar dessa estratégia ser acionada pelos capitais de menor competitividade, acaba por favorecer os capitais monopolistas, pois eles também vão pagar o valor médio de todas as mercadorias, incluindo a força de trabalho. E esse processo de tentar baratear todas as mercadorias vai se transformar num círculo vicioso de depreciação dos preços de todas as mercadorias devido à depressão artificial do preço da força de trabalho.

A esses dois elementos (lucros extraordinários e salários abaixo do valor da força de trabalho), Marini acrescenta duas características próprias da fase de produção no ciclo do capital

⁹ Além da relação metrópole-colônia, há um aprofundamento dessa dependência na produção.

na economia dependente: superexploração¹⁰ e subordinação ao exterior. Para que a superexploração possa acontecer é imprescindível que os trabalhadores se encontrem em situação de difícil reivindicação, que aceitem uma remuneração abaixo do valor – nesse sentido são necessárias ações do Estado (seja através de políticas públicas, seja através do aparato coercitivo) e se torna conveniente a criação de um exército industrial de reserva. Este tende a crescer à medida que novas técnicas são introduzidas na produção na busca pelo aumento da produtividade, como o próprio Marx já aponta no capítulo 23 d'*O Capital*, que a busca incessante pelo aumento da produtividade aumenta a diferença entre a massa dos meios de produção e a massa de força de trabalho utilizada no processo de produção.

Disso resulta tanto o desemprego¹¹ como formas de subemprego que minam a possibilidade de reivindicação da classe trabalhadora e garantem a superexploração da força de trabalho. Marx é taxativo: “produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção” (1985, p. 191). Assim, a força de trabalho só é comprada se: mantiver os meios de produção como capital, reproduzir seu próprio valor como capital, fornecer trabalho não-pago em forma de capital adicional e revender-se continuamente (garantindo a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital). Nos países de capitalismo dependente, no entanto, nessa lista de condições têm-se o acréscimo da superexploração da força de trabalho.

A segunda característica é, também, uma consequência da primeira fase, pois os setores produtivos e as técnicas são determinados externamente, ou seja, os capitais estrangeiros ao invés de tentar entrar nos países dependentes com suas mercadorias, passam a produzir suas mercadorias nesses países, importando sua tecnologia para alcançar lucros extraordinários. O que Marini pontua é que os países centrais exportam a produção de mercadorias correntes para os países dependentes, no qual tais mercadorias são bens de luxo – no entanto, essas mercadorias não atendem as necessidades das classes consumidoras, separando a estrutura de produção da capacidade real de consumo.

Além da produção de bens de luxo, os países dependentes não perderam/superaram sua condição de países agrário-exportadores. Assim, a produção industrial não está restrita às

¹⁰ Marini pontua três principais formas de superexploração da força de trabalho: aumento da intensidade do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e redução do consumo dos trabalhadores abaixo do seu limite normal. As duas primeiras são as mais clássicas, dado que aconteceram anteriormente nos países industriais. A terceira forma Marx aponta no capítulo 24 d'*O Capital* como uma das formas de aumentar o tempo de trabalho excedente, no qual “o fundo necessário de consumo do trabalhador se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital” (*apud* Marini, 2012, p. 7, tradução livre).

¹¹ No Brasil a formação do exército industrial de reserva aparece tardiamente se comparado aos países centrais, da mesma forma o desemprego. O processo de industrialização que proletariza a classe trabalhadora brasileira e possibilita esses fenômenos (formação do exército industrial de reserva, desemprego e formas de subemprego) acontece décadas depois dos países centrais.

idades e aos produtos manufaturados, a industrialização adentra ao campo potencializando a produção de bens primários para a exportação – separando, mais uma vez, a estrutura de produção e o consumo interno.

Assim como na transição da fase C¹ para a fase P não se leva em consideração a origem do capital, na fase C² não se leva em consideração a origem das mercadorias, elas são apenas levadas ao mercado para venda, para realizar a mais-valia – apesar de que todas as mercadorias terão um carimbo “*made in*” ou “fabricado em” que identificará o país na qual ela foi produzida e está sendo comercializada.

Marini afirma que o capital na forma mercadoria apresenta três categorias fundamentais: bens de consumo necessários, bens de consumo suntuários e bens de capital. A primeira é constituída pelos bens consumidos pelos trabalhadores, aqueles bens que determinam o valor da força de trabalho – que são consumidos ordinariamente pelos trabalhadores, como comida, roupas, remédios etc. A segunda é constituída por bens de consumo que não compõem o consumo ordinário dos trabalhadores (por exemplo, aviões, armas, bens tecnológicos etc.). A terceira é constituída pelas

matérias-primas, os bens intermediários e as máquinas que servem para a produção tanto de bens de consumo como de bens de capital. Estes se intercambiam entre os capitalistas sem passar pelo mercado de bens finais para o consumo individual. Em última instância, toda a produção industrial está referida a este, posto que representa a destinação última da produção, embora parte dela, e inclusive uma parte majoritária, seja consumida no curso do próprio processo de produção e não compareça nunca no mercado de bens de consumo” (2012, p. 33).

Daí que essa forma relativizada da produção de bens de capital toma caráter acentuado na economia dependente, pois há um prolongamento da produção de bens de consumo em detrimento da produção de bens de capital devido à oferta destes externamente na qual o capital pode recorrer. Ou seja, o que se produz de bens de capital é muito pouco comparado aos bens de consumo (necessário e suntuário) e o que é produzido é imediatamente consumido pelas próprias indústrias nacionais.

Apesar da grande produção de bens de consumo, a superexploração do trabalho é uma característica do ciclo do capital na economia dependente e, como ela remunera a força de trabalho abaixo de seu valor, os trabalhadores têm uma baixa capacidade de consumo, impactando numa baixa realização da mais-valia através do mercado interno.

Além do baixo consumo por parte dos trabalhadores, Marini afirma que parte dos lucros fluem em direção ao exterior através de distintos mecanismos de transferência de mais-valia e a outra parte, que fica no país, se divide entre a que se orienta para a acumulação e a que se orienta para gastos improdutivos dos capitalistas e das frações de classes a eles vinculados (parcela das classes médias).

O consumo individual acaba sendo proporcional à distribuição de renda: de um lado, alta concentração de renda e consumo de bens suntuários; do outro, salários abaixo do valor da força de trabalho e baixo consumo de bens necessários. A partir disso a estrutura da produção se direcionará para a produção de bens suntuários, pois somente nesse setor que as mercadorias conseguem se realizar – essa fase vai determinar o início do novo ciclo do capital, não mais para a produção de bens de consumo necessários e sim para os suntuários.

A limitação de consumo na fase C² além de determinar a estrutura produtiva, “tende a deslocar parte da circulação de mercadoria em direção ao mercado mundial através da exportação” (2012, p. 34). Essa tendência reside no fato de que parte da mais-valia gerada não fica no país, logo há uma redução do mercado e um baixo consumo. Em outras palavras, como na fase C¹ o capital estrangeiro é predominante, na fase de acumulação e produção esta é direcionada para os lucros extraordinários que só podem se realizar, em C², com a venda das mercadorias e para que isso aconteça é necessário que a produção seja ou de bens de consumo suntuários ou de bens de capital para a exportação – somente com a ampla produção de bens suntuários e bens de capital que o capital estrangeiro pode se realizar na economia dependente.

O ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades. Entre elas, *o papel que joga o capital estrangeiro na primeira fase da circulação*, tanto sob a forma dinheiro como sob a forma mercadoria, *assim como o fato de que a produção determina transferências de mais-valia* (que se farão visíveis na segunda fase da circulação), *fixa a mais-valia extraordinária e se desenvolve sobre a base da super exploração do trabalho*. Esses fatos levam à *concentração do capital e à monopolização precoce*, ao mesmo tempo que *divorçam a estrutura de produção das necessidades de consumo das massas*. A distorção na distribuição da renda que daí se origina dinamiza, na segunda fase da circulação, o setor de mercado capaz de sustentar o desenvolvimento dos ramos de produção suntuária, forçando o agravamento dessa distorção à medida que tais ramos aumentam sua produção e demandam mais mercado. Os limites com que se choca essa segunda fase da circulação tanto pela *transferência de mais-valia* como pela *deformação da estrutura da renda interna*, empurram-na em direção ao exterior, levando-a a *buscar realização de partes das mercadorias no mercado mundial, com que se fecha o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior* (2012, p. 35, grifos nossos).

Esse conjunto de particularidades do ciclo do capital na economia dependente, desde a compra dos meios de produção e força de trabalho, passando pela produção e acumulação de capital e chegando à realização das mercadorias produzidas, nos leva a entender que tanto a estrutura produtiva quanto as relações sociais que daí derivam são, ao mesmo tempo, *determinadas internamente e condicionadas externamente*.

Ao analisar a anatomia do modo de produção capitalista industrial na Inglaterra de seu tempo, realizar uma série de mediações e desvendar uma série de categorias, Marx disponibiliza as bases para a explicação do desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital. É sabido a necessidade de mundialização desse sistema para a garantia da incessante valorização do valor exigida pelo *modo de ser* do próprio capital. A mundialização do capital é o gérmen para o desenvolvimento do imperialismo e seus diversos mecanismos, dentre eles, o capital financeiro. Este é, segundo Neto (2020), “uma totalidade concreta baseada na intensificação da exploração do trabalho” (p. 126) que permite a superação da fase mercantil do capitalismo.

A transformação de valor em mais-valor (possibilitada pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela subsunção real do trabalho) garantida no momento da grande indústria demanda a expansão mundial capitalista. Essa demanda é assegurada através da união entre o capital produtivo-industrial e o capital dinheiro-bancário, com essa junção a “produção capitalista finalmente se irradia por todas as partes do mundo e ganha um nível mais elevado de mundialização com o capital financeiro ou com o imperialismo” (Neto, 2020, p. 128).

Assim como o processo de superação do capital mercantil pelo capital industrial, o capital financeiro¹² sintetiza essas etapas anteriores e coloca adiante as demandas de reprodução e acumulação do capital que não conseguiam ser satisfeitas anteriormente. Nesse sentido, o capital financeiro “encetou inúmeras medidas frutíferas no sentido de abrir as portas das sociedades não capitalistas e das relações de produção ainda regidas pelo capital mercantil, como no caso da brasileira” (Neto, 2020, p. 129).

Esse processo de integração das economias periféricas no capitalismo mundial foi apontado por Marini em seu clássico artigo *Dialética da dependência* no qual defende que a América Latina inicia sua integração ao mercado mundial em consonância com a expansão do mercado mundial, ainda enquanto colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos.

¹² Nas palavras de Neto, o capital financeiro “representa a superação (*Aufhebung*) das formas precedentes de ser do capital usurário, comercial, mercantil e industrial. Todas essas formas precedentes encontram-se acomodadas e compactadas em seu interior, assumindo novas roupagens e novas formas moventes de ser no mundo socioeconômico” (2020, p.135, grifos do autor).

Essa integração proporcionou: o desenvolvimento do capital comercial e financeiro europeu, a manutenção do sistema manufatureiro e impulsionou a grande indústria.

Enquanto na Europa acontecia a revolução industrial, aqui na América Latina estávamos passando pelo processo de emancipação política que apenas firma o fluxo de mercadorias (e de capitais, posteriormente) para os países centrais (Inglaterra, inicialmente). A Inglaterra se transforma no principal articulador e cliente: esse país trocará manufaturas de consumo imediato e empréstimos por bens primários produzidos e exportados pelos países recém-emancipados.

Dessa relação resultará a posição dos países da América Latina na divisão internacional do trabalho, divisão esta que determinará o posterior desenvolvimento da região. Marini afirma que é a partir dessa divisão que será configurada a dependência: “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (1991, *online*, tradução livre). Dessa relação de subordinação não resulta a independência e sim a continuidade da dependência, a menos que sejam suprimidas as relações de produção.

Ao falar da não homogeneidade entre a situação colonial e a situação de dependência (visto que há uma mudança qualitativa após a superação da situação colonial), Marini aponta que apesar do papel fundamental da América Latina para a formação da economia mundial capitalista, só há uma articulação plena nos países latino-americanos a partir do surgimento da grande indústria – esse acontecimento é um ponto chave para a divisão internacional do trabalho. Foi necessário, portanto, “aplicar um golpe de morte na colonização orquestrada e estabelecer um processo de dominação que assegurasse a expansão da indústria” (Neto, 2020, p. 129).

Enquanto os países da América Latina se ocupavam da produção de bens de subsistência agropecuários para a população europeia, esta pôde se ocupar da indústria e dos serviços, resultando num aprofundamento da divisão do trabalho e numa especialização dos países industriais como produtores de manufaturas. Além da capacidade de produzir uma oferta mundial de alimentos, a América Latina contribui, nessa conjuntura, para a formação de um mercado de matérias-primas industriais. Essa última função continuará a ser desempenhada mesmo após a divisão internacional do trabalho ter alcançado novos patamares.

Assim, a participação da América Latina no mercado capitalista mundial contribuirá, nessa conjuntura, para que “o eixo de acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa” (Marini, 1991, *online*, tradução

livre), enquanto o eixo da acumulação daqui continuará sendo a mais-valia absoluta. Era necessário, portanto, “constituir as relações efetivamente capitalistas nas colônias¹³” (Neto, 2020, p. 131) para que impedir os entraves que o capital industrial erguia à sua própria expansão.

A mundialização não é uma demanda qualquer do sistema sociometabólico do capital, pois ele é um sistema que necessita alcançar todos os rincões do mundo. Nesse sentido, o capital financeiro aparece para resolver os obstáculos impostos tanto pelo capital mercantil como pelo capital industrial de expansão, afinal, “o propósito do capital financeiro é somar com o capital industrial no sentido de assegurar a mais plena e ubíqua conquista do mundo inteiro para o capitalismo” (Neto, 2020, p. 132).

A tarefa árdua do capital financeiro conta com alguns mecanismos e algumas estratégias para aglutinar todas as regiões do planeta no mercado mundial, sendo um deles o sistema de empréstimos para a “emancipação” das colônias. Segundo Neto,

os empréstimos são mecanismos de controle das economias dependentes e instrumentos impulsionadores para superar as relações anacrônicas (não capitalistas) que impediam a ampliação de seu mercado interno para os produtos manufaturados. Os empréstimos representam a existência de excedentes que precisam ser absorvidos e a forma de expandir os mecanismos de controle do capital sobre o trabalho pela mediação das sutilezas metafísicas do capital financeiro na forma do capital fictício (Neto, 2020, p. 133)

A mundialização é o apogeu de consolidação do desenvolvimento desigual e combinado¹⁴. Ela tem o capital financeiro como personagem protagonista que logra submeter as diversas formações sociais do globo ao capitalismo, mantendo os níveis hierárquicos dentre eles. Lenin identifica o capital financeiro à fase superior do capitalismo justamente porque “pela mediação do imperialismo, o capital financeiro forja-se como uma forma de dominação abrangente que se propaga e contamina todas as estruturas sociais existentes” (Neto, 2020, p. 22).

¹³ Atentamos que processo de transição do capital mercantil para o industrial não foi homogêneo nas colônias.

¹⁴ Leon Trotsky em seu livro *A história da Revolução Russa* cunha o termo *lei de desenvolvimento combinado* “que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (p. 34). A partir dessa proposição de Trotsky houve uma série de estudiosos que se debruçaram sobre as diferenças entre os processos de desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção, comprovando a desigualdade combinada observada por Trotsky no início do século XX.

Fizemos esse adendo sobre a mundialização do capitalismo por entender que é necessário, além analisar o ciclo do capital nas economias dependentes, localizá-lo dentro das relações imperialistas. Isso porque tanto a estrutura produtiva quando as relações sociais existentes nas formações sociais capitalistas dependentes não são determinadas e condicionadas apenas internamente, elas estão inseridas num sistema sociometabólico mundial.

Para deixar mais claro possível essas determinações, para não parecer algo mecânico em que os países dependentes não têm nenhum grau de autonomia, vamos trazer na subseção seguinte um pouco das discussões sobre a relação entre o interno e o externo e os níveis de dependência entre os países, buscando identificar a particular realidade brasileira.

1.3. A dialética entre o interno e o externo

Desde final do século XIX o capitalismo adquiriu um caráter monopolista no qual o capital industrial e o capital financeiro se fundiram e se internacionalizaram, como apontamos acima. Nos países do centro capitalista, onde passou a existir a luta entre os monopólios (a chamada concorrência intercapitalista), havia o poder de impor as normas e formas específicas de desenvolvimento para o resto do mundo. Nos países da periferia capitalista, que não adquiriram um papel fundamental na economia até o final do século XIX e que não conseguiram finalizar a transição do capital industrial para o financeiro, restou a subserviência às normas e as formas de desenvolvimento ditadas pelos países “mais desenvolvidos” para conseguirem permanecer em desenvolvimento.

Podemos afirmar, então, que o imperialismo apresenta um duplo aspecto: o do centro econômico em expansão e o dos países que são objetos dessa expansão; é assim que o conceito de dependência surge intrinsecamente ligado ao conceito de imperialismo. Santos (1991) afirma que a teoria do imperialismo

busca compreender, articuladamente, os fatores que levam o capitalismo dos países ‘desenvolvidos’ a um processo de desenvolvimento internacional, os fatores históricos que levam estes países a dominar outros, a criarem condições favoráveis para investimentos, a dominarem o mercado internacional, a lutarem também pelo controle das fontes de matérias-primas em nível mundial. (p. 46)

Ao contrário da teoria do imperialismo, a teoria da dependência busca compreender os impactos desses processos nos países afetados, levando em consideração a dialética entre o desenvolvimento capitalista mundial e a estrutura dos países “menos desenvolvidos”. Ela busca

demonstrar que o que se chama de subdesenvolvimento é, na realidade, uma estrutura que se integra no amplo processo de desenvolvimento do capitalismo internacional e que por isso os fenômenos e as estruturas chamadas subdesenvolvidas devem ser analisadas em conjunto com o desenvolvimento internacional – apontando para a relação de dependência dos chamados países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos e não um processo possível de ascensão no qual os países desenvolvidos auxiliam os subdesenvolvidos. Conforme Santos (1991) o conceito de dependência inclui três elementos essenciais:

em primeiro lugar, as estruturas do capitalismo em nível internacional e a forma particular que adquiriram na fase imperialista mediante os fenômenos de monopolização e de internacionalização do capital, de luta pelo controle das matérias-primas, de hegemonia do capital financeiro etc.; em segundo lugar, as relações que se estabelecem entre os países que são objeto da expansão do capitalismo e esta economia internacional mediatizada pelas relações econômicas internacionais, isto é, o comércio exterior, os movimentos internacionais de capitais, a transferência de tecnologia, os empréstimos, a ajuda etc.; em terceiro, as estruturas internas dos países objeto da expansão capitalista, que expressa, o encontro dialético dos elementos específicos internos de nossas economias ‘subdesenvolvidas’ com as relações econômicas internacionais e a estrutura econômica internacional. (p. 47)

Dessa maneira Santos define a dependência como uma situação na qual se cria as condições para o desenvolvimento interno, mas que se determina em última instância pela combinação dos fatores internos e externos. Desse modo, a noção de dependência serve como mediação “entre as condições internacionais geradas pelo desenvolvimento do capitalismo e as determinações específicas dos países que ocupam uma posição subordinada e dependente neste contexto internacional” (Santos, 1991, p. 13), contexto de crise do imperialismo.

Essa mediação nos possibilita observar os níveis de dependência econômica e sua relação com os demais âmbitos do desenvolvimento social (a política, a cultura etc.), possibilitando, ainda, enxergar a limitação do atendimento às necessidades mínimas das massas devido a essa condição de país dependente – que diferente dos países de capitalismo central puderam (em alguns momentos históricos) fazer maiores concessões, como por exemplo os *estados de bem-estar social* vividos em alguns países.

Partindo do entendimento que a dependência é “uma situação condicionante em que o desenvolvimento de alguns países afeta e modifica o funcionamento de outros países ou unidades sócio-econômicas, dentro do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista em escala mundial” (Santos, 1991, p. 28), observa-se a importância de

estudar esse fenômeno nos diferentes níveis de abstração para captar a totalidade de determinações que a compõe. Santos afirma que

a primeira distinção de níveis que se propõe é a relação dialética que se estabelece entre as leis de movimentos de uma estrutura de relações internacionais, cujas determinações se encontram na dinâmica da acumulação capitalista nos países dominantes, e seu entrelaçamento com economias nacionais que têm seu processo de acumulação *condicionado* pelo modo de inserção nesta economia internacional e, ao mesmo tempo, *determinado*, por suas leis próprias de desenvolvimento interno (1991, p. 28, grifos do autor).

As palavras em itálico (*condicionado* e *determinado*) ressaltam a condição de ser dos países dependentes, cuja estrutura socioeconômica tem suas leis de movimento determinadas por seus elementos constitutivos e pelas relações que estabelecem entre si – e essa estrutura acaba por determinar as leis de movimento, ou como sintetiza Santos, “todo fenômeno move-se a partir de suas contradições internas que determinam e fornecem os marcos de possibilidade de suas ações” (Santos, 1991, p. 28).

Abordando a dialética entre o interno e o externo, Santos aponta que

os elementos internos que conformam uma realidade não a esgotam, mas operam em determinadas *condições*, em um campo de ação que modifica seu funcionamento, permitindo o pleno desenvolvimento de certas partes, bloqueando o desenvolvimento de outras, aumentando ou diminuindo as contradições que as opõem, introduzindo novos elementos sobre os quais reagem os elementos internos, exigindo sua adaptação ou chegando mesmo a romper as estruturas existentes. Na dialética entre estes elementos internos e o choque com uma formação sócio-econômica superior, pode ocorrer, inclusive, uma situação de impenetrabilidade, de resistência absoluta, que pode levar à destruição total das estruturas existentes e sua substituição por outra diferente. (Santos, 1991, p. 29)

É importante, então, partir desses pressupostos para se inserir na realidade em um outro nível de abstração no qual podemos observar as leis dialéticas. Se nos debruçarmos sobre o capitalismo na Europa ocidental em meados do século XVIII e início do século XIX podemos observar que ele condiciona o desenvolvimento do capitalismo em outros lugares e que apesar da conservação dos elementos essenciais da revolução burguesa se estender aos demais países não houve repetição da postura daquela burguesia pelas burguesias dos demais países.

Podemos visualizar, então, as leis do desenvolvimento do capitalismo mundial que atuam sobre determinadas formações socioeconômicas para sua transformação de maneira que

coadunem com a reprodução e acumulação do capital internacional, numa relação dialética com seus elementos internos, gerando leis de movimento próprias determinadas pela posição subordinada e dependente na economia mundial – leis que diferem da acumulação capitalista “pura”.

Essa diferenciação pode ser pensada comparando os países de capitalismo periférico e central, em que neste a estrutura de movimento *determina* o processo histórico concreto (ainda que apareçam outros elementos que não se submetem à determinação do modo “puro”) ao passo que naquele a estrutura está *condenada* a “refletir em seu interior uma contradição constante entre os elementos do modo de produção capitalista que dá fundamento a seu movimento histórico e a ausência dos elementos capazes de permitir seu pleno desenvolvimento como modo de produção” (Santos, 1991, p. 34). Disso deriva que a forma interna é a expressão da sua inserção no externo, diferenciando-se entre os tipos A e B, conforme exposto a seguir.

Bambirra, em seu livro *Capitalismo dependente latino-americano* realiza uma tipologia entre os países latino-americanos de acordo com seus níveis de desenvolvimento no período de industrialização: países de *tipo A*, em que há o predomínio do setor agrário exportador e já existe um processo de industrialização em expansão – são eles Brasil, Argentina, México, Chile, Uruguai e Colômbia; países de *tipo B*, em que as indústrias artesanais dominavam o setor secundário e que a industrialização surge apenas com a integração monopólica mundial – são eles Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba; e países *tipo C*, em que a estrutura agrário-exportadora não tinha diversificação industrial – são eles Paraguai, Haiti e, em certa medida Panamá. Nesse livro a autora se dedica a estudar especialmente os dois primeiros tipos.

Bambirra entende que “o estudo das *condições* que tornam possível o desencadeamento de um processo de industrialização em alguns países e suas conseqüentes transformações estruturais é o que de fato nos permitirá relacionar a situação geral da dependência aos tipos específicos de estruturas dependentes” (2019, p. 62). Dessa maneira, Bambirra busca determinar as leis básicas de movimento a partir dos interesses objetivos das classes sociais que impulsionaram o processo de industrialização, com todos os seus limites e contradições. Analisemos, então, como isso se deu para entendermos um pouco melhor a condição particular de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Quando o processo de industrialização tem início nos países de tipo A sua função dentro do capitalismo mundializado já está bem definida como *exportadores de produtos primários*. Essa localização dentro do capitalismo desigual e combinado confere um ordenamento de classes sociais particular no qual a burguesia agrário-exportadora (composta por latifundiários,

proprietários das minas, comerciante e financistas) detém todo o poder econômico e político, valendo-se no aparelho estatal para garantir seus interesses. Assim, o processo de surgimento da burguesia vinculada à indústria e, por consequência, do proletariado industrial só pôde se desenvolver quando o capital imperialista necessita de uma diversificação na produção nos países dependentes.

É o funcionamento do capitalismo mundial que, ao especializar as economias periféricas como monoprodutoras, provoca sua modernização, o que, por sua vez, gera os elementos para a diversificação da produção através do desenvolvimento da indústria, uma diversificação que conduz à superação da especialização e da divisão internacional do trabalho sob as formas existentes até então, afirmando assim a lei do desenvolvimento desigual e combinado (Bambirra, 2019, p. 77).

Essa lei de desenvolvimento desigual e combinado, que espelha a dialética entre o desenvolvimento interno e externo, permite que a indústria surja inicialmente a partir das necessidades do setor exportador e permite, também, que o setor industrial adquira posteriormente uma certa autonomia. É importante memorar essa relação de dependência entre as burguesias agrário-exportadora e industrial, em especial desta em relação àquela: “a indústria necessita do setor exportador como condição para a realização de seu próprio processo” (Bambirra, 2019, p. 77), sendo essa contradição o que define as leis de desenvolvimento capitalistas dependentes nesse período e inicia a construção do amálgama de poder que vai delimitar a condição de *burguesia dominante-dominada* à burguesia nacional latino-americana e, em consequência, vai estruturar a *hegemonia comprometida* do Estado dependente latino-americano – temáticas desenvolvidas na seção seguinte.

Voltando ao processo de industrialização, a segunda revolução industrial que acontece nos países europeus na segunda metade do século XIX (momento em que há uma produção em série de máquinas de fazer máquinas) imprime uma nova fase na produção e expansão capitalistas, exigindo profundas modificações nas estruturas básicas dos países dependentes para que eles se adaptassem e se tornassem capazes de satisfazer as novas demandas impostas por essa nova fase da produção capitalista.

O setor que mais é atingido pela segunda revolução industrial é o setor exportador; e, por ele ser o eixo central da economia dos países dependentes, todo o conjunto da sociedade sofre as consequências. Esses países são impelidos a modernizar seu sistema produtivo para atender duas necessidades dessa nova fase do capitalismo mundial: 1) o aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para garantir o processo de industrialização dos

países centrais e 2) a expansão dos mercados internos para absorção dos produtos manufaturados oriundos dos países centrais.

Para realizar a modernização dos seus sistemas produtivos, os países dependentes fazem duas grandes transformações nos setores primário-exportadores: na organização social da produção e no emprego de tecnologias.

A primeira grande transformação é na organização social da produção quando as relações capitalistas de produção passam a ser predominantes em toda a sociedade, inclusive no setor agrário-exportador, superando formas pré-capitalistas que insistiam em persistir. Assim, há um processo de proletarização necessário à relação entre os países capitalistas centrais e dependentes, nas palavras de Bamberger “a expansão do capitalismo metropolitano faz com que se reproduza seu sistema, não estritamente à sua imagem e semelhança, mas sob a forma de um capitalismo dependente” (2019, p. 68).

A compra da força de trabalho mediante pagamento de salário imprime uma mudança qualitativa no sistema produtivo, pois conforma uma nova estrutura das classes sociais: proletariado crescente na base, classes médias e as classes dominantes com uma nova fração, a burguesia industrial. É importante ter claro que o surgimento dessa nova fração não representa uma substituição da fração dominante no poder, este é redefinido para que a oligarquia agrário-exportadora expanda sua área de domínio em conjunto com a nascente burguesia industrial.

A segunda grande transformação é no emprego de tecnologias quando se tem a “introdução de novos instrumentos e sistemas de produção e de transporte, aumentando sua capacidade de capitalização, o que tem como resultado o crescimento da capacidade produtiva do setor exportador” (Bamberger, 2019, p. 70).

Essas duas grandes transformações têm uma série de consequências para todo o conjunto da sociedade dependente, em especial: o *aumento do dinamismo do setor exportador* que implica numa maior absorção de mão de obra com salários relativamente mais altos e que implica, conseqüentemente, numa ampliação do mercado interno (garantindo a segunda necessidade da nova fase do capitalismo mundial); e a *criação e expansão dos setores complementares*¹⁵ ao setor exportador que implica numa absorção de mão de obra nos novos setores (agrícolas e de serviços em geral), numa melhora do mercado interno devido ao aumento de força de trabalho empregada e às políticas sociais e numa abertura para o surgimento e desenvolvimento do processo de industrialização.

¹⁵ Os chamados setores complementares ao setor exportador adquirem uma importância que supera o caráter complementar, pois possuem uma base econômica real que possibilita o desenvolvimento industrial urbano.

Essas consequências são o gérmen para a consolidação do mercado interno nos países dependentes que tem como base a demanda de produtos manufaturados tanto no setor exportador como nos setores complementares. Essas demandas podem ser divididas entre a demanda de produtos importados por parte da burguesia e a demanda de produtos nacionais por parte da classe trabalhadora. Essa última tende a se ampliar devido ao crescimento da absorção de força de trabalho tanto no campo por limitar as possibilidades de reprodução autossuficiente (produção de subsistência através do trabalho no campo para o autoconsumo), como nas cidades.

Assim, o processo de proletarização (que apontamos anteriormente) ao ampliar a demanda por consumo de bens necessários à reprodução cotidiana da classe trabalhadora, acaba sendo um forte ponto de apoio para a industrialização, pois impõe suas necessidades à produção industrial nacional. Esta se utiliza das ferrovias e estradas (anteriormente utilizadas apenas para o setor exportador) para transportar seus produtos que tinham um baixo custo porque além de utilizarem mão de obra barata nacional, não tinham os altos custos do frete da importação e produziam em alta escala produtos para consumo em massa.

Além das demandas impostas pelas classes trabalhadoras para sua reprodução cotidiana, houve também demanda por produtos industriais pelo próprio setor exportador para a exportação dos seus produtos, como produtos industriais de armazenamento e condicionamento de suas mercadorias.

Foi assim que o aparelho produtivo industrial foi se conformando para garantir o atendimento das demandas das classes trabalhadoras e médias, do campesinato e dos setores industriais complementares ao setor exportador – além de ser uma resposta interna à crise estrutural do capital. No entanto, a ampliação e o aprofundamento do processo de industrialização nos países dependentes acontecem tão somente quando há a conformação das seguintes condições: 1) aparelho produtivo industrial minimamente estruturado, funcionando sob relações tipicamente capitalistas; 2) mercado interno também estruturado, com demandas das cidades e do campo; 3) condições externas (primeira guerra mundial e crise de 1929) que permitiram o acúmulo de divisas no setor exportador e o fortalecimento do processo de substituição de importações. Essas duas primeiras condições existiam nos países de tipo A, mas não existiam nos países de tipo B e, por isso, não foi possível avançar o processo de industrialização nesses países.

Para Bambirra (2019), analisar o processo de surgimento e desenvolvimento das relações de produção tipicamente capitalistas e do mercado interno permite expor “como a situação de dependência em relação aos centros hegemônicos condicionou os marcos gerais

das estruturas econômicas produtivas dos países atrasados e como, ao mesmo tempo, estas estruturas são redefinidas em função das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo dependente” (p. 74, grifos da autora). Esses processos nos permitem visualizar a dialética entre o interno e o externo, pois apesar da estrutura geral ter sido construída a partir de demandas externas, a “estrutura interna conquista um certo dinamismo próprio, resultante do desenvolvimento da indústria e que funciona segundo leis específicas do novo modelo de capitalismo dependente” (Bambirra, 2019, p. 74).

O desenvolvimento da indústria possibilita, assim, uma revolução no sistema produtivo social nacional, pois muda o eixo de acumulação à medida que subordina os demais setores da economia à indústria. No entanto, não se pode dizer que essa revolução muda a condição de dependência desses países, afinal ela acontece sob condições de capitalismo dependente que delimita suas possibilidades.

Nesse sentido de permanência da dependência, Santos (1991) observa quatro níveis de dependência econômica: o do intercâmbio desigual entre bens primários e a importação de bens manufaturados; o do pagamento unilateral dos serviços de transporte e tecnologia; o do movimento unilateral de capitais; e a sobre-exploração¹⁶ da força de trabalho local ou emigrada. É sabido que houve em alguns momentos históricos tentativas de superação de alguns desses condicionantes, mas sempre resultaram na elevação do quadro de dependência seja nos mesmos condicionantes, seja com novos mais complexos e mais limitadores.

Poderíamos citar inúmeras semelhanças e diferenças entre as burguesias dos países de capitalismo central e periférico que tiveram vários movimentos de superação próprias para uma melhor adaptação do desenvolvimento do capital, mas por entendermos que essa é uma característica necessária da classe burguesa para se manter enquanto tal avançaremos para a relação entre a burguesia dependente e a fase capitalista monopólica (ou capitalismo de Estado, como alguns autores falam) num processo de demonstração da relação entre a burguesia dependente e o desenvolvimento do capitalismo mundial.

O capitalismo latino-americano renasce após a ampliação da atuação do Estado em campos de infraestrutura e já mostra seu caráter dependente ao direcionar essa atuação para as novas etapas de investimento capitalista internacional em que o financeiro e o industrial se articulam com novas tecnologias que permitem uma maior acumulação, concentração e centralização de capitais. As burguesias locais não conseguem acompanhar devido ao caráter

¹⁶ O autor utiliza sobre-exploração para se referenciar à superexploração.

dependente e retardatário da sua estrutura, o que se consegue é uma tentativa de imitação/importação dos passos dados pelo capitalismo central. Santos afirma que

não pode quebrar as cadeias do atraso que lhe impõem, não só as suas relações internacionais, como sobretudo as suas estruturas internas concentradoras e excludoras. Só é capaz de se desenvolver com base na exploração de mão-de-obra barata, mas não pode absorver maciçamente a sua força de trabalho e criar um mercado interno suficientemente amplo para dar origem a uma industrialização que integre os setores da indústria pesada e da moderna tecnologia; e muito menos capaz de gerar a sua própria tecnologia e de realizar um importante esforço interno que sirva de núcleo gerador de processos de acumulação (Santos, 1991, p. 37).

Assim, os níveis de dependência econômica se condensam em novas formas cada vez mais complexas e intensificam os problemas quando se parece próximo da sua resolução. Então mesmo com o surgimento de novas etapas de industrialização e inserção de novas tecnologias nos diversos campos, não se consegue romper com os limites impostos pela divisão internacional do trabalho que delimita aos países dependentes campos tecnológicos deslocados dos “lugares-chave” do sistema – o monopólio da tecnologia de ponta garante o monopólio de investimentos¹⁷ e os altos preços dos produtos exportados.

Os países dependentes têm um lugar tão bem delimitado no capitalismo mundial que mesmo surgindo novos itens de exportação as relações de preço continuam se deteriorando e aí os países dependentes acabam por continuar a exportação de produtos primários, tornando-se uma condição enraizada na estrutura econômica. Podemos observar isso até hoje no Brasil, seja no *boom* das commodities de minério e petróleo entre os anos de 2004 e 2011, seja no agronegócio que é hoje considerado o setor mais importante da economia brasileira por compor quase um terço do PIB. Com isso apontamos a incapacidade de determinação das condições de funcionamento do setor exportador que apesar de ser parte essencial da economia brasileira conduz a uma “regressão” progressiva da balança comercial – mesmo que as divisas permitam a compra de tecnologia, máquinas e matéria-prima industrializada não se alcança o controle do sistema produtivo internacional.

¹⁷ Se voltarmos à subseção seguinte onde Marini pontua tanto a origem do capital como a compra de mercadorias para o início do processo de produção, veremos que o monopólio tecnológico dos países imperialistas registra uma marca de nascença incurável dos países dependentes latino-americanos. Podemos, inclusive, pensar no desenvolvimento de tecnologias de extração de petróleo que os países latino-americanos possuem. Foi desenvolvida uma série de tecnologias nesse sentido, porém, ao final, a extração de petróleo (e do pré-sal no Brasil) não serviu para criar uma autonomia frente ao capital imperialista; serviu para reafirmar a condição de países exportadores de matérias-primas, o refino e a “manufatura” dos produtos derivados do petróleo seguiu pertencendo aos países centrais.

Para se reproduzir, os países de capitalismo dependente precisam manter os mecanismos próprios da sua localização econômica mundial: a superexploração, a concentração e a monopolização. Como consequência desses mecanismos, Santos (1991) afirma que o desemprego estrutural passa a se tornar uma das características em conjunto com o mercado interno estreito, a concentração de capitais nos setores improdutivos e especulativos, a desnacionalização e a desarticulação do setor produtivo. Esses mecanismos e essas consequências criam um ciclo de dependência num nível superior, no qual os elementos da dependência atuam em conjunto:

relações comerciais desfavoráveis e posição subordinada nas novas etapas da divisão internacional do trabalho, importação de capitais e exportação de lucros, ao que se adiciona um endividamento crescente. Reforça-se a dependência tecnológica e as leis de sobreexploração¹⁸ da força de trabalho exprimem-se na concentração do rendimento, na estreiteza do mercado interno e na contrapartida lógica: sua debilidade do aparelho produtivo. Reforça-se deste modo a dependência, sob a lógica de ferro da acumulação capitalista internacional, altamente concentradora, excludente e empobrecedora das maiorias (Santos, 1991, p. 39).

Como podemos observar nessa subseção, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo leva ao países dependentes latino-americanos a uma situação de desenvolvimento particular no qual esteja garantido sua posição subordinada às exigências da reprodução e acumulação do capital mundializado¹⁹ ao mesmo tempo que permite uma autonomia relativa da burguesia nacional em relação a essas demandas, permitindo conseqüentemente o desenvolvimento de algumas relações sociais particulares. Assim, nessa relação dialética entre o interno e o externo, os países latino-americanos foram se desenvolvendo de maneira diferenciada (ainda que se mantenha em todos eles a condição de dependência), exigindo uma conformação particular do Estado que coadune com a particularidade dos processos de reprodução e acumulação de capital dependentes.

¹⁸ Terminologia de Santos equivalente à superexploração.

¹⁹ Conforme François Chesnais, “A mundialização é o resultado de *dois* movimentos conjuntos, estreitamente interligados, *distintos*. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan” (1996, p. 34). O capital mundializado advém, em especial, do momento em que o capital estrangeiro atua “na determinação das especializações comerciais dos vários países ou regiões do mundo” (1996, p. 47)

SEÇÃO 2 – O ESTADO DEPENDENTE

A corrente teórica marxista inaugura, a partir da crítica à economia política, um campo de estudo sobre o caráter classista do Estado, localizando seu surgimento concomitante ao surgimento das sociedades classistas e entendendo-o como um campo superestrutural diretamente vinculado à estrutura. Dessa maneira, rompe com a tradição contratualista que, no geral, localiza o Estado desvinculado à estrutura, entendendo-o como uma entidade acima das classes sociais que administra as demandas de todas elas para que não haja conflito.

Concordando com a vinculação classista do Estado e, portanto, da análise marxista, entendemos ser necessário buscar a particularidade dessa superestrutura levando em consideração a particular reprodução e acumulação do capital nos países dependentes. Somente ao entender como o Estado burguês dependente atua, administrando as demandas burguesas internas e externas, é que podemos adentrar na análise da realidade concreta brasileira.

Assim, nessa seção vamos retomar sucintamente a análise de Estado dos clássicos marxistas Marx, Engels, Lenin, Mészáros e Poulantzas para adentrarmos na análise dos clássicos da TMD Bambirra, Santos e Marini sobre o Estado dependente, buscando as categorias e conceitos chaves para analisarmos o Estado brasileiro ulteriormente.

2.1. O Estado analisado a partir dos clássicos do marxismo

A primeira obra dentro do campo marxista em que a concepção de Estado aparece é o *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels publicada originalmente em 21 de fevereiro de 1848, é nela que o caráter classista é expresso de maneira clara, para eles o Estado burguês é “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels, 2007, p. 42). Ainda nessa obra, Marx e Engels esboçam sobre a relação entre o Estado e as classes sociais, entre política e economia e sobre o poder político, afirmando que a burguesia logrou a hegemonia do poder político (ademais da hegemonia do poder econômico que já possuía) através de uma série de revoluções.

No livro *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (publicado originalmente em 1852) Marx realiza uma análise sobre a conjuntura política francesa, desnudando a função do Estado na dominação de classe, evidenciando a articulação entre economia, política e ideologia e desmitificando a falsa independência do Estado em relação ao conjunto da sociedade. Nessa obra Marx, ao analisar o *estado prático*, evidencia que o vínculo entre o poder econômico e o poder político não pode ser entendido de modo mecânico; e faz isso analisando o conjunto de condicionantes que conformaram a conjuntura política francesa que leva a burguesia a declinar

temporariamente do seu poder político para a manutenção da sua condição de classe dominante²⁰.

a burguesia confessa que o seu próprio interesse demanda que ela seja afastada do perigo de *governar a si própria*; que, para estabelecer a tranquilidade no país, sobretudo o seu Parlamento de burgueses devia ser silenciado; que, para preservar o seu poder social intacto, o seu poder político devia ser desmantelado; que os burgueses privados só poderiam continuar a explorar as demais classes e desfrutar sem percalços a propriedade, a família, a religião e a ordem se a sua classe fosse condenada à mesma nulidade política que todas as demais classes; que, para salvar a sua bolsa, a coroa deveria ser arrancada da sua cabeça e a espada destinada a protegê-la deveria ser pendurada sobre a sua própria cabeça como espada de Dâmocles (Marx, 2011 p. 81-82, itálico do autor, sublinho nosso).

A abstenção temporária do poder político por parte da burguesia para a preservação do seu poder social intacto (inclusive aceitando um déspota como Luís Bonaparte) demonstra, desde já, a relação umbilical entre a burguesia e o Estado – que retomaremos a partir de Mézáros um pouco mais a frente. Essa relação já aparece no prefácio da *Contribuição à crítica da Economia Política* escrito por Marx, porém ele a descreve em um nível mais abstrato, estabelecendo uma relação entre estrutura e superestrutura.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimentos de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídico e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (Marx, 2008, p. 47).

²⁰ Esse movimento de abstenção do poder político e/ou de parte dele é um dos pontos que subsidia a análise do Estado dependente. Bampirra ao discorrer no livro *Capitalismo dependente latino-americano* sobre a condição de classe dominante-dominada da burguesia nacional/local, possibilita a compreensão do Estado dependente (dada sua relação de co-determinação) com essa mesma condição de Estado que possui e não possui a soberania sobre seu território, economia, política etc. Assim, tanto a burguesia dependente se abstém de parte do poder político, como o próprio Estado dependente necessita se abster também em algumas conjunturas ou aceitar dividir o poder político com frações burguesas não hegemônicas – como é o caso brasileiro que mantém as forças armadas no poder e que analisaremos nas seções seguintes.

A superestrutura jurídico e política surge, portanto, da estrutura econômica da sociedade, ou seja, uma relação umbilical. Isso fica ainda mais claro quando Marx propõe que “a transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (Idem, p. 47). Nesse ponto Marx deixa translúcido tanto a sobre-determinação da estrutura sobre a superestrutura, como subsidia a análise das modificações nas superestruturas a partir das mudanças e exigências da estrutura – o que nos é essencial para analisar o Estado, afinal ele é uma superestrutura e, como tal, tem uma relação de co-determinação com o capital (estrutura).

Seguindo o estudo sobre o Estado, Friedrich Engels realiza uma análise minuciosa do trabalho de Morgan em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (publicado originalmente em 1884) para buscar na história da humanidade as mudanças ocorridas no modo de organização e reprodução das chamadas sociedades primitivas que explicassem a necessidade do surgimento do Estado. A origem deste, para Engels, está totalmente vinculada à propriedade privada e esta às mudanças da família, por isso sua linha argumentativa inicia com as mudanças na forma de produção e segue com a divisão social do trabalho, mudanças na estrutura familiar, criação de instrumentos normativos/legais para manutenção da propriedade privada e, por fim, a criação de um instrumento para regular os conflitos das classes sociais, a saber, o Estado. Ou seja, Engels localiza o surgimento do Estado à *civilização* da sociedade. Em suas palavras,

A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade econômica da sociedade. A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. Também são características da civilização: por um lado, a fixação da oposição entre a cidade e o campo como base de toda a divisão do trabalho social e, por outro lado, a introdução dos testamentos, por meio dos quais o proprietário pode dispor de seus bens ainda depois de morto (Engels, 1984, p. 200).

Assim, é a nova organização social que, imersa em suas contradições e antagonismos que necessitam de “um terceiro poder que, aparentemente situado acima das classes em luta, reprimisse esses conflitos abertos e só permitisse que a luta de classes se travasse no campo econômico, numa forma dita legal” (Engels, 1984, p. 180), substituem a antiga organização

gentílica (que tinha sido destruída pela divisão social do trabalho e pela sociedade em classes que surge daí) pelo Estado. Em suas palavras,

O Estado [...] não existiu eternamente. Houve sociedade que passaram sem ele, que não tinham a menor idéia do Estado ou de seu poder. Num determinado estágio do desenvolvimento econômico que estava necessariamente ligado à divisão da sociedade em classes, o Estado, em virtude dessa divisão, tornou-se uma necessidade. Estamos agora nos aproximando com rapidez de um estágio de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não apenas deixou de ser uma necessidade, mas também se converte num positivo obstáculo à produção. As classes vão desaparecer de maneira tão inevitável como anteriormente surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, que reorganizará a produção na base da associação livre e igual dos produtores, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antigüidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze (Idem, p. 185).

Ao mesmo tempo que localiza o surgimento do Estado em um período histórico determinado, Engels delimita seu caráter classista ao afirmar que o Estado é “em regra, o estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida” (Idem, p. 183).

Além de garantir essa conversão da classe economicamente dominante em classe também politicamente dominante, o Estado deve manter a “ordem social” para que as “classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’” (Idem, p. 181).

Vladimir Ilitch Lenin em *O estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução* (publicado originalmente em setembro de 1917) retoma a obra de Engels *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* para sustentar sua argumentação sobre a origem do Estado e seu caráter classista. Para Lenin o Estado “é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (2007, p. 27).

Esse entendimento o faz confrontar tanto os ideólogos burgueses que identificam no Estado a função de conciliação das classes, no qual ele se torna um instrumento dessa conciliação para manutenção da ordem, para atenuação dos conflitos entre as classes; como os

socialistas-revolucionários e os mencheviques que buscam fortalecer o Estado através de resoluções e artigos para que ele concilie as classes. Para Lenin o Estado “não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível” (idem, p. 27), pois não é possível devolver às “classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram” (idem, p. 28).

Assim, como as contradições e antagonismos entre as classes fundamentais são inconciliáveis e o Estado é o “órgão” que garante a dominação de uma classe sobre a outra, Lenin (no calor da véspera da revolução bolchevique) defende o fim do Estado²¹ como condição para a emancipação da classe oprimida. Em suas palavras: “é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, ‘se afasta’ da sociedade (Idem, p. 28).

Lenin retoma Engels quando este fala sobre o “definhamento” do Estado para entender e sistematizar a tomada do poder pelos Bolcheviques e a extinção do Estado: “O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado” (*apud* Lenin, 2007, p. 35).

Apesar do definhamento e extinção do Estado não serem essenciais ao debate que estamos realizando, entendemos ser importante retomar tal sistematização de Lenin não apenas por ter sido uma grande contribuição dele, mas também para reforçar que não existe a possibilidade do Estado ser disputado²² pelas classes dominadas, a menos que seja para seu assalto e extinção num processo revolucionário.

István Mészáros aprofunda essa dimensão impenetrável (por parte da classe dominada) do Estado. Em sua obra *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição* ele afirma que o capital é “um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados” (Mészáros, 2011, p. 98) e que o Estado, numa relação de *co-determinação*, complementa o controle do capital. Podemos observar o diálogo que Mészáros estabelece com Marx ao dimensionar o capital para além dos

²¹ Lenin se vale dos escritos de Marx sobre a Comuna de Paris onde já havia alguns apontamentos sobre a extinção do Estado e elabora uma sistematização mais avançada.

²² Algumas correntes marxistas defendem a disputa do Estado (por frações da classe dominada) como formas de garantir demandas da classe dominada. A nosso ver isso resulta na negação do caráter classista intrínseco ao Estado; resulta, ainda, na ilusão de que através de políticas sociais que atendam a algumas demandas da classe dominada e de algumas reformas o Estado deixe de ser burguês e se transforme num Estado proletário que caminha rumo a emancipação humana.

capitalistas, podendo estes se absterem do poder para a manutenção do sistema do capital – como Marx aponta n’*O 18 de brumário de Luís Bonaparte*.

Para Mészáros, o Estado é uma “estrutura de comando político de grande alcance do capital, tornando-se parte da ‘base material’ do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas” (Idem, p. 119), superando aquela visão dicotômica de estrutura e superestrutura não dialéticas. O referido autor afirma que além da estrutura reguladora política, o Estado alcança sua enorme importância “também como um constituinte material essencial do sistema no seu todo, sem o qual o capital não poderia afirmar-se como a força controladora do modo estabelecido de reprodução sociometabólica” (Mészáros *apud* Paniago, 2012, p. 82).

Assim, conforme Mészáros, devemos entender a relação entre capital e Estado como uma relação constituída de elementos entrelaçados, entrecruzados a ponto de não se poder dissociá-los, uma *relação de co-determinação entre as unidades reprodutivas materiais e o Estado*, no qual “a estrutura de comando político surge para complementar (‘no nível de abrangência apropriado’), em vista dos defeitos estruturais do sistema, os elementos reprodutivos materiais, sempre de acordo com a dinâmica expansionista do sistema do capital” (Paniago, 2012, p. 85). Ou seja, há uma relação de correspondência mútua dialética entre capital e Estado que os fazem surgir e coexistir.

É possível observarmos, a partir de Mészáros, a função do Estado no controle dos três defeitos estruturais do sistema do capital por ele apontados: separação entre produção e controle, separação entre produção e consumo e separação entre produção e circulação. Vamos discorrer um pouco sobre eles por entender que eles são importantes para a análise da particularidade do Estado brasileiro.

No primeiro defeito estrutural, o Estado deve “sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica” (Mészáros, 2011, p. 107), garantindo uma estrutura jurídica que assegure que os desacordos constantes entre os microcosmos do sistema não sejam rompidos. Além disso, o Estado é necessário para “evitar as repetidas perturbações que surgiriam na ausência de uma transmissão da propriedade compulsoriamente regulamentada [...] de uma geração à próxima” (Mészáros, p. 108) e para intervir corretivamente nos conflitos constantemente renovados entre as unidades socioeconômicas particulares – essa intervenção “ocorre de acordo com a dinâmica mutante de expansão e acumulação do capital, facilitando a

prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes até a formação de corporações transnacionais gigantescas e monopólios industriais” (Mészáros, p. 108).

No segundo defeito estrutural, o Estado “deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital” (Mészáros, p. 110); essa ação se deve, essencialmente, à produção não se basear nas necessidades reais e sim em apetites de consumo imaginários ou artificiais que está destinado a atingir seu limite. Além dessa complementação política e reforço da dominação, o Estado assume a função de comprador/consumidor direto e em escala sempre crescente, provendo “algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada “infraestrutura” ao fornecimento de serviços de seguridade social)” (Mészáros, p. 110) e satisfazendo algumas necessidades artificiais, como “alimentar não apenas a vasta máquina burocrática de seu sistema administrativo e de imposição da lei, mas também o complexo militar-industrial, imensamente perdulário, ainda que diretamente benéfico para o capital” (Mészáros, p. 110).

No terceiro defeito estrutural, o Estado “é chamado a preencher no domínio do consumo, em primeiro lugar dentro de suas próprias fronteiras nacionais” (Mészáros, p. 111), porém deve eliminar as barreiras locais para permitir o livre crescimento dos mercados, que é uma exigência básica do capitalismo. Mészáros aponta que a

única forma pela qual o Estado pode tentar resolver essa contradição é com a instituição de um sistema de “duplo padrão”: em casa (ou seja, nos países “metropolitanos” ou “centrais” do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na “periferia subdesenvolvida”, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração. (2011, p. 111)

A resolução dessa contradição resulta no estabelecimento de “uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (mas de vez em quando, é inevitável, violentamente contestada) na ordem de poder do capital global” (Mészáros, p. 111). Mészáros afirma que disso resulta duas tendências complementares: equalização no índice diferencial de exploração entre os países de capitalismo central e os de capitalismo periférico; e o crescente autoritarismo nos Estados dos países de capitalismo central, como necessário corolário político do aprofundamento do índice de exploração.

Retomando à atuação do Estado frente ao terceiro defeito estrutural²³, ele tem duas frentes: no plano nacional e no plano internacional. No plano nacional, ele tentará evitar a perene tendência à concentração e à centralização do capital para evitar a “eliminação prematura de unidades de produção ainda viáveis (ainda que menos eficientes, se comparadas a seus irmãos e irmãs maiores), pois fazê-lo afetaria desfavoravelmente a força combinada do capital nacional total em tais circunstâncias” (Mészáros, p. 113); caso haja alteração dos interesses do capital nacional total, as medidas antimonopolistas do Estado são descartadas facilmente.

No plano internacional, o Estado tentará fortalecer o impulso monopolista, pois “quanto mais forte e menos sujeita a restrições for a empresa econômica que recebe o apoio político (e, se preciso, também militar), maior a probabilidade de vencer seus adversários reais ou potenciais” (Mészáros, p. 113) e é aí que o Estado assume o papel de facilitador do processo de monopolização no exterior, afirmando, “com todos os recursos à sua disposição, os interesses monopolistas de seu capital nacional – se preciso, com a imposição da “diplomacia das canhoneiras” – diante de todos os Estados rivais envolvidos na competição pelos mercados necessários à expansão e à acumulação do capital” (Mészáros, p. 113). Porém, independente dos interesses de determinados capitais nacionais não tem como eliminar os interesses do capital social total.

Nicos Poulantzas contribui nesse sentido para o entendimento da luta interburguesa, ou seja, a luta entre as frações de classe dominantes pela hegemonia de suas demandas específicas. Em sua obra *Poder político e classes sociais* (publicada originalmente em 1968), Poulantzas inaugura os conceitos de *bloco no poder* e de *autonomia relativa do Estado*, trabalha os conceitos de *hegemonia* e de *poder* e realiza duas diferenciações essenciais, a nosso ver, à análise do Estado dependente, são elas: entre classe dominante, classe reinante e classe detentora do aparelho estatal; e entre poder de Estado e aparelho estatal (recuperando esse debate de Lenin).

Para Poulantzas (1977), o Estado é uma estrutura política (e jurídica) responsável pela harmonia de uma determinada organização social que garanta a reprodução do sistema capitalista – para garantir tal função ele se apresenta como procurador dos interesses de todos. No entanto, devido ao seu caráter classista, o *poder estatal* está diretamente vinculado a uma classe ou fração de classe que o detém, sendo sempre a classe/fração economicamente

²³ As formas de ação de Estado diferem nos países de capitalismo periférico e central. Neste último há uma proteção contra a entrada de outros capitais nacionais, enquanto no primeiro há um incentivo à entrada de capital externo.

dominante; diferente do *aparelho estatal* (composto de um conjunto de estruturas de formação social e de pessoal) que estaria em disputa no campo de luta de classes.

O conceito de *poder* perpassa toda sua construção argumentativa, pois para Poulantzas ele é uma “relação *específica de dominação e subordinação*” (1977, p. 101, grifos do autor), sendo fundamental para entender como a classe dominante consegue a hegemonia do poder, ou seja, como ela consegue dominar e subordinar a classe dominada. Para ele o poder é exercido por uma “*unidade contraditória particular das classes ou frações de classe*²⁴ *politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista*” (Poulantzas, p. 229, grifos do autor).

Essa definição de *bloco no poder* estabelece a relação direta entre burguesia e Estado, sendo este o centro do exercício do poder político da classe dominante (em suas mais diversas frações) que detém a hegemonia do poder de Estado. Essa hegemonia se constituiria, conforme Bichir (2017), “por meio de uma polarização dos interesses contraditórios das diferentes classes ou frações do bloco no poder, da constituição dos seus interesses econômicos em interesses políticos e representação do interesse geral comum dessas classes ou frações” (p. 38).

Poulantzas retoma *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* para delimitar o que para ele é uma característica constitutiva do Estado: a sua atuação para garantir os interesses políticos das classes e frações dominantes – e não necessariamente seus interesses econômicos. Essa característica imputa ao Estado uma *autonomia relativa*, permitindo que em algumas conjunturas, a depender da luta de classes, o Estado possa atender “interesses econômicos de certas classes dominadas, limitando mesmo, eventualmente o poder econômico das classes dominantes” (Poulantzas, 1977, p. 186).

Esse resgate de categorias e conceitos desde Marx até Poulantzas, em seus mais diversos níveis de abstração e desenvolvimento, nos localiza num campo de análise do Estado dependente que não desvincula a estrutura e a essa superestrutura especial que é o Estado. Desse modo, demarcamos nossa posição no qual o Estado é uma superestrutura numa relação de co-determinação com o capital (estrutura).

E mais, nos impõe uma análise que enxergue e respeite as particularidades da reprodução do capital e da reprodução social dos países da periferia do capitalismo. Essa análise deve, portanto, buscar as particularidades do Estado nos países de capitalismo dependente a

²⁴ Poulantzas entende que não existe uma unidade na classe dominante, em especial em seu interesse. Concordamos com essa ideia por entender que os interesses das burguesias industrial, comercial, financeira e agrária diferem, bem como diferem os interesses das burguesias nacionais e imperialistas.

partir das características do Estado burguês “puro”²⁵, observando o processo de integração da América Latina ao mercado mundial capitalista, a construção das formações sociais latino-americanas e a correlação de forças entre as frações burguesas nacionais e imperialistas.

2.2. O Estado a partir dos clássicos da Teoria Marxista da Dependência

Partindo do entendimento de que o estudo sobre o Estado nos países dependentes deve ser desde o estudo do Estado capitalista “puro” (que retomamos na seção anterior) e entendendo que há uma estrutura comum no *Estado burguês*, seguimos em busca das particularidades que esse tipo de Estado (capitalista) apresenta nas formações sociais latino-americanas – observando que essas formações sociais apresentam estruturas sócio-históricas comuns.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) estuda e sistematiza não apenas as relações econômicas das formações sociais latino-americanas, mas também a forma específica do Estado nessas formações, caracterizando como dependente não apenas a economia, como também o Estado que lhe corresponde. Bichir (2017) afirma que “o papel hegemônico cumprido pelas classes dominantes imperialistas no bloco no poder de tais Estados e seu impacto no exercício do poder político nos países dependentes” (p. 43) particulariza o Estado dependente.

Em geral, quando se fala sobre a TMD é desde um viés economicista, expondo suas categorias analíticas da economia latino-americana. No entanto, os fundadores da TMD estão alinhados à décima primeira *Teses sobre Feuerbach* e buscavam desde o entendimento da particularidade capitalista latino-americana, transformar a realidade. Dessa maneira, ademais das análises econômicas, Vânia Bambera, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos buscaram entender o Estado dependente a partir da particularidade das formações sociais latino-americanas – o que nos é imprescindível para a análise da realidade concreta brasileira que estamos analisando.

As análises realizadas pelos três autores fundadores da TMD possuem diferenças entre elas – assim como Marx, Engels e Lenin também apresentam diferenças entre suas proposições. Por uma questão metodológica do objeto de pesquisa nos centramos nos estudos de Vânia Bambera e Ruy Mauro Marini, entendendo que seus aportes contribuem para a linha argumentativa que apresentamos nessa tese.

²⁵ Assim como na primeira seção, entendemos o modo “puro” como o modo mais geral, em um nível de abstração maior que permite observar e delimitar as características gerais, seja da reprodução do capital (como na primeira seção), seja do Estado burguês que lhe corresponde.

Entendemos que Theotônio dos Santos realizou debates sobre o caráter da dependência e, inclusive, tem sistematizações sobre a questão do Estado dependente²⁶. Desde 1966 Theotônio dos Santos defende a tese de que o padrão de desenvolvimento econômico dominante na América Latina é de caráter dependente, superexplorador, monopolista, concentrador, excludente e marginalizador, entendendo que essas características não são compatíveis com a democracia burguesa.

A partir dessa caracterização, Santos observa uma tendência à formação de governos autoritários e autocráticos cuja tendência para o fascismo é crescente. O que ele nomeou como *fascismo dependente* é baseado em um estado de exceção de caráter “burocrático e centralizado, que instrumentalizaria uma política econômica de grande capital internacional, com o objetivo de destruir [...] o movimento popular, assim como as bases clientelísticas da fase de mobilização política de tipo populista e suas concessões ao movimento operário e popular” (Santos, 1991, p. 117). Em regimes fascistas dependentes haveria uma modernização da produção e uma concentração e centralização da economia via capital internacional.

Santos realiza uma análise do golpe de 1964 como resultado do processo de acumulação dependente, concentrador e marginalizador guiado pela hegemonia do grande capital internacional que tomou o poder após o golpe. Para ele a necessidade do golpe era de assentamento da política econômica do grande capital num Estado de exceção (forte) com base fascista contra o avanço das forças populares em toda a América Latina – esse golpe tinha como aliados nacionais a tradicional oligarquia, as classes médias e as elites.

A partir da sua análise sobre as mudanças conjunturais ele entende que é uma necessidade de o imperialismo restringir de algumas formas e/ou em alguns momentos a democracia, chegando à categoria de *fascismo dependente*. Santos aponta três formas que o *fascismo dependente* poderia tomar: regime militar com abertura política; regime civil com tutela militar; ou regime tipicamente civil com restrições às tendências revolucionárias de esquerda. Todas essas formas, no entanto, limitam a *verdadeira democracia*²⁷ e essa limitação depende da existência na sociedade de um setor pequeno burguês/intermediário suficientemente forte para garantir um certo equilíbrio da democracia e esta não se encaminhar para uma democracia revolucionária. Tentamos estabelecer um diálogo entre a segunda forma (regime

²⁶ Na tese de Maíra Bichir (2017) há sistematizações sobre a categoria *Estado* em Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Fica a sugestão para quem deseje aprofundar os debates sobre o Estado realizados por Theotônio dos Santos.

²⁷ Defendida pelo autor como a democracia proletária.

civil com tutela militar) e a proposição de Marini sobre *Estado de quarto poder*, porém os autores seguem entendimentos diferentes sobre as respectivas categorias²⁸.

Diferente de Santos, entendemos que Bambirra e Marini além de dialogarem entre si em suas análises sobre o Estado dependente, contribuem para a exposição do nosso objeto. Mesmo com esse diálogo, entendemos que possuem diferenças em suas conclusões e, por isso, decidimos que didaticamente é melhor separá-los para um melhor entendimento das suas análises e conclusões.

Iniciamos com Vânia Bambirra por entender que suas análises estão num nível de abstração mais elevado, buscando entender como se constrói as relações sociais de poder que mantêm a dependência e finalizamos com Ruy Mauro Marini por entender que seu nível de abstração, sua análise conjuntural e as categorias por ele propostas nos ajuda a entender a realidade brasileira que iremos analisar posteriormente.

2.2.1. Vânia Bambirra: burguesia dominante-dominada, autonomia relativa e hegemonia comprometida do Estado

Vânia Bambirra aborda, em seu livro *Capitalismo dependente latino-americano*, como a dependência econômica é mantida pela dependência política. Esta acontece por alguns fatores, mas um dos mais importantes é a *autonomia relativa*²⁹ que as classes dominantes nacionais dependentes possuem que impede a organização e direção das suas sociedades locais.

Nas diversas fases de expansão imperialista, as burguesias nacionais se adaptam para manter a coesão entre suas demandas internas e as demandas do capital imperialista, por isso foram inicialmente liberal-oligárquicas e depois liberal-democráticas. Porém, à medida que a fase de integração monopólica se inicia, o capital imperialista necessita de novos ajustes que garantam a institucionalização da desnacionalização, da superexploração da força de trabalho e da sujeição à dominação estrangeira. Esse novo ajuste é aceito pelas classes dominantes locais por ser uma condição para a continuidade e sobrevivência do processo de desenvolvimento capitalista, porém ele acaba transformando-as em *classes dominantes-dominadas* que têm como missão direcionar suas ações para beneficiar o capital estrangeiro.

²⁸ Apesar de concordarmos em grande medida com as análises de Theotônio dos Santos, entendemos que seus aportes sobre o Estado e as tendências que ele observa para os governos latino-americanos demandariam outros estudos e construção de outras mediações que excedem a proposta da presente investigação e, por isso, não desenvolveremos mais que essa leve exposição sobre suas contribuições nessa temática.

²⁹ Bambirra constrói uma análise histórica sobre essa autonomia relativa da burguesia *criolla* que aqui estamos chamando de burguesia local. Ao final dessa subseção ficará claro que essa autonomia relativa está relacionada à *hegemonia comprometida* que a burguesia dependente possui.

Voltemos um pouco ao processo de industrialização (que é o mesmo de integração dos países latino-americanos ao capitalismo internacionalizado) que apontamos na primeira seção para entender como se conforma o amálgama de poder dependente, uma característica fundamental para entender tanto a *hegemonia comprometida* da burguesia nacional como a *autonomia relativa* do Estado dependente.

Se pensarmos na revolução burguesa clássica, em particular a Revolução Francesa, veremos uma substituição da classe dominante: a burguesia que já era economicamente dominante se torna, também, politicamente dominante. Na América Latina o trânsito da economia agrária para a industrial não ocorre com um rompimento brusco e total com as formas de produção anteriores, o que ocorre é um processo lento e contínuo de superação que vai conformando o modo de produção particular dependente. Bambirra (2019) sintetiza esse trânsito da seguinte forma: “o curso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa de uma *formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora*, até finalmente chegar a uma *formação socioeconômica dependente capitalista-industrial*³⁰” (p. 78, grifos da autora).

Assim, não é possível visualizar um processo revolucionário semelhante ao europeu visto que as relações tipicamente capitalistas não surgem a partir de um rompimento radical com as antigas classes dominantes, surgem dentro do setor agrário-exportador e dependem das condições geradas por esse setor para se consolidarem – a interdependência entre os setores exportador e industrial, ou seja, a coexistência de várias formas de produção capitalistas que apresentam uma dependência mútua para sua existência, é o que define o caráter das sociedades dependentes na América Latina.

A interdependência pode ser observada quando os capitais gerados no setor exportador são (direta ou indiretamente) transferidos ao setor industrial e isso possibilita sua expansão. Essa transferência não é algo compulsório, é praticamente algo que convém a ambas as classes. Isso não implica dizer que os interesses oligárquicos e industriais sejam idênticos, apenas que se mesclam e se complementam em suas contraditoriedades e antagonismos, construindo o sistema oligárquico-burguês que limita a burguesia industrial desde sua gênese.

Apesar de uma parcela dos estudiosos negarem a revolução burguesa latino-americana, é possível afirmar que houve um momento histórico na América Latina em que “a burguesia industrial, impulsionada pelo vigor que lhe outorga o fato de controlar uma forma mais

³⁰ É mister o esclarecimento de que essas formações socioeconômicas citadas por Bambirra são resultado de uma combinação historicamente condicionada de modos de produção vinculados à expansão e consolidação do capitalismo mundial no qual a América latina cumpre um papel como área periférica, subordinada e dependente.

avançada de organização social da produção, reivindicou o controle hegemônico do poder, *oferecendo um projeto próprio de desenvolvimento econômico-social*” (Bambirra, 2019, p. 81, grifos nossos) – configurando uma revolução burguesa típica do capitalismo dependente. Para entender a particularidade dessa revolução é necessário entender como o conjunto das classes sociais participaram de todo o processo. Vejamos.

A *pequena burguesia*, por se reconhecer como parte da ala moderna da burguesia, apoia a burguesia industrial por entender que seus interesses eram os mesmos, a saber: realizar mudanças sociais que favoreçam sua expansão enquanto classe.

As *classes médias* compostas por “aquelas camadas que não estão vinculadas diretamente ao processo produtivo e se situam nos níveis intermediários³¹ entre os detentores diretos da mais-valia e a classe operária” (Bambirra, 2019, p. 82) não possuem uma perspectiva econômico-social próprias e alternam entre a defesa das pautas e propostas das classes fundamentais (burguesia e proletariado); em momentos decisivos alinham-se ao projeto que, ao seu ver, ofereçam maiores condições de incentivo ao desenvolvimento econômico e de atendimento das suas demandas mais imediatas. Na América Latina, as classes médias se desenvolveram através da expansão das burguesias agrário-exportadora e industrial, alternando, então, seu apoio entre elas à medida que os projetos de uma ou outra aparentassem ser melhores para o desenvolvimento do país. À medida que o projeto da burguesia industrial se apresentou como “a alternativa mais capaz para conduzir o processo de modernização, expansão, criação de novos empregos e promoção de melhorias consideráveis no nível de vida de vastos setores das classes médias”, elas passaram a apoiar o setor industrial.

O *campesinato* composto pelo proletariado agrícola, o semiproletariado ou trabalhadores temporários, os minifundiários e camponeses médios que têm alguns funcionários participam substancialmente do processo produtivo, porém não apresentam uma alternativa de desenvolvimento ao conjunto da sociedade enquanto classe. Essa classe entra num processo de decadência quando a o capitalismo se penetra no campo e reage empregando uma perspectiva pequeno-burguesa de reivindicação por terras. Essa demanda não é atendida, segundo Bambirra, pela burguesia industrial por dois motivos: era fundamental a mão de obra expulsa do campo para as cidades e era necessário manter relações cordiais com a burguesia agrária (que era oposta a reivindicação de terras dos camponeses). Ademais da reivindicação pequeno-burguesa, o campesinato apresentou algumas manifestações de revolta contra a burguesia industrial no início do século XX, mas eram dispersos e isolados, como o cangaço brasileiro.

³¹ Profissionais liberais, burocratas, militares, funcionários públicos etc.

O *proletariado industrial* se apresenta como a única classe capaz de pôr em xeque a perspectiva de desenvolvimento burguês e de oferecer um projeto diferente de sociedade (inclusive para o campesinato), porém entre a missão histórica e as condições objetivas para sua realização existe um grande caminho. Na América Latina, no início do século XX, o proletariado além de ser uma classe pouco numerosa tinha dificuldade de se organizar de modo classista, sendo conduzida inicialmente por imigrantes europeus anarquistas. A incapacidade de organização classista do proletariado com coerência tática resultou na crise e no retrocesso do movimento no início dos anos 1920.

No entanto, é nessa mesma década que a III Internacional impele a formação dos primeiros partidos comunistas, possibilitando o desenvolvimento do pensamento marxista na América Latina que permitiria analisar e compreender a particularidade do processo de desenvolvimento capitalista no continente e organizar a classe proletária para a luta por seu projeto econômico e político. Apesar dos partidos comunistas apresentarem novas possibilidades ao proletariado latino-americano, os recém-criados partidos tiveram dificuldade na transição entre o anarquismo e a orientação leninista, o que acabou abrindo um vazio político que permitiu a ascensão política das classes médias que acabaram orientando os movimentos sociais da época³².

A *burguesia industrial*, que vinha se desenvolvendo paulatinamente, se aproveitou de toda essa conjuntura nacional e internacional (citada anteriormente) para pressionar a burguesia agrário-exportadora para a mudança da fração dominante no controle do poder político. Para isso foi necessário um certo grau de consciência de classe, pois a burguesia industrial era a única que detinha as condições de manutenção do sistema de dominação e se utilizou desse fato para, junto aos mais variados setores sociais, ascender à hegemonia do poder e garantir a consolidação do poder burguês.

Bambirra (2019) afirma que “o caráter de um processo revolucionário se define não apenas pelas classes que o realizam, mas também pelas tarefas que cumprem, pelos inimigos que enfrentam e pela classe que termina por deter hegemonicamente o poder” (p. 90). Por isso podemos afirmar o a revolução burguesa latino-americana expressou o apogeu e a consolidação dos interesses da burguesia industrial nacional, em seus distintos países: Calles ou Cárdenas no México, Vargas no Brasil, Alessandri no Chile, Batlle e Ordóñez no Uruguai e Perón na

³² Não podemos negar o árduo trabalho dos partidos comunistas que, mesmo dentro de suas limitações iniciais, lograram influenciar parcela das classes médias com demandas proletárias que foram defendidas pelas classes médias juntamente a suas demandas mais particulares de classe (sua incorporação ao sistema econômico) nesse momento histórico.

Argentina. O que a revolução burguesa³³ latino-americana não foi capaz de romper foi a interdependência entre as frações burguesas agrária e industrial, resultando num sistema de dominação complexo característico desses países: um *sistema de dominação burguês-oligárquico*. Esse sistema produz a chamada *hegemonia burguesa comprometida*, na qual a burguesia industrial detém a hegemonia econômica e social, mas não liquida as oligarquias (agrária, mineradora, financeira e comercial), mantendo seus privilégios básicos para que elas continuem financiando o setor industrial.

É importante ater-se a essa categoria *hegemonia comprometida* porque ela “define o caráter e o modo de funcionamento do capitalismo dependente nesses países da América Latina, e define também suas possibilidades de limites” (Bambirra, 2019, p. 92). Essa categoria ressignifica o *amálgama de poder* que alguns estudiosos falam, pois revela a sobreposição dos interesses de uma fração de classe específica (industrial) ao conjunto da sociedade ao mesmo tempo que há o respeito ao pacto entre os vários interesses contraditórios das várias classes e setores – sendo esse respeito a condição necessária para a efetivação da hegemonia da burguesia industrial.

A revolução burguesa latino-americana, ao criar esse sistema de dominação burguês-oligárquico e a hegemonia comprometida, permite que a burguesia industrial administre o compromisso com os interesses das várias classes e setores. Vejamos como isso acontece.

Para as oligarquias, em especial a agrária, a burguesia industrial renuncia uma parte dos seus interesses para não questionar a fundo o poder oligárquico. Para o proletariado, a burguesia industrial realiza uma série de concessões que contribuíam para a modernização requerida pelo desenvolvimento capitalista e que contribuíam para a manutenção do controle do aparelho estatal – a renúncia aqui acontece por parte do proletariado que se deixa conduzir pelas lideranças burguesas populistas. Para os camponeses, a burguesia industrial não concede absolutamente nada, principalmente porque pauta de reforma agrária se opõe diretamente aos interesses da oligarquia agrária que financia os gastos do setor estatal. Para as classes médias, a burguesia industrial permite que os benefícios advindos do próprio processo de desenvolvimento cheguem até elas³⁴.

³³ Ainda que o processo tenha ocorrido *pele alto*, Bambirra defende que houve uma revolução burguesa latino-americana por ter ocorrido a modificação das bases produtivas e das relações sociais que consolidam o sistema sociometabólico do capital nos países da região.

³⁴ Importante ressaltar que a correlação de forças nessa conjuntura não possibilita grandes conquistas para as frações trabalhadoras, o que não implica afirmar a inexistência da luta de classes e da apresentação dos diversos projetos classistas nessa luta.

No plano político esse compromisso teve sua expressão máxima no *populismo* que é uma “concepção ideológico-doutrinária que consistia em apresentar os interesses burgueses industriais misturados com os interesses de toda a nação e de todo o povo, e identificá-los com um líder popular, como se fossem interesses supra-classes e, ao mesmo tempo, de todas as classes” (Bambirra, 2019, p. 95). O populismo era capaz de se apresentar como o amálgama dos interesses de todas as classes e, por isso, conseguia motivar as grandes massas, controlá-las e utilizá-las como instrumento para a realização de todas as políticas que fossem necessárias ao desenvolvimento capitalista. Para isso os líderes (como Vargas, Perón e Cárdenas) harmonizavam o paternalismo oligárquico e a modernização burguesa.

No plano econômico esse compromisso teve sua expressão máxima no *proteccionismo* que pretendia impulsionar a industrialização através de uma política nacionalista e modernizante. Nessa política o Estado deveria atuar, também, como promotor direto da infraestrutura necessária ao desenvolvimento capitalista moderno – limitando essa promoção até onde não atingisse os interesses das oligarquias, como é o caso da reforma agrária que seria bom para o setor industrial por ampliar o mercado interno, mas que não foi levado adiante por conflitar com a oligarquia agrária.

No plano social esse compromisso teve sua expressão na criação de um complexo pacto social que renovou desde as “bases culturais da sociedade através da renovação das artes, do ensino, das concepções e métodos científicos etc., até a reforma do sistema jurídico-institucional, através de novos códigos de direito” (Bambirra, 2019, p. 96).

A burguesia industrial durante todo esse processo de desenvolvimento do setor industrial e consolidação da sua hegemonia (ainda que comprometida) pôde defender um *projeto nacional de desenvolvimento*³⁵ e, por isso, pôde intitular-se de *burguesia nacional*. Segundo Bambirra (2019) isso pôde acontecer por dois motivos: 1) por ser um período em que os países centrais necessitavam de matérias-primas e produtos agrícolas em grande escala para levar à cabo seu processo de industrialização moderna e compravam tais produtos dos países dependentes; 2) por ser um período em que os países centrais concorriam entre si por tais matérias-primas. Esses motivos parecem distantes da burguesia industrial e foi justamente por isso que ela conseguiu caminhar paralelamente porque a dominação imperialista se direcionou aos setores primários e o setor industrial pôde se dinamizar, ou seja, o capital imperialista não atrapalhou o desenvolvimento e atuação das burguesias industriais nacionais enquanto classe dominante em seus países, permitindo que elas levassem à cabo seus projetos nacionais.

³⁵ Esses projetos só puderam se desenvolver porque nos países de tipo A já tinha ocorrido uma etapa de transformações econômico-sociais que deixaram uma base industrial relativamente desenvolvidas.

É importante frisar que o capital imperialista estava incorporado no amálgama de poder na América Latina, respeitando a dialética entre o interno e o externo, ou seja, respeitando “sua ingerência no setor exportador, mas também mantendo o direito de decidir sobre a política industrial do país, inclusive quando esta viesse a enfrentar os interesses imperialistas, como no caso das tarifas protecionistas ou no caso das nacionalizações das fontes de energia” (Bambirra, 2019, p. 99). Foi assim que a burguesia industrial nacional conseguiu manter seu projeto de desenvolvimento nacional, mantendo uma mescla de poder com a dominação imperialista – mescla possível até 1945 quando há uma nova fase de expansão imperialista e uma supressão da hegemonia das burguesias nacionais.

Assim, Bambirra defende o caráter burguês do Estado em que deverá atender os interesses fundamentais dos proprietários dos meios de produção *industrial*³⁶, independente das formas específicas e particulares que esse instrumento de dominação assuma (populista, socialdemocrata, trabalhista etc.). Defende, também, que burguesia dependente é *classe dominante-dominada* à medida que não logra nem se emancipar nem se sobrepor às exigências da reprodução e acumulação do capital mundializado. E, por fim, defende que a *hegemonia comprometida* é uma característica do Estado dependente latino-americano, dado o amálgama de poder que se constrói aqui e a participação do capital imperialista e suas demandas no Estado dependente.

Como apontado anteriormente, Bambirra estabelece uma análise da construção do sistema de dominação e o faz a partir do exame da conjuntura de transição da centralidade do poder da burguesia agrário-exportadora para a industrial. Apesar de ser uma conjuntura específica, concordamos com os desdobramentos analíticos propostos pela autora, como a identificação da burguesia latino-americana como *dominante-dominada* e a caracterização do Estado latino-americano a partir de uma *hegemonia comprometida*. Esses dois supostos dialogam e se complementam, a nosso ver, com os conceitos de *burguesia débil* e de *cooperação antagônica*, desenvolvidos por Marini

2.2.2. Ruy Mauro Marini: burguesia débil, cooperação antagônica e Estado forte

Partindo das suas “análises econômicas” e das categorias analíticas criadas pela TMD como superexploração e subimperialismo, Marini busca definir o Estado a partir da relação

³⁶ Bambirra faz questão de colocar a burguesia industrial por concordar com Marx que daí que se gera a miséria. Devido ao período histórico de análise a autora não se debruça sobre os impactos da capital financeiro, mas o leva em consideração.

deste com o capital no artigo *La pequeña burguesia y el problema del poder* contido no livro *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*.

Entendido como capacidade coercitiva, o poder político na sociedade capitalista é exercido pela burguesia através do Estado, a fim de submeter outros grupos sociais à sua exploração de classe. É por essa razão que a teoria marxista identifica o Estado com o aparato burocrático-repressivo representado pelo governo, pela burocracia, pelos tribunais, pelas prisões, pela polícia, pelas forças armadas. Essa expressão material do poder burguês é completada pelo Direito, o corpo de normas cuja infração ativa automaticamente o aparato estatal para forçar o seu cumprimento e impor sanções (Marini, 1976b, p. 92, tradução livre).

A capacidade coercitiva do Estado está atrelada à sua relação umbilical com a burguesia (classe dominante da sociedade capitalista), sendo o Estado “o resultado das forças que constituem a sociedade real” (Marini, 1978b, online, tradução livre). É importante ressaltar essa relação porque é aí que Marini e Bambirra estabelecem o diálogo entre suas proposições: para ambos *o Estado conforma parte do sistema de dominação, sendo ele o cume desse sistema*.

Como cume, o Estado concentra uma função principal no sistema de dominação e uma relação especial com o capital. No artigo intitulado *Estado y crisis en Brasil*, Marini afirma que o Estado dependente tem um considerável grau de autonomia devido a uma lei geral da sociedade capitalista, na qual “a autonomia relativa do Estado está em razão inversa à capacidade da burguesia levar a cabo sua dominação de classe; em outros termos, um Estado capitalista forte é sempre a contrapartida de uma burguesia débil” (1977c, online, tradução livre). Por entender que a burguesia latino-americana é débil, Marini vai defender que o Estado dependente forte é uma característica das sociedades dependentes, explicando três aspectos que permitem a ampliação da autonomia relativa do Estado dependente.

O primeiro aspecto advém das estruturas pré-capitalistas que dificultam a geração de mais-valia relativa e, por conseguinte, impedem a tendência capitalista de aquisição fixa de mais-valia extraordinária. Essas estruturas, apesar de integradas e articuladas ao modo de produção capitalista global, não alcançam níveis de produtividade equiparáveis aos dos países de capitalismo central, seja por estarem em modos de produção diferentes, seja por estarem em fases mais atrasadas do desenvolvimento das forças produtivas. Devido a isso, as burguesias dependentes requerem do Estado uma intervenção constante, o que acaba por reforçar a autonomia deste em relação à burguesia local.

O segundo aspecto, que em partes se deriva do primeiro, advém da relação subalterna que as burguesias dependentes têm em relação à burguesia imperialista. Apesar da ligação entre essas frações burguesas, há diferenças e, na grande maioria das vezes, oposição entre os interesses delas – o que Marini vai chamar de *cooperação antagônica* e Bamberger (no livro *Capitalismo dependente latino-americano*) vai chamar de *burguesia dominante-dominada*. O Estado dependente tem, então, sua autonomia acentuada em relação à burguesia local para administrar esses interesses diferentes e até opostos, num sentido de agir em favor da economia dependente.

O terceiro aspecto deriva justamente dessa administração do Estado entre os interesses das burguesias dependentes e imperialistas, pois nesse processo o Estado dependente adquire também autonomia frente à burguesia imperialista. Em princípio pode-se dizer que isso é impensável, dada a hierarquia entre capital imperialista e capital nacional; no entanto, é partindo do entendimento de que há contradições entre as burguesias imperialistas e que estas impactam não apenas num plano externo, mas também interno dos países dependentes, que os Estados dependentes necessitam administrar esses conflitos e seus impactos dentro dos países dependentes. É por necessidade de administrar as crises internas resultantes das contradições interimperialistas que o Estado dependente amplia sua autonomia também em relação à burguesia imperialista – principalmente nos momentos de crise em que o Estado se volta para projetos de superação dela.

Foi nos anos setenta quando a crise do capital e a crise do Estado se manifestaram de maneira mais evidente na região, que a relação de co-determinação impôs, mediante a violência autoritária, a transição a um novo padrão de reprodução e acumulação capitalista, bem como a uma nova forma de Estado correspondente.

No período anterior à ditadura houve “uma mudança estrutural do aparato produtivo em favor do grande capital [...]. Essa tendência era acompanhada por mudanças na estrutura de consumo – e, conseqüentemente, na estrutura de distribuição de renda” (Marini, 2019, p. 256-257). Essas mudanças resultam numa reestruturação das classes que desprende gradativamente a fração burguesa formada pelo grande capital nacional e estrangeiro das demais frações burguesas, médias e trabalhadoras. Esse desprendimento resulta num “momento em que é indispensável ao grande capital aplicar medidas econômicas que permitam o desenvolvimento pleno das tendências indicadas na esfera da produção e da circulação, sob o risco de que seu processo de acumulação seja interrompido” (Marini, 2019, p. 258). Assim,

para impor seus interesses específicos à sociedade, o grande capital entra necessariamente em conflito com os demais grupos sociais e é obrigado a romper os antigos esquemas de alianças de classes em que a burguesia sustentou seu sistema de dominação até os anos 1960 na América Latina. Isso tende a precipitar situações de extrema instabilidade política, como se viu no caso brasileiro entre 1961 e 1964, em que se abre a possibilidade de formação de um poderoso movimento popular, que polarize inclusive a burguesia, e que chegue a colocar em perigo a sobrevivência do próprio sistema capitalista (Marini, 2019, p. 258).

É importante esse debate sobre a autonomia relativa do Estado porque é a partir disso que é possível entender como o *Estado de contrainsurgência* pôde surgir e como, posteriormente, foi possível estabelecer o *Estado de quarto poder*³⁷. É para garantir a sobrevivência do próprio sistema capitalista e suas relações sociais que se faz necessário um Estado “forte”.

A classe dominante deposita no Estado, enquanto organização por excelência dos seus interesses, a responsabilidade de condução de si mesma. Quando existe suficiente harmonia entre as frações que a compõe, se torna mais visível a presença dos interesses gerais da classe dominante e a margem de autonomia do Estado no que se refere à sua interpretação e implementação se restringe. Quanto mais se agudizam os conflitos no interior da classe dominante, ou ainda se ela encontra uma classe dominada com força suficiente para contestar sua dominação, maior é o seu grau de autonomia. É por isso que *um Estado forte, no sentido autoritário, é sempre uma expressão de debilidade da classe que ele representa*. (Marini et al, 1975, p. 34, grifos nossos, tradução livre).

Nesse ponto há, uma vez mais, o diálogo com Bambirra quando ela aponta sobre o caráter dominante-dominado da burguesia dependente. Marini avança um pouco mais que Bambirra, apontando que esse caráter dominante-dominado imprime um caráter também dominante-dominado no Estado dependente, sendo expresso por Marini como *Estado forte* – que está proporcionalmente inverso à debilidade da burguesia dependente.

Como para Marini o Estado é “a força concentrada da sociedade, a síntese das estruturas e relações de dominação que existem” (1978, p. 21, tradução livre), então tanto a crise capitalista mundial como os processos contrarrevolucionários afetam a estrutura e

³⁷ Destaco que há continuidades e rupturas entre o Estado de contrainsurgência e o Estado de quarto poder, tanto em relação à doutrina de contrainsurgência importada dos Estados Unidos da América – EUA (que ela muda posteriormente), como em relação à conjuntura democrática-burguesa pós-ditaduras (que inviabiliza a execução dos postulados do Estado de contrainsurgência).

funcionamento do Estado. A partir disso Marini buscou entender como esses dois processos (crise e movimentos contrarrevolucionários) conformaram a conjuntura ideal para a implementação das ditaduras latino-americanas – e acaba adentrando no debate sobre a existência ou a inexistência de um caráter fascista nessas ditaduras.

O debate sobre o possível caráter fascista das ditaduras latino-americanas permeou a esquerda e Marini chega a essa discussão por entender que o fascismo “clássico” representou um processo contrarrevolucionário na Europa e que poderia nos dar pistas sobre o processo que estávamos vivendo aqui. Para ele, tanto o período contrarrevolucionário de lá como o daqui “constituem *formas particulares da contrarrevolução burguesa*” (1978, p. 21, grifos do autor, tradução livre), porém era importante “verificar em que consiste a *especificidade* que assume a contrarrevolução latino-americana, em especial a partir do Estado” (Marini, grifos do autor, tradução livre).

Para entender as especificidades da forma particular da contrarrevolução burguesa na América Latina Marini buscou entender os fatores que provocaram a abertura do processo contrarrevolucionário, como este influencia a estrutura e funcionamento do Estado, se as mudanças no Estado representam ou não um fenômeno transitório e como isso afeta a estratégia revolucionária.

Marini defende que as ditaduras latino-americanas podem ser entendidas como resultado de três processos: mudança de estratégia global norte-americana, transformação estrutural das burguesias nacionais e ascensão do movimento de massas.

O primeiro processo é uma mudança na resposta estadunidense para o aumento dos processos revolucionários em diversas partes do mundo: eles passam de uma resposta massiva e global para uma resposta flexível. Essa resposta conseguiria enfrentar o viés revolucionário através de três planos: o aniquilamento do inimigo com táticas e métodos militares; a conquista de bases sociais com delimitação do inimigo e a identificação do mesmo como um vírus maléfico que deve ser exterminado do órgão sadio; e a institucionalização da democracia burguesa sadia, sem os males do comunismo – aqui há uma diferença básica do fascismo “clássico/histórico”, pois há uma defesa e um apelo à democracia burguesa que só *precisou* ser suspensa durante a cura do vírus. Essa nova estratégia norte-americana tem algumas consequências como modificações no plano militar, criação de corpos militares especiais e o reforço dos exércitos nacionais.

O segundo processo se deve essencialmente a

integração dos sistemas de produção latino-americanos ao sistema imperialista, mediante as inversões diretas de capital estrangeiro, a subordinação tecnológica e a intervenção financeira. Isso leva ao, no curso dos anos cinquenta [1950], e ainda mais nos anos sessenta [1960], surgimento e desenvolvimento de uma *burguesia monopólica*, estreitamente vinculada à burguesia imperialista, em especial a norte-americana. (Marini, 1978, p. 22, grifos do autor, tradução livre).

Dessa integração produtiva e da criação dessa burguesia monopólica resulta a acentuação da centralização de capitais, a proletarização da pequena burguesia e uma mudança na forma de agir do Estado – este passa a preocupar-se fundamentalmente com os interesses da burguesia monopólica (nacional e estrangeira) e cria mecanismos específicos para favorecer a acumulação dessa fração burguesa. As demais frações burguesas e a pequena burguesia proletarizada têm que subordinar-se à burguesia monopólica e aceitar a redefinição de suas posições³⁸.

O terceiro processo sofre influência do segundo, pois a proletarização da pequena burguesia acentua seu deslocamento para o campo popular. Além disso, os movimentos camponeses ganham crescente importância e surge um novo movimento dos trabalhadores da indústria. A formação e ascensão dessa massa no campo popular explica, segundo Marini, a reação violenta da burguesia nacional e imperialista, ou seja, explica a contrarrevolução em todo o continente³⁹.

Marini afirma que os processos contrarrevolucionários latino-americanos não podem ser identificados mecanicamente ao fascismo europeu “clássico”, apesar do semelhante uso do terrorismo de Estado contra seus inimigos. Para Marini o processo contrarrevolucionário latino-americano

se *inicia* com um período de desestabilização, durante o qual as forças reacionárias tratam de agrupar em torno de si o conjunto da burguesia e de causar no movimento popular a divisão, a desconfiança nas suas forças e nos seus dirigentes; *continua* através de um golpe de Estado, levado a cabo pelas Forças Armadas, e se *resolve* com a instauração de uma ditadura militar. (1978, p. 23, grifos nossos, tradução livre).

³⁸ Desse ponto em diante ele se utiliza do conceito de *bloco no poder* de Poulantzas para delimitar a fração burguesa que detém a hegemonia e consegue, por isso, administrar as contradições interburguesas e sobrepor seus interesses sobre os das demais frações. O uso de *hegemonia*, no entanto, não remete ao de Gramsci, restringe-se apenas à burguesia e suas frações.

³⁹ Hodiernamente, a classe trabalhadora é composta essencialmente por assalariados do setor de serviços, por prestadores de serviços subempregados ou sem vínculo empregatício e por uma massa de desempregados. Essa conformação desmobiliza a organização da classe trabalhadora que não consegue ter força nem nas lutas do campo político burguês nem no campo revolucionário.

No início da contrarrevolução, no período que Marini chama de *desestabilização*, é possível observar traços fascistas, porém eles não são determinantes e sim a desmoralização do movimento popular (característica contrária ao fascismo “clássico”), o acúmulo de forças e alianças e a neutralização de alguns setores.

Marini afirma que devido a base da estrutura dos países latino-americanos ser a superexploração da força de trabalho não foi possível no século XX derrotar politicamente o movimento popular (que permanecia aparentemente forte) e por isso foi necessário o uso da força para a tomada do Estado. Ou seja, os movimentos populares fortalecidos com a pequena burguesia proletarizada, com os movimentos do campo e com novos movimentos dos trabalhadores da indústria impossibilitam a chegada da nova fração hegemônica burguesa ao poder via eleições⁴⁰. Devido a isso a fração burguesa hegemônica tenta refazer o *bloco no poder* para incluir a pequena burguesia e restabelecer suas relações de aliança com a mesma. Conseguindo isso, o novo bloco no poder em aliança com as Forças Armadas consegue desestabilizar o campo popular (que seria o vírus causador dos males do organismo são, a sociedade burguesa democrática) e retomar o discurso ideológico de defesa da democracia.

Esse processo inicia com uma negação da democracia como um meio para um fim grandioso que é o retorno à democracia, sem os males do campo social. Para conseguir tal façanha, a *doutrina de contrainsurgência* privilegia as Forças Armadas como elemento central da sua estratégia, dando a ela a tarefa de solucionar o problema. Como se fala popularmente, matou dois coelhos com uma cajadada só: satisfaz a “vontade” contrarrevolucionária da burguesia e a “vontade” de poder das Forças Armadas.

Da *doutrina de contrainsurgência* surge um *Estado de contrainsurgência* que é, segundo Marini, um Estado no qual as estruturas e funcionamento tem coparticipação entre as Forças Armadas e o capital monopólico, tendo esse Estado a forma de uma ditadura militar ou qualquer outra forma. Durante o período de 1964 a 1985 o Estado adquire a *forma* de uma ditadura militar, em que as Forças Armadas assumem seu controle e poder político, porém seu *conteúdo* é compartilhado entre as Forças Armadas e a burguesia monopólica.

Marini afirma que o *Estado de contrainsurgência* apresenta uma hipertrofia do poder executivo, em dois ramos específicos: o militar, constituído pelas Forças Armadas, Conselho de Segurança Nacional e órgãos da inteligência; e o econômico, constituído pelos ministérios

⁴⁰ Esse processo difere do fascismo “clássico” que teve apoio massivo da pequena burguesia e de parcela do proletariado. No entanto, a *fascistização* que ocorre no Brasil no século XXI tem apoio semelhante ao fascismo “clássico”.

econômicos e pelas empresas estatais de crédito, produção e serviços. Esses dois ramos reúnem-se no Conselho de Segurança Nacional, transformando-o em órgão chave desse tipo de Estado.

A diferença entre esse tipo de Estado e o Estado burguês “clássico” é que nesse a tomada de decisões divide-se entre os poderes que compõem o Estado (legislativo, judiciário etc.), enquanto naquele a aliança entre as Forças Armadas e o capital monopólico detém o poder de decisão. Em síntese,

o Estado de contrainsurgência é o Estado corporativo da burguesia monopólica e das Forças Armadas, independente da forma que assuma esse Estado, quer dizer, independente do regime político vigente. Esse dito Estado apresenta similaridades formais com o Estado fascista, assim como com outros tipos de Estado capitalista, mas sua especificidade está em sua peculiar essência corporativa e na estrutura e funcionamento que geram dali. Chamá-lo de fascista não nos faz avançar um passo na compreensão do seu significado (Marini, 1978, p. 24, grifos do autor, tradução livre).

Assim, as pessoas que ocupam os cargos de gestão do Estado são apenas representações políticas do capital. Não podemos, portanto, qualificar a tecnocracia civil e militar como burguesia estatal nem afirmar que as Forças Armadas agem por vontade econômica e política próprias – é a burguesia monopolista que é a fração da burguesia que detém hegemonia no bloco do poder quem determina as ações tanto da tecnocracia quanto das Forças Armadas. Isso não quer dizer que as demais frações burguesas não participem, mas que a hegemonia da burguesia monopólica determina que as ações sejam voltadas para o atendimento dos seus interesses.

Dois fatores levam os EUA a rever a *doutrina de contrainsurgência* dos países latino-americanos, impulsionando-os à fase de institucionalização – nessa fase implementa-se o que ficou conhecido como “democracia viável” ou “democracia governável”.

O primeiro fator se refere à crise econômica sem perspectivas de superação que o imperialismo norte-americano sofria. Isso faz com que haja contestação da hegemonia dos EUA no “bloco capitalista” pela Alemanha Federal e Japão. Além dessa crise de hegemonia do imperialismo estadunidense no bloco capitalista, a crise econômica impacta também no interior do país que, segundo Marini, provoca uma crise ideológica e política e estas afetam a legitimidade do sistema de dominação.

O segundo fator se refere ao avanço das forças revolucionárias na África e Ásia (Moçambique, Angola, Vietnã etc.) e ao avanço das forças populares na Europa (Portugal, Espanha, Itália, Grécia e França). O avanço dessas forças em conjunto à crise econômica do imperialismo estadunidense impõe adequações em sua estratégia, para retomar a legitimidade

do sistema de dominação dentro do país, diminuir o peso da crise nas diferentes classes e restaurar a hegemonia norte-americana no campo capitalista a partir da superação da crise econômica – conhecida como a política de Carter.

O imperialismo norte-americano modifica “sua estratégia mundial, para compensar e evitar a repetição dos fracassos obtidos na primeira metade da década” (Marini, 1978, p. 25, tradução livre). Essa modificação segue duas linhas: a polarização das relações com o campo socialista, centralizando na Europa Ocidental a briga entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia; e o resfriamento das zonas periféricas “quentes”, através de uma revisão da *doutrina de contrainsurgência* adequando-a às novas condições da luta de classes.

A *doutrina de contrainsurgência* tem como ponto principal a origem dos movimentos revolucionários e ao longo da sua implementação precisou ser revista, pois os novos teóricos do imperialismo estadunidense da Comissão Trilateral entendem que o problema (ou seja, o surgimento dos movimentos revolucionários) não é importado nem deriva de infiltração externa e sim é resultado de desequilíbrios na moderna sociedade capitalista que afetam o Estado. Por isso, seria necessário reformular a *doutrina de contrainsurgência* para que ela apontasse para uma “institucionalização política, capaz de expressar-se em uma democracia ‘viável’, quer dizer, restrita” (Marini, 1978, p. 26, tradução livre), capaz de administrar politicamente as novas condições de luta de classes na América Latina.

No sentido de entender essa institucionalização política da doutrina de contrainsurgência, Marini, no artigo intitulado *¿Hacia una ‘democracia viable’ en América Latina?*, se propõe a analisar as limitações estruturais que o governo eleito de James Carter encontrará para fazer modificações da política norte-americana nos países latino-americanos e, para isso, verifica os fatores internacionais que possam apontar para essas modificações.

Um primeiro ponto é a evolução da crise econômica mundial que, se segue sendo aprofundada, impossibilita a liberação política da América Latina. No entendimento dele, os EUA só podem sair da crise se houver a flexibilização dos rígidos controles anti-inflacionários, proposta anunciada por Carter enquanto candidato, mas que a Comunidade Econômica Europeia (CEE) não entende ser possível.

Como não é possível visualizar em um horizonte próximo um novo *New Deal*, Marini entende que o que acontecerá é uma *política de administração da crise*, na qual há uma moderação dos efeitos da recessão através de um controle da taxa de inflação. Para Kissinger, Ford e as agências financeira internacionais essa política está relacionada à administração política da crise que resulta, para a América Latina, no apoio aos regimes militares para que

estes ajustem tanto parcelas da burguesia como o próprio proletariado aos interesses norte-americanos. No entanto, Carter propõe uma solução diferente que critica a junta militar chilena, defende os direitos humanos e manifesta divergência em relação ao subimperialismo brasileiro.

O posicionamento dos EUA, defendido principalmente no congresso, começa a propor uma nova fórmula para a América Latina que é expressa numa ideia de democracia viável. Sem precisar o que significa isso, essa ideia encobre a convicção de que os países latino-americanos não estão maduros o suficiente para uma democracia plena. Assim, o que é possível para esses países é um “regime institucional que, ao respeitar no possível as liberdades democráticas essenciais, possa contar com certo apoio social” (Marini, 1976a, online, tradução livre).

O que de fato significa essa democracia viável é uma restrição da democracia no qual se institucionaliza a contrarrevolução latino-americana no Brasil. Ou seja, aquela etapa contrarrevolucionária que inicia em 1964 com a doutrina de contrainsurgência como resposta às lutas populares é entendida como o padrão necessário a ser institucionalizado no Estado dependente latino-americano, como o padrão possível devido a imaturidade dos povos latino-americanos.

Marini chama a atenção para a diferença entre a contrarrevolução latino-americana e o fascismo europeu, mesmo que identifique algumas semelhanças por ambos serem processos contrarrevolucionários burgueses. Segundo Marini, no fascismo europeu o Estado é tomado pelo movimento fascista que estava fora do Estado, movimento que acaba por dominar o Estado. Enquanto na América Latina o Estado de contrainsurgência é uma metamorfose do Estado provocado dentro do Estado, ou seja, desde os seus elementos de sustentação; nas palavras de Marini, “os aparatos burocráticos-repressivos, que deixam de ser corpo para se converter em cabeça” (Marini, 1976a, online, tradução livre).

A metamorfose do Estado dependente latino-americano se torna possível por um lado devido à intensificação das lutas interburguesas e das lutas de classe em geral (provocadas pelo desenvolvimento do capital) que conduzem a uma certa autonomização dos aparatos repressivos do Estado; e por outro lado devido à estratégia norte-americana de manutenção do controle das suas zonas de influência.

A institucionalização do Estado de contrainsurgência é, portanto, a manutenção do controle imperialista nos países latino-americanos através de uma maior estabilidade política dos regimes da região devido ao consenso e à institucionalidade. Essa tendência à institucionalização não é, no entanto, uma mera escolha de Carter, senão um resultado da crise capitalista em si e da política exterior norte-americana.

A busca por essa estabilidade política não é, no entanto, alheia aos movimentos internos dos países latino-americanos. A diversificação do bloco no poder desempenha um papel importante para as mudanças dentro da burguesia monopolista, pois, segundo Marini, as contradições interburguesas “nascem de *divisões surgidas no seio do grande capital, da própria burguesia monopolística*” (Marini, 1978a, p. 26, grifos do autor, tradução livre). No Brasil “as lutas interburguesas se dão entre frações nacionais e estrangeiras (norte-americana, fundamentalmente), ligadas a dita indústria [de consumo suntuário], e as frações nacionais e estrangeiras (no essencial, eurojaponesa), que têm assento na indústria básica e de bens de capital” (Marini, 1978a, p. 26, tradução livre).

As contradições e lutas interburguesas desenham o padrão de reprodução do país que distribui os recursos, vantagens fiscais etc. de acordo com a correlação de forças entre as frações da burguesia. Isso acaba resultando num estímulo à rivalidade e polarização entre os setores produtivos e num descarte da justificativa “nacionalista” dessa luta – não é uma simples briga entre países e sim uma luta entre os interesses particulares de frações burguesas, para que se sobreponham aos demais (obtenham hegemonia no bloco no poder) e tenha, conseqüentemente, o Estado a seu favor.

O acirramento das contradições interburguesas exige novos campos de luta para a conformação de um novo bloco no poder, em especial o campo político. Isso implica na flexibilização da centralização do poder político nas mãos da elite tecnocrática militar que passa a incluir o parlamento, partidos, mídia etc. Contudo isso não implica em abertura e penetração dos interesses dos trabalhadores no poder político, implica somente na falta de hegemonia no bloco no poder, na luta entre as diversas frações para alcançar a hegemonia e na institucionalização da fórmula de “democracia viável/restrita” proposta pelos teóricos da Comissão Trilateral.

Em poucas palavras, o que esses teóricos propuseram foi uma “‘abertura’ política que preserve o essencial do Estado de contrainsurgência. Em que isso consiste? Na institucionalização da participação direta do grande capital na gestão econômica e na subordinação dos poderes do Estado às Forças Armadas” (Marini, 1978a, p. 28, tradução livre). A institucionalização da participação direta do capital na gestão econômica substitui os enfrentamentos entre as frações burguesas sem maiores discussões com o objetivo de conseguir mais recursos do Estado. Já a subordinação não acontece da maneira tranquila, mas essencialmente é a vinculação das Forças Armadas como uma espécie de quarto poder que exerceria um poder moderador além dos três poderes clássicos do Estado.

Nesse *Estado de quarto poder* as Forças Armadas devem exercer “um papel de vigilância, controle e direção sobre o conjunto do aparato estatal” (Marini, 1978a, p. 28, tradução livre). Para Marini, esse papel caracteriza a estrutura e funcionamento do Estado subjugado pelas Forças Armadas e é resultado da imposição do ordenamento legal militar à vida política, principalmente através das leis de segurança nacional⁴¹.

É através do *Estado de quarto poder* que a burguesia débil dependente busca garantir a manutenção da sua condição de classe. O que seriam movimentos pontuais de renunciar parte do seu poder nos momentos de crise (de acirramento das lutas interburguesas e de grande mobilização popular), acaba se transformando numa regra geral para o Estado dependente. Ou seja, os processos capitalistas de aprofundamento da dependência acabam exigindo da burguesia dependente a renúncia parcial do seu poder para conseguir sobreviver enquanto burguesia nacional. Para Marini,

Qualquer que seja a fórmula adotada – e o mais provável é que ela apresente variações nos diversos países do continente –, se caminha, no entanto, para um Estado de quatro poderes, ou mais precisamente, ao *Estado de quarto poder* [...]. Esta característica estrutural e de funcionamento do Estado não será, de imediato, senão o resultado da subjugação do aparato estatal pelas Forças Armadas (para além das estruturas próprias da democracia parlamentar que se ostente) e do ordenamento legal de origem militar imposto à vida política, em particular as leis de segurança nacional (Marini *et al*, 1978, online, grifos do autor, tradução livre).

Partindo por um lado do entendimento de que o *Estado de quarto poder* é a institucionalização do *Estado de contrainsurgência* (que é um Estado conjunto da burguesia e das forças armadas), no qual o Conselho de Segurança Nacional é o órgão chave do *Estado de contrainsurgência* por coincidir os interesses dos setores militar e econômico. E por outro lado do entendimento de que no *Estado de quarto poder* há uma subjugação do aparato estatal e uma implementação naturalizada nas relações sociais das leis de segurança nacional. Investigamos e expomos nas seções seguintes como se deu essa institucionalização através do subimperialismo brasileiro, em seu caráter econômico e político que exige atuação de um *Estado forte* capaz de encarregar-se do binômio segurança-desenvolvimento.

⁴¹ Mesmo com essa relação entre o Estado e as Forças Armadas, o que se tem é uma espécie de democracia, ainda que restrita; para Marini é incongruente o fascismo dentro de uma democracia. Num sentido oposto, Theotônio dos Santos entende que a necessidade imperialista de uma *democracia restrita* na periferia do capitalismo pode ser congruente ao fascismo dependente.

SEÇÃO 3 – SUBIMPERIALISMO: UMA CATEGORIA NECESSÁRIA PARA O DEBATE SOBRE O ESTADO DE QUARTO PODER BRASILEIRO

A construção categorial de Ruy Mauro Marini sobre o *Estado de Quarto Poder* pode aparentar debilidade se levarmos em consideração o campo superestrutural estatal isoladamente, pois mesmo que o Estado seja o cume do sistema de dominação, a sua relação de co-determinação com o capital o impele a cumprir as tarefas essenciais para a reprodução ampliada do capital, independente de quais sejam e independente dos impactos que possam ter para as pessoas.

A relação umbilical entre capital e Estado, na realidade latino-americana, exige que o Estado, dentro da dialética entre o interno e o externo, cumpra sua função principal para com o capital global e, ao mesmo tempo, mantenha sua burguesia interna. No Brasil, o modo de produção capitalista e seu respectivo sistema de dominação foram construídos e constituídos a partir de relações de dominação e subordinação quais que foi possível estabelecer uma condição subimperialista em relação aos demais países latino-americanos.

No imperialismo “clássico” os países com maiores concentração e centralização de capitais buscam outros territórios para dominação e subordinação econômica, política, social e cultural, obedecendo as demandas de reprodução e acumulação do capital próprias da fase de expansão do capital. No subimperialismo, como veremos, não acontece de modo tão distinto: países tipicamente não imperialistas, mas que possuem maior capacidade para a concentração e centralização de capitais, buscam outros territórios para dominação e subordinação.

Dedicamos uma seção dessa tese ao debate de subimperialismo por entender que ele é quem nos dá a base para entender o porquê de, no Brasil, ter se desenvolvido um Estado de quarto poder. O subimperialismo articula o particular padrão econômico dependente brasileiro com a necessidade de um Estado que coadune com esse padrão: que veja sua *burguesia dominante-dominada* e consiga estabelecer uma *cooperação antagônica* entre ela e as frações burguesas imperialistas; que represente a necessidade incessante de produção de valor própria do capital, buscando essa valorização nos redutos mais “inférteis”; e que busque modificar sua localização geopolítica para o nível dos países imperialistas.

3.1. Apontamentos prévios: conjuntura de construção do subimperialismo brasileiro

O período da segunda guerra mundial é um período de crise da economia capitalista mundial, resultado tanto do deslocamento de forças imperialistas como do surgimento de novas tecnologias para reprodução e acumulação de capitais. Nesse processo os Estados Unidos

substituem a Inglaterra como principal país imperialista, em partes por sua grande capacidade de centralização de capitais, em partes por sua superioridade bélica (que devasta as economias europeias e japonesa).

Conforme Marini (1977b), os EUA, como detentores da hegemonia capitalista, reorganizam a economia mundial em duas direções: reestabelecem um funcionamento *normal* do mercado internacional, que assegurasse os investimentos do seu grande capital; e ampliam o raio de acumulação de capital, que permitisse a absorção da grande quantidade de capital acumulado por eles. Essa reorganização tem como instrumentos básicos os organismos internacionais⁴² criados na Conferência de Bretton Woods em 1944: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (BIRF) e o Acordo Geral sobre Impostos e Comércio (GAIT), assinado em 1947. Além dessas ações multilaterais, o governo estadunidense intervém também num plano bilateral, com programas de ajuda exterior (econômica e militar) e através da sua política financeira.

Na década de 1950 as bases de expansão norte-americana se modificaram devido a uma série de déficits na balança de pagamentos estadunidense dessa década. Em seguida vem a crise monetária dos anos 1960 e a desvalorização do dólar nos anos 1970 que contribuem para um redirecionamento da política expansionista. Como sinaliza Marini, “o período da hegemonia britânica havia sido o da criação e consolidação do mercado mundial; o período da hegemonia norte-americana haveria de ser o da integração imperialista dos sistemas de produção” (1977b, online, tradução livre).

Para garantir a hegemonia norte-americana, o processo de monopolização acelerado se estabelece como a base da política de expansão, potencializando os processos de concentração e centralização de capitais que possibilitam a saída dos monopólios norte-americanos a outros países. Dessa maneira se tem uma mudança no padrão de acumulação capitalista, do setor produtivo ao setor financeiro.

É dessa maneira que nos anos 1950 ocorre uma mudança significativa para os países dependentes quando eles entram no processo (encabeçado pelos EUA) de integração mundial através do deslocamento dos investimentos imperialistas para os países dependentes. Marini

⁴² O FMI e BM teriam como função financiar os déficits das balanças de pagamento para que esses déficits não atrapalhassem a circulação internacional de capitais. O BIRF teria como função financiar projetos de desenvolvimento econômico regionais para a criação de condições de rentabilidade do capital privado. O GAIT é um acordo multilateral para reduzir ou suprimir barreiras alfandegárias que dificultassem as exportações norte-americanas e estabelecer diversas facilidades comerciais como proibição de cartéis e o livre comércio. FMI, BM e BIRF utilizavam/m as reservas mundiais que estavam em seu poder.

(1973) afirma que inicialmente esse deslocamento tinha como objetivo os mercados internos desses países, então as empresas multinacionais, a exemplo da Volkswagen, chegam aos mercados brasileiro e mexicano para seus produtos serem consumidos aí.

Os investimentos estrangeiros apresentam nessa fase do capitalismo cinco novidades: “a escala que os investimentos de capital têm alcançado fora do seu país de origem; a predominância nelas do investimento direto e, mais recentemente, o peso dos empréstimos e financiamentos; a amplitude do raio geográfico que cobrem, e a porcentagem cada vez maior dedicada à indústria manufatureira” (Marini, 1977b, online, tradução livre). Essas novas características impõem mudanças às empresas, transformando-as em *multinacionais*⁴³ para que a origem do capital se perca dentro dos processos de fusões, associações e acordos.

Quando se pensa o porquê dos investimentos, aparecem de cara quatro principais razões: rentabilidade, custo da força de trabalho, mercado e crescimento das indústrias de bens de capital (ou que estão conectadas, como a indústria bélica). Além dessas razões, as multinacionais garantem uma estratégia de nivelamento do lucro entre filiais (retirando do campo de relações entre setores) e a exportação do capital fixo obsoleto (pelo surgimento de novas tecnologias) aos países da periferia do capitalismo.

Movidos pelos impulsos da mais-valia extraordinária, os monopólios se veem forçados a substituir o capital fixo antes de que esteja totalmente amortizado. Sua exportação para áreas de menor desenvolvimento tecnológico, onde ainda representam inovações e se dispõe de uma força de trabalho remunerada a níveis mais baixos, permite que a amortização se complete e mantenha aberto o caminho para a renovação tecnológica nos centros capitalistas avançados (Marini, 1977b, online, tradução livre).

Assim, os investimentos do capital imperialista nos países da periferia do capitalismo apresentam inúmeros benefícios e um dos principais, a nosso ver, é a redução do tempo de rotação do capital devido às inovações tecnológicas e ao conseqüente aumento da produtividade. Segundo Marini, o incremento tecnológico leva “a que uma determinada parte do capital desembolsado resulte supérflua para o processo de produção e se desvincule deste, a menos que e até que se amplie a escala da produção” (1977b, *online*, tradução livre). Não tendo essa última condição, o capital fica fora da esfera produtiva e buscará sua valorização através do mercado financeiro que financia a esfera produtiva. Assim, a exportação de capitais não vem

⁴³ Conforme Neto (2020), a “emergência de multinacionais numa economia periférica e dependente como a brasileira desvela a natureza contraditória do capital e como o capital pode configurar-se de diferentes formas” (p. 327).

somente da mais-valia extraordinária, vem também da “desvinculação do capital dinheiro desembolsado por efeito da simples redução do período de rotação” (1977b, *online*, tradução livre).

Em relação ao aumento da circulação financeira encabeçada pelos EUA há uma diferença entre o período imediato do pós-guerra, em que havia uma reserva de divisas, e o período da década de 1960, em que os bancos privados e o capital produtivo estavam no centro propulsor. Nesse segundo momento se tem uma *integração hierarquizada dos centros de acumulação* – que abre mão da unipolaridade no processo de mundialização do capital.

Dessa maneira foi se configurando uma nova economia capitalista mundial, impulsionada pela “expansão e aceleração tanto da circulação do capital produtivo como da circulação do capital dinheiro” (1977b, *online*, tradução livre) e por uma nova divisão internacional do trabalho. Conforme Marini,

Passou o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de manufaturas por alimentos e matérias-primas. Nos encontramos diante de uma realidade econômica em que a indústria assume um papel cada vez mais decisivo. Isso é certo ainda quando o capital industrial se amplia e fortalece em áreas extrativas e agrícolas; o é ainda mais, quando consideramos a extensão e diversificação em escala mundial da indústria manufatureira. O resultado tem sido um *reescalonamento, uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação — que são também potências capitalistas medianas—, o que nos tem levado a falar da emergência de um subimperialismo* (1977b, *online*, grifos nossos, tradução livre).

No processo de integração e diversificação capitalista mundial a América Latina participa em condições extremamente favoráveis, comparando com outras partes da periferia do capitalismo. Foi ainda mais favorável aos países tipo A, cujo processo de industrialização já havia começado anteriormente e que foi impulsionado nesse processo de integração e diversificação capitalista mundial pelo direcionamento dos investimentos norte-americanos na região⁴⁴.

Temos que ter cuidado ao analisar esse direcionamento dos investimentos norte-americanos para a América Latina para não cairmos no entendimento de que isso foi um

⁴⁴ Marini aponta os seguintes dados no artigo *La acumulación capitalista y subimperialismo* (1977b): “enquanto, em 1929, o investimento direto norte-americano na indústria manufatureira da América Latina não representava senão 6.7% do total, em 1950 já alcança 19.1%; essa porcentagem irá em aumento, crescendo mais rapidamente que o investimento total, para representar em 1967, 32.3% da mesma” (*online*, tradução livre). De todo esse investimento, Brasil, México e Argentina obtiveram os maiores investimentos.

processo de internacionalização do mercado interno. Os aportes da América Latina para os mercados internos dos países imperialistas, em especial o norte-americano, não mudam o caráter do mercado interno, que já era internacionalizado. Não se cria um mercado mundializado, o que é novo é a produção mundializada como aponta Marini “mais que a internacionalização do mercado interno, se trata da internacionalização (e a conseguinte desnacionalização) do sistema produtivo nacional, ou seja, da sua integração à economia capitalista mundial” (1977b, *online*, tradução livre).

A internacionalização (e desnacionalização) do sistema produtivo muda a forma de integração produtiva que os países periféricos tinham, os conhecidos *enclaves*. A mudança se dá essencialmente (e em geral) com a entrada do capital nos setores produtivos nacionais, o que leva à desnacionalização desses setores. Esse processo é de extrema importância para a análise sobre o Estado dependente latino-americano (e sua autonomia relativa) e para a observação das mudanças socio-estruturais que os países dependentes latino-americanos sofrem a partir das mudanças nas demandas/exigências da reprodução ampliada do capital (cujo objetivo primordial é a produção e valorização incessante do capital).

Marini (1977b) aponta alguns efeitos desses investimentos estrangeiros para a economia latino-americana. O primeiro ponto deles é a aceleração dos processos de centralização e de concentração capitais que é potencializado. O segundo ponto é a associação de empresas multinacionais com empresas locais, ou seja, as empresas estrangeiras nos países dependentes deixam de ter propriedade integral para ter propriedade compartilhada entre capitalistas estrangeiros e nacionais. O terceiro ponto é a repercussão desfavorável para a criação de empregos, o que leva à classe trabalhadora a dois movimentos: por um lado, migrações internas e aprofundamento da urbanização, por outro lado um crescimento dos níveis de desemprego e subemprego (o que contribui para pressionar ainda mais para baixo os salários das pessoas que têm emprego). O quarto ponto é o impacto do capital estrangeiro sobre a estrutura industrial que a altera de bens de consumo para bens de capital⁴⁵, ponto fundamental tanto para o consumo dos grupos de renda médios e altos (separando a produção das necessidades de reprodução das classes trabalhadoras), como para a garantindo a realização da produção (em partes pelo Estado, em partes pela exportação).

⁴⁵ No Brasil a alteração acontece da seguinte maneira: “Em 1950, os ramos têxtil e de alimentos respondiam por 50% do valor total da produção; em 1960, essa proporção baixa para 36,24% enquanto se eleva a participação do ramo material de transporte de 2.28% para 6.7%, da indústria química de 5.13% para 8.85% e da metalúrgica de 7.51% para 10.4%; em 1970, os ramos têxteis e de alimentos contribuíam com somente 29.49% do total, enquanto os outros três subiam para 8.2%, para 10.89% e para 12.47%, respectivamente” (Marini, 1977b, *online*, tradução livre).

Conforme Marini (1973), na década de 1950 os investimentos estrangeiros no setor industrial dos países dependentes se direcionavam ao mercado interno desses países: “quando a Volkswagen se instala no México e no Brasil, o faz em função do mercado mexicano e do mercado brasileiro” (1973, online, tradução livre). No entanto, quando nesses países “vai se desenvolvendo uma indústria pesada de bens de produção e de bens de consumo duráveis, se apresentam dificuldades crescentes para a realização da sua produção” (1973, online, tradução livre).

Assim, “a indústria latino-americana é incapaz de se satisfazer com o mercado interno e conta com limitações estruturais para conseguir ampliá-lo de forma acelerada. Lhe é imposto, pois, se abrir a exterior, o que converteu a exportação de manufaturas na consigna mais sentida do grande capital estrangeiro e nacional na América Latina” (Marini, 1977b, *online*, tradução livre).

Então à medida que se tem o desenvolvimento da indústria de bens de capital e de bens de consumo duráveis, juntamente ao mercado interno pouco dinâmico devido à superexploração da força de trabalho, aparece para as multinacionais a dificuldade de realização da mais-valia produzida. Esse movimento, segundo Marini (1973), leva à tentativa de “criar mercados regionais ou sub-regionais” (1973, online, tradução livre).

Devido à “competência direta agressiva do estilo brasileiro, que a partir de uma base produtiva própria, busca conquistar e integrar a ele, mercados periféricos como o do Uruguai, Bolívia e outros mais” (1973, online, tradução livre), o Brasil vai construindo seu caráter subimperialista, ao passo que nesses outros países (em especial os de tipo B) vão se construindo um caráter sub-dependente. Além da anexação dos mercados do entorno regional, o Brasil consegue construir um mercado interno relativamente mais consolidado que os demais países da região – em especial os países centro-americanos e o México que tiveram seus mercados anexados aos Estados Unidos.

Como para garantir a realização da produção industrial é necessário a exportação dos bens produzidos, há uma mudança significativa a partir de 1965 entre a quantidade de produtos que ficam no mercado interno e a quantidade para a exportação. Conforme Marini, de 1957 “até 1965, as empresas estrangeiras localizadas na América Latina destinavam 93% da sua produção às vendas locais, ficando somente um restante de 7% para a exportação” (1977b, *online*, tradução livre). No entanto, esses números mudam consideravelmente:

Em 1967, uma de cada quatro empresas estrangeiras no Brasil exportava manufaturas; a relação aumentou de uma para três em 1969. Neste último ano,

as exportações de manufaturas provenientes de empresas estrangeiras alcançaram 43% das exportações totais do sector; nos ramos de maquinaria e veículos, essa participação foi de 75%. Com menos intensidade, o fenômeno se apresenta também em outros países de grau de desenvolvimento relativo similar, como México e Argentina, mas também em países de menor desenvolvimento, como El Salvador (Marini, 1977b, *online*, tradução livre).

É importante frisar que para Marini não basta exportar manufaturas para ser um país subimperialista, senão além do Brasil, México e Argentina poderiam ser consideradas subimperialistas – até El Salvador. No caso do México, as exportações advêm de indústrias montadoras (*maquilas*) e, por isso, não têm a necessidade de transformações socio-estruturais no país onde as montadoras atuam, essencialmente porque cumprem uma função específica dentro do processo produtivo que é utilizar força de trabalho mais barata dentro de um processo produtivo em que todas as demais etapas acontecem e pertencem a um país de capitalismo central.

Em geral se fala sobre a questão da realização das mercadorias através do Estado (direta e indiretamente) e das camadas médias e altas como uma característica particular do esquema subimperialista. De fato, como a superexploração da força de trabalho é um condicionante para os investimentos estrangeiros nos países dependentes, não tem como as classes trabalhadoras consumirem aquilo que produzem, é necessário aos países subimperialistas recorrerem à exportação para a realização da produção.

É um ciclo que começa com a superexploração da força de trabalho para conformar o sistema produtivo, em que se produz bens que estão fora das condições de consumo das classes trabalhadoras; para realizar a produção, volta-se ao mercado exterior; este tem demandas específicas que acabam por modificar os ramos produtivos ou, pelo menos, a qualidade dos produtos. Um caso emblemático que descreve bem esse ciclo é o do setor de vestuário e calçados no Brasil:

Típico ramo tradicional, de crescimento vegetativo, mesmo considerando como ano base um ano de crise, 1965, o índice de produção não vai mais além de 112.9 em 1970, registrando-se o caso de 1969 – já em plena prosperidade – em que caiu para 95.740. E, sem embargo, esse modesto crescimento não vai referido ao mercado interno. Aproveitando os incentivos à exportação [...], os fabricantes se lançam ao mercado externo (fundamentalmente o norte-americano). De 2.6 milhões de dólares, que já exportavam em 1969, passam para 11.3 em 1970, para 43.2 em 1971 e para 88.9 milhões de dólares em 1972, saltando do discreto 18º lugar que ocupavam na pauta de exportação de manufaturas, em 1967, para o 5º lugar, no último ano considerado (Marini, 1977b, *online*, tradução livre).

A superexploração é, ao mesmo tempo, uma condição para o sistema industrial e um impedimento à sua realização. Aqui se faz necessário retomar a relação dialética entre o interno e o externo que desenvolvemos na seção anterior para pensar não apenas a relação entre os países imperialistas e dependentes, mas, agora, entre os países subimperialista e os subdependentes. Essa relação não está alheia às exigências imperialistas, pois a financeirização do capital e (como descrito na seção 2) a origem do capital nos processos produtivos têm diversas implicações para os países subimperialistas, em especial o Brasil que estamos estudando.

No Brasil “a implantação do capital financeiro modifica radicalmente as relações entre os diferentes estratos e camadas da burguesia” (Marini, 1973, *online*, tradução livre), criando uma forte competição entre camadas da burguesia nacional, em especial entre as camadas médias e o grande capital. No entanto, quando o capital financeiro alcança sua hegemonia consegue administrar os conflitos interburgueses e logra uma aliança⁴⁶ da classe burguesa em geral. O que essa administração não logra é superar “as disparidades e diferenças de tecnologias, de capacidade produtiva e de composição orgânica do capital, graças à intermediação e à transferência do excedente que o capital estrangeiro tem na possibilidade de levar à quebra aos outros grupos mais débeis” (Marini, 1973, *online*, tradução livre) e ao aumento do grau de exploração da força de trabalho.

A superexploração da força de trabalho e a dificuldade de realização da produção no mercado interno estão na raiz da expansão externa. Marini expõe duas razões para que não haja melhora da condição de vida da classe trabalhadora (como aconteceu nos países imperialistas clássicas em seus períodos de expansão): 1) o exército industrial de reserva, que foi desacelerado nos países imperialistas à medida que houve um fluxo migratório de parte da classe trabalhadora dos países centrais para os periféricos; e 2) o padrão de exploração, que estava baseado internamente, por questões nacionais, para a manutenção da acumulação capitalista, diferente dos países da periferia que não têm essa autonomia.

A superexploração da força de trabalho é uma condição essencial ao processo de integração mundial brasileira, não existe a possibilidade de suprimi-la pois isso afetaria a taxa de mais-valia e implicaria na retirada das condições subimperialistas do Brasil. O subimperialismo brasileiro implica numa maior integração (de mercado, tecnológica e de capital) ao capital mundializado e isso implica em condições privilegiadas do capital estrangeiro

⁴⁶ Essa aliança vai garantir, segundo Marini (1973, *online*) uma maior legitimidade ao regime político ditatorial brasileiro.

na economia nacional, ou seja, o capital estrangeiro objetiva alcançar mais-valia extraordinária e para isso conta com a superexploração da força de trabalho dos países dependentes – não se pode frear a superexploração, isso levaria à saída do capital estrangeiro do Brasil e a perda do seu poder subimperialista.

Isso não quer dizer que a classe trabalhadora brasileira aceite essas condições passivamente, quer dizer tão somente que devido ao exército industrial de reserva e a não possibilidade de exportar mão de obra que diminua esse exército, a classe trabalhadora brasileira acaba fincando suas lutas em movimentos reivindicativos no plano econômico quando praticamente não existe margem de negociação – seja pelo condicionante da mais-valia extraordinária do capital estrangeiro, seja pelo peso que o exército industrial de reserva coloca.

Depois de apresentar uma série de dados e uma linha argumentativa sobre as mudanças no padrão de reprodução e acumulação do capital que resulta numa integração mundial capitalista, vamos entender o porquê de apenas o Brasil, dentre os países latino-americanos, apresentar plenamente o fenômeno subimperialista. Para Marini, o subimperialismo é “a forma que a economia dependente assume ao chegar na etapa dos monopólios e ao capital financeiro” (1977b, *online*, tradução livre) e apresenta dois componentes básicos:

por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não somente é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional (Marini, 1977b, *online*, grifos nossos, tradução livre).

Devido a esses dois elementos básicos, se entende que dentre os países latino-americanos com um maior desenvolvimento relativo, como México, Argentina e Brasil, apenas o Brasil logra expressar plenamente os dois elementos – Marini cita Irã e Israel (na década de 1970) como países subimperialista fora da América Latina.

Com isso se torna importante frisar que o subimperialismo não é apenas um fenômeno econômico, é também um fenômeno político⁴⁷. Segundo Marini, o subimperialismo é resultado

⁴⁷ A política expansionista não é um plano de um governo isolado, faz parte da cultura social do país. Então quando os militares chegam ao poder, quando eles propõem os diversos planos de “salvação da nação” etc. eles estão vinculados e respaldados socialmente pelo fenômeno subimperialista brasileiro. Então é aceitável ter os militares no poder para manter o caráter subimperialista da nação, bem como é aceitável que governos democráticos perpetuem o poder militar.

de uma tríade: o processo de luta de classes, o projeto político da equipe tecnocrática militar (que assume o poder em 1964) e a conjuntura econômica e política mundiais.

As condições políticas se relacionam à resposta do imperialismo à mudança de unipolaridade para a integração hierarquizada mundial e às respostas à Revolução Cubana e aos movimentos de massa em toda a América Latina. As condições econômicas se relacionam à expansão do capitalismo mundial e ao *boom* financeiro dos anos 1970.

No Brasil o início dos anos 1970 é marcado pelo chamado *milagre econômico*, período caracterizado pelo grande crescimento do Produto Interno Bruto, pela realização de diversas obras pelo Estado (muitas delas em parceria com setores privados) e pela intensificação da urbanização ligada à industrialização tardia (que provocou migrações regionais e o êxodo rural, concentrando a população nas principais metrópoles do país). Dessa forma, o Brasil se apresentava como um dos mais adequados para receber os investimentos estrangeiros devido a toda sua estrutura institucional e jurídica que o governo militar organizou desde que tomou o poder.

Em 1965, se ampliou o regime proporcionado pelo capital estrangeiro, mediante a modificação da Lei nº 4131, de 1962, que já lhe proporcionava condições bastante vantajosas, e se abriu a porta para a contratação de empréstimos em dinheiro entre empresas estrangeiras e locais. A partir de 1967, novas medidas facultaram aos bancos comerciais e de investimento tomar e repassar a empresas no país créditos para financiar seu capital fixo e de giro. Surge então um verdadeiro mercado de capitais no país (Marini, 1977b, *online*, tradução livre).

A instituição desse mercado de capitais no Brasil que proporcionou a entrada de uma grande cifra⁴⁸ de dólares se dirigiu, essencialmente, para a indústria manufatureira: “para os ramos de mecânica, material elétrico e comunicações, material de transporte, química, borracha, farmacêutica e metalúrgica” (Marini, 1977b, *online*, tradução livre). Para que isso fosse possível o Estado brasileiro interveio ativamente

criando ou subsidiando a demanda (interna e externa) para a produção. Se ocupou, também, de *assegurar campos de investimento no exterior*, mediante operações das empresas estatais, créditos intergovernamentais ou segurança às operações privadas nos países de América Latina e África. Lançado na órbita do capital financeiro internacional, *o capitalismo brasileiro faria tudo*

⁴⁸ Conforme Marini (1977b) “o investimento estrangeiro a médio e longo prazo, que somou 1.028 milhões de dólares em 1966-70, crescia em progressão geométrica: 2.319 milhões em 1971 e 4.788 milhões de dólares em 1972” (1977b, *online*, tradução livre).

para atrair o fluxo monetário, ainda que não fosse capaz de assimilá-lo integralmente enquanto capital produtivo e devesse reintegrá-lo ao movimento internacional de capitais. Com isso, a seu estilo dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa de *exportação de capital*, assim como a *rapina de matérias-primas e fontes de energia no exterior*, como o petróleo, o ferro, o gás (Marini, 1977b, *online*, tradução livre grifos nossos).

Esses papéis executados pelo capitalismo brasileiro (e seu respectivo Estado) que sublinhamos é a demonstração do exercício de uma política expansionista relativamente autônoma – um dos componentes básicos do subimperialismo segundo Marini. É importante frisar que tudo isso só foi/é possível de ser realizado devido ao caráter *forte* do Estado dependente brasileiro que foi reforçado nesse processo.

Por mais que pareça contraditório, é uma necessidade do capital imperialista exportado aos países dependentes a existência um Estado forte que consiga atuar de forma crescente “em questões de obras de infraestrutura, defesa do mercado interno, negociações financeiras e comerciais com o exterior, financiamento interno e criação de condições políticas (em particular no terreno laboral) favoráveis ao investimento estrangeira” (Marini, 1977b, *online*, tradução livre). É uma necessidade porque o capital inserido nessa economia/nação precisa ter condições para se reproduzir – diferente dos países com montadoras (*maquilas*) que precisam apenas flexibilizar ou não criar legislações trabalhistas.

Além de ser uma necessidade do capital imperialista exportado aos países dependentes, o Estado forte é também uma necessidade do capital nacional para que ele intermedeie a relação entre as burguesias estrangeiras e nacionais e logre amenizar os prejuízos desta. É importante esclarecer que o Estado não aparece aí como “árbitro” entre as burguesias, ele está como administrador das demandas de reprodução do capital em geral.

Entendendo que o Estado está numa relação umbilical com o capital e que sua principal função é a de “ordenar e arbitrar a vida econômica (até onde seu arbítrio seja compatível com sua subordinação aos Estados imperialistas)” (Marini, 1977b, *online*), o Estado dependente latino-americano tem sua autonomia relativa acentuada em relação aos capitalistas do centro e da periferia do capitalismo – sendo essa explicação uma das chaves para entender o Estado militar na América Latina.

Isso foi/é o que permitiu/permite que o Estado brasileiro “tenha podido propor um projeto, não de uma estrutura subimperialista, senão de uma *política subimperialista*, com um grau de racionalidade muito superior ao que poderia conferir-lhe o capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil” (Marini, 1977b, *online*). É mister atentar para o fato de que essa autonomia

frente às burguesias estrangeira e nacional permitiu que as forças armadas tomassem o poder para seguir com a política subimperialista.

Marini atenta para que a categoria *subimperialismo* não é estática e que, por isso, deve ser examinada no seu desenvolvimento. Ele chama a atenção para isso porque o dilema entre multipolaridade e unipolaridade é caro ao imperialismo norte-americano, podendo resultar em crises caras aos países dependentes – em especial ao subimperialismo brasileiro.

Em geral as crises capitalistas mundiais têm favorecido a política subimperialista brasileira, como por exemplo a desvalorização do dólar e seus efeitos sobre a economia japonesa dos anos 1970 que facilitam acordos entre o Japão e o Brasil para traslado de uma série de empresas têxteis japonesas para o Brasil. No entanto, existe um fator (além do dilema supracitado) que dificulta a política subimperialista brasileira: a pouca capacidade de penetração do Brasil no mercado mundial através da exportação de bens manufaturados (Marini, 1973).

Ruy Mauro Marini desenvolve essa categoria de análise *subimperialismo* para descrever a condição especial que o Brasil adquire ao longo do seu desenvolvimento no século XX e que permite entender tanto o papel do Estado brasileiro, como alguns acontecimentos históricos posteriores. Essa categoria é desenvolvida a partir da relação entre a acumulação capitalista mundial e a predominância do nacional no processo de internacionalização do capital.

Avancemos, então, para no debate para inferir o porquê do subimperialismo ser uma categoria chave para entender como a particular reprodução do capital nas economias dependentes (respeitando a relação dialética entre o interno e o externo) se apresenta na concreticidade brasileira. Esta que a partir do processo de integração mundial dos anos 1960, em especial a partir do primeiro governo militar de Castelo Branco, adquire não apenas uma economia subimperialista, mas também uma política subimperialista.

3.2. Geopolítica latino-americana e o subimperialismo

Marini define a geopolítica como a “política internacional pensada a partir de determinações geográficas” (1985, *online*) e a entende como consequência de três fatores históricos:

- a) existência de *Estados nacionais* surgidos da divisão da sociedade em classes e das relações de dominação e subordinação que entre elas se estabelece; b) o *desenvolvimento desigual de economias nacionais*, propiciado pela expansão mundial do capitalismo, e das formas de exploração de isso

cria; e c) a formulação de *projetos de dominação* por parte de um Estado em relação aos outros (Marini, 1985, *online*, grifos nossos).

Essas definições subsidiam as análises a partir de diversos países que propõem seus projetos de dominação, como é o caso dos Estados Unidos no curso da segunda guerra mundial que converte a geopolítica como um dos princípios da sua política externa. Com o fim da guerra e com a posição de potência hegemônica capitalista, os EUA recorrem à geopolítica para “conformar sua visão do mundo e traçar sua estratégia de dominação mundial” (Marini, 1985, *online*).

A geopolítica aparece na América Latina a partir dos acordos bilaterais de cooperação técnica e de programas de formação de quadros entre os EUA e as Forças Armadas da região – cooperação que surge na segunda guerra mundial e se generaliza nos anos 1960. Nessa década, principalmente devido à radicalização dos movimentos de libertação nacional latino-americanos e o apoio da União Soviética, os EUA revisam sua geopolítica: suas prioridades passam de confronto direto à União Soviética para a disputa das zonas de influência. A revisão da estratégia norte-americana se consolida quando John Kennedy assume o governo e implementa “a militarização total da diplomacia norte-americana, que, agora, não só constrói sua visão das relações internacionais a partir de uma perspectiva militar, mas também *estende o enfoque militar às relações políticas internas dos diferentes países, através da doutrina de contrainsurgência*” (Marini, 1985, *online*, grifos nossos).

Essa doutrina é entendida por Marini exatamente assim, como um *enfoque militar da política* – seja com os ingleses e franceses em suas guerras coloniais, seja com os norte-americanos na Guerra Fria. Na doutrina de contrainsurgência “qualquer movimento de oposição à dominação vigente é visto [...] como ameaça a ser suprimida mediante o uso da força” (Marini, 1985, *online*), sendo necessário, portanto, identificar essa ameaça para agir violentamente a ponto de suprimir a oposição. Nesse processo, a ameaça identificada se transforma no inimigo a ser combatido na guerra – que substitui a política. Nas palavras de Marini, “o jogo político, a dialética governo-oposição, a alternância de forças no poder, ficam, pois, excluídas e, em seu lugar, a partir do conceito de inimigo interno, a política é substituída pela guerra” (1985, *online*).

A adoção da política de contrainsurgência pelos militares e pela burguesia interna dos países latino-americanos leva a geopolítica a um patamar especial na política internacional dos Estados-nação, potencializando seus projetos de fortalecimento nacional. Por um lado, os processos políticos (que foram reduzidos a guerras internas) representam a aliança com os EUA

contra a União Soviética, sendo o inimigo interno somente a desculpa plausível. Por outro lado, a doutrina de contrainsurgência possibilita a formulação de projetos nacionais de potência pelas forças armadas que transformariam o já alcançado desenvolvimento estatal em uma “doutrina geopolítica como base da sua política exterior” (Marini, 1985, *online*).

É importante desenvolver um pouco mais sobre o caráter e o entendimento interno da doutrina de contrainsurgência, pois é a partir disso que se torna possível estabelecer a relação entre o econômico e o político – superando a falácia de imposição pura e simples da doutrina pelos EUA. Antes, no entanto, é necessário trazer um elemento à análise: desde a formação dos Estados-nação latino-americanos (no período colonial), as relações entre os países latino-americanos sofriam influências geopolíticas, principalmente aqueles que, devido aos fatores históricos, econômicos e culturais, tiveram um desenvolvimento estatal mais robusto. Dito isso, voltemos a intenção da adoção da política de contrainsurgência pelos militares e pela burguesia interna.

A instituição da doutrina geopolítica como base da política exterior só foi possível devido ao apoio estadunidense à substituição dos regimes democrático-liberais pelas ditaduras militares nos países latino-americanos, por um lado; e à formulação de projetos nacionais pelas forças armadas que encabeçavam os Estados-nação, por outro lado. Os EUA, com sua nova estratégia internacional, permitem que as forças armadas nacionais estabelecessem e apresentassem o que seria o interesse nacional: a segurança nacional passa a ser o principal interesse nacional, ela quem possibilitaria a transformação dos países latino-americanos em “grandes potências”.

Apesar de parecer que os *projetos de potência* saíram tão somente das mentes das forças armadas, ela advém de um dos grandes teóricos da contrainsurgência, Robert McNamara – secretário de defesa dos EUA dos presidentes John Kennedy e Lyndon Johnson. Conforme Marini, McNamara estabelece a relação entre o desenvolvimento econômico e a segurança ao afirmar que “a essência da segurança é o desenvolvimento” (Marini, 1985, *online*), relação que incita a construção dos *projetos de potência* latino-americanos cujo vislumbre era o de que “as ditaduras militares elevassem os interesses da burguesia à categoria de interesses nacionais e que sua política de potência promovesse no plano internacional esses mesmos interesses” (Marini, 1985, *online*).

Dessa relação, além dos *projetos de potência*, surge o conceito de subimperialismo⁴⁹ na teoria marxista da dependência, sendo entendido a partir de duas vertentes: econômica e política. Na primeira vertente, o conceito de subimperialismo

parte do processo de expansão e internacionalização do capital, na linha indicada por Marx, segundo a qual um centro capitalista (isto é, um centro de acumulação de capital) expande-se, gerando pontos de circulação, que progressivamente se convertem em núcleos de acumulação também, ainda que subordinados (correspondentes ao que a teoria da dependência chamou de capitalismo dependentes) (Marini, 1985, *online*).

Esses núcleos de acumulação, mesmo que subordinados ao centro capitalista, seguem a regra básica da acumulação: atender a necessidade incessante do capital de valorização do valor. Assim, esses núcleos originam processos e fluxos de mercadorias e capitais relativamente autônomos aos previamente articulados com o centro capitalista e que, por vezes, até se chocam com eles.

Após a segunda guerra mundial, com a definição de um novo centro hegemônico capitalista de forte base produtiva, com o crescimento intensivo do sistema capitalista e com os vários desníveis econômicos e de poder entre os países, tem-se um processo de esgotamento da criação de centros capitalistas que havia antes e, conseqüentemente, há uma diminuição da competição exacerbada e violenta entre os países emergentes. O que passa a acontecer é a diminuição das contradições entre os núcleos dependentes e os centros, visto que o processo de circulação em que estão envolvidos estão alinhados – além da baixa capacidade competitiva dos núcleos dependentes.

Então mesmo que os processos e fluxos de mercadorias e capitais relativamente autônomos originados por esses núcleos possam se chocar com os fluxos estabelecidos entre eles e os centros capitalistas, a baixa capacidade competitiva os faz seguir na condição subordinada em relação ao centro – o que não impede aos núcleos estabelecerem relações hierarquizadas entre eles e outros países capitalistas dependentes.

⁴⁹ Conforme Marini (1985, *online*), esse conceito recebeu quatro críticas, já em seu surgimento: 1) Fernando Henrique Cardoso defende que o caráter do desenvolvimento brasileiro era de *simples expansionismo*; 2) as Nações Unidas defendem e difundem a perspectiva de *novos países industrializados*, posicionamento tomado também por alguns autores marxistas que tentam eliminar as diferenças qualitativas entre imperialismo e subimperialismo; 3) a teoria política internacional outorga o conceito de *potência média* para o fenômeno subimperialista; e 4) a perspectiva estritamente geopolítica analisa o fenômeno a partir do que eles vão chamar de *satélite privilegiado*, tendo como principais autores Vivian Trías, Paulo Schilling, Rodolfo Puiggrós e Gregorio Selser. Além dessas críticas citadas por Marini (1985), atualmente existem outras como a da Virgínia Fontes, Angelita Matos Souza, entre outras.

Assim, se pensarmos que de modo geral quando se esgota a possibilidade de realização da produção no mercado interno, o capital se direciona ao mercado externo para se reproduzir ou busca os lucros extraordinários que o comércio exterior possibilita, entenderemos que o conceito de subimperialismo pode ser entendido economicamente através desse “momento de extroversão, de saída relativamente autônoma ao exterior” (Marini, 1985, *online*).

O movimento de saída ao exterior só pôde acontecer quando houve um momento no processo interno de acumulação de capital que permitiu tanto a concentração quanto a centralização de capitais⁵⁰. Disso resulta seis consequências: formação de monopólios, fusão do capital produtivo e bancário que faz surgir o capital financeiro, monopolização da ciência e da tecnologia, aprofundamento do antagonismo implícito na formação de preços de produção, intensificação da criação da mais-valia extraordinária e, por conseguinte, a condução à obtenção dos lucros extraordinários.

Essa conformação econômica leva ao ápice o processo de competição que pode atrapalhar esse movimento de saída ao exterior que, reforço, é um movimento subordinado à relação entre núcleos dependentes e centros. Ainda assim, com todas as contradições que essa conformação econômica apresenta, é ela que caracteriza o subimperialismo; nas palavras de Marini, o subimperialismo “é o capitalismo dependente chegado à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (1985, *online*).

Na vertente explicativa política, o subimperialismo considera o Estado como componente direto da acumulação que atua na regulação do capital, em sua relação de co-determinação. Dessa maneira, o campo superestrutural é determinado a partir da movimentação real do capital e dos interesses da burguesia, mantendo uma autonomia relativa em relação às frações específicas para conseguir atender a classe burguesa em seu conjunto.

É necessário desenvolver esse debate acerca da autonomia do Estado em relação à burguesia porque, apesar de ter uma relação de co-determinação com o capital, o Estado-nação está vinculado a um território e, ainda assim, não pode perder seu objetivo geral. Para cumpri-lo, a autonomia do Estado “se acentua na medida em que ele é o instrumento por excelência que utilizam as distintas burguesias nacionais em seu inter-relacionamento” (Marini, 1985, *online*). Este é permeado por relações de dominação e subordinação que erige as diversas frações da classe burguesa, elegendo conjunturalmente (a partir da própria dinâmica do capital) a/as fração/ões dominante/s à/às qual/is o Estado tem uma maior dedicação ao atendimento de

⁵⁰ Duplo movimento para a chegada à fase monopolista: crescimento real dos capitais individuais e total, por um lado; e crescimento de alguns tipos de capitais a partir da redistribuição do capital social total, por outro lado.

suas demandas – e o faz não por preterir as outras frações, mas por uma exigência dos processos de reprodução e acumulação do capital.

A autonomia do Estado não o desvincula do capital, ao contrário, ela é necessária para a reprodução ampliada do capital. Esta, que mantém o desenvolvimento desigual e combinado, potencializa as relações de dominação e subordinação seja de frações burguesas por outras, seja de economias inteiras por outras. Assim, no binômio capital-Estado, o desenvolvimento e ampliação de um equivale ao desenvolvimento e ampliação do outro; ou seja, a/a fração/ões dominante/s em expansão requerem e possibilitam a expansão dos seus Estados-nação, que conseguem ultrapassar (em conjunto ao capital) suas barreiras territoriais – processo que cria os Estados que detém a hegemonia mundial.

É mister esclarecer que assim como o capital quando ultrapassa as fronteiras nacionais tem objetivos estabelecidos, o seu Estado correspondente também o tem e eles são expressos “em formulações ideológicas e doutrinárias, [capazes] de plasmar-se em metas e projetos, de traçar linhas de ação estratégicas e táticas” (Marini, 1985, *online*). Nesse sentido, o subimperialismo é também política, com projetos de desenvolvimento, dominação e subordinação. A riqueza e complexidade do subimperialismo nos impõe analisar as relações internacionais

como processo e como de forças cambiantes, como uma teia intrincada que, se hierarquizada e formalizada, se configura menos em forma circular que em forma piramidal. No vértice, o centro imperialista com as economias nacionais que o compõem, na seção seguinte os capitalismo emergentes que tendem aos subimperialismo e assim por diante (Marini, 1985, *online*).

Essa descrição da organização geopolítica mundial nos permite visualizar a dinâmica mundial, numa corrida incessante para ingressar na ponta da pirâmide imperialista e retirar alguns países dessa ponta, deixando-os no nível dos países emergentes ou até mesmo relegá-los a um nível mais abaixo onde o grau de subordinação aos níveis acima é ainda maior. Marini aponta que o Brasil se localiza no segundo nível, o de países emergentes que tendem ao subimperialismo, porém atenta para sua situação paradigmática por não conseguir ser rotulado a uma realidade estática. Isso se deve, essencialmente, por três aspectos da sua história:

desde o momento em que se formulou como projeto de dominação subordinada pela Escola Superior de Guerra até hoje, quando se converteu em elemento constitutivo da ideologia burguesa e em política prática do Estado;

desde o momento em que pretendeu fazer realmente do país um ‘satélite privilegiado’ dos Estados Unidos até hoje, quando olha esse país com crescente desconfiança e procura ampliar sua margem de manobra em relação a ele; desde o momento, enfim, em que sonhou com praticar anexações mais ou menos disfarçadas e levou a cabo intervenções quase abertas na política interna de seus vizinhos até hoje, quando privilegia a expansão econômica (mesmo que através de venda de armas) e a penetração cultural (embora se trate da exportação de telenovelas) como meios principais de ação (Marini, 1985, *online*).

Esses aspectos da história subimperialista brasileira se perpetuam até hoje, com algumas variações: o projeto de dominação subordinada, a relação amistosa e desconfiada com os EUA e a anexação dos países vizinhos podem ser observadas na liderança do Brasil nas organizações intergovernamentais BRICS⁵¹ e MERCOSUL⁵². Essas organizações, em maior ou menor grau, são agitadas e agitam incessantes movimentos na geopolítica mundial, “ameaçando mais de um país imperialista com a degradação a um nível inferior, acenando aos capitalismo emergentes com a possibilidade de novos patamares e incentivando-os a lutar por sua entrada no círculo imperialista” (Marini, 1985, *online*).

É interessante notar que Marini já visualizava esse caráter subimperialista brasileiro em 1985, quase que profetizando essas organizações intergovernamentais supracitadas, quando ele aponta para duas áreas prioritárias de ação da diplomacia brasileira no continente sul-americano (bacias do Prata e Amazônica) cujo objetivo principal seria transformar o Brasil em potência hegemônica no Atlântico Sul através de tratados de integração regional à economia nacional brasileira – que resultou no MERCOSUL; e para uma área prioritária de ação da diplomacia brasileira fora do continente (na África) cujo objetivo principal seria mediar a dominação imperialista naquele continente – que “resultou” na incorporação de alguns países africanos no BRICS.

Retomando a análise histórica do subimperialismo brasileiro e concordando com Marini na impossibilidade de rotulação estática ao subimperialismo brasileiro, nos anos 1970 há uma

⁵¹ Organização intergovernamental formada por um grupo de países emergentes, inicialmente integrado pelo Brasil, Rússia, Índia e China, quando se chamava apenas BRIC. Em 14 de abril de 2014 a África do Sul foi incorporada, passando a chamar BRICS. Em 24 de agosto de 2023 foram incorporados seis novos países: Argentina (América do Sul), Arábia Saudita (Ásia), Egito (África), Emirados Árabes (Ásia), Etiópia (África) e Irã (Ásia) – com isso a sigla é alterada para BRICS+. É importante ressaltar que no ano de 2023, além da incorporação desses países, há um debate acerca da criação de uma moeda própria para as relações comerciais dentro do grupo que possibilitaria o fortalecimento dessas economias emergentes em relação ao padrão dólar.

⁵² Organização intergovernamental formada por países sul-americanos, fundada em 26 de março de 1991, que estabelece uma integração regional na qual há livre-comércio e uma política comercial comum dentro da zona. Inicialmente era integrado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, sendo mais tarde incorporada a Venezuela (que está temporariamente suspensa) e a Bolívia (que está em fase de finalização de anexação, aguardando apenas a aprovação do parlamento brasileiro).

mudança na perspectiva subimperialista brasileira quando a possibilidade de aliança com os EUA construída pelo acordo Geisel-Kissinger é substituída pela tensão imposta por Carter e depois por Reagan, que projetavam o reestabelecimento da hegemonia norte-americana no cone sul. A isso se agrega as mudanças dentro do próprio regime ditatorial que resulta em modificações no projeto nacional.

Essa mudança, em conjunto à pressão pela redemocratização e à necessidade de revisão da estratégia internacional, transformou o Itamarati em um “instrumento de promoção dos interesses da grande burguesia industrial e financeira no exterior” (Marini, 1985, *online*). Mesmo respeitando os limites impostos pelo Conselho de Segurança Nacional, o Itamarati passou a buscar estabelecer novos acordos e criar espaços para o *projeto de potência*, “modificando sua posição hostil aos países socialistas, reaproximando-se dos países do Terceiro Mundo e tentando abrir brechas dentro do próprio bloco imperialista” (Marini, 1985, *online*).

Mesmo com essas mudanças internas na política externa do Brasil, a conjuntura mundial de crise estrutural do capital e os processos de reestruturação iniciados nos anos 1970 acabam desvalidando os esforços empreendidos pelos Estados-nação latino-americanos. Conforme Marini (1985) alguns fatos demonstram isso: o declínio relativo do poderio norte-americano; a aliança entre EUA e Japão em detrimento da Europa; aproximação e cooperação econômica entre Europa ocidental e o bloco soviético; e a possibilidade de aliança da França com países do Terceiro Mundo.

Se nas décadas de 1960 e 1970 “a violenta competição interimperialistas abriu à região ampla margem de manobra e alentou em muitos de seus governos projetos de potência” (Marini, 1985, *online*), na década de 1980 a realidade foi outra. O que mudou foi, essencialmente o empenho dos EUA para reconquistar sua hegemonia econômica e política na região latino-americana, impondo processos de reestruturação que “exige a reconversão produtiva de suas economias, de modo a assegurar sua inserção plena na nova divisão internacional do trabalho” (Marini, 1985, *online*).

As mudanças impressas nos países dependentes latino-americanos, que enfatizam as exportações e a homogeneização tecnológica subordinadas às demandas do capital imperialista norte-americano, implicam “a destruição de seu capital social, particularmente na indústria manufatureira” (Marini, 1985, *online*), iniciando um processo de desindustrialização naqueles países que já tinham uma base industrial mais consolidada (como a Argentina) e de eliminação da indústria naqueles países com uma base industrial frágil (como o Chile e Uruguai). Nos casos do Brasil e do México, que dispunham de uma infraestrutura econômica, população e recursos, a industrialização continuou com algumas modificações: no Brasil há o aprofundamento e

consolidação dos alicerces da sua economia nacional, no México há uma reorientação da sua economia nacional para o mercado norte-americano.

Em todo caso, os países latino-americanos tiveram que se incorporar diretamente à economia mundial à moda antiga, como no período da economia agrário-exportadora do século XIX, declinando do projeto de constituição da América Latina enquanto uma entidade a nível mundial. Assim, a crise mundial e os processos de reestruturação internacional dos anos 1970 e 1980 direcionam a dinâmica regional latino-americana para iniciativas focalizadas no centro do sistema imperialista, especialmente no EUA.

A restauração imperialista dos EUA na América Latina implica na “falência dos governos latino-americanos para encontrar fórmulas e meios comuns de ação” (Marini, 1985, *online*) que consigam se contrapor à estratégia norte-americana da sua reincorporação no nível de dominação estadunidense. Concretamente, a estratégia dos EUA se divide em duas frentes: militar e econômica, através do binômio segurança-desenvolvimento.

Na frente militar, os EUA empreitaram uma corrida para estender sua área de segurança em toda a América Latina, negando qualquer aspiração de autonomia e soberania dos Estados-nação latino-americanos. Nesse sentido apoiam a Inglaterra na guerra das Malvinas (contra a Argentina); convertem as Malvinas em base militar da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte); instalam uma base militar na ilha de Páscoa no Chile depois de uma concessão da ditadura chilena (e negocia esse mesmo acordo com outros países); rompem a política *hands-off*, especialmente com o Brasil.

Na frente econômica, os EUA tiveram um comportamento semelhante à medida que impõe a administração da política econômica dos países latino-americanos desde Washington, num sistema de relações bilaterais. Para isso, cortam relações com as forças armadas latino-americanas e apoiam o retorno do controle estatal para as burguesias locais, trocando os órgãos de controle do campo político-militar para o campo econômico-político (como o Banco Central e o FMI); além disso, devido à resistência de alguns países, lançam diversos planos econômicos⁵³ para garantir a subordinação aos EUA.

⁵³ Podemos citar o *Plano Baker* em 1985 que propunha direcionar 20 bilhões de dólares em três anos aos países da região latino-americana “sempre e quando se mantenha a disciplina da reconversão econômica, se respeite o caráter bilateral dos acordos e se garanta a livre circulação de capitais e mercadorias, em benefício dos Estados Unidos” (Marini, 1985, *online*). Esse plano fracassa e, em 1989, o FMI lança o *Plano Brady* para a reestruturação da dívida externa, mediante a troca por bônus novos que poderiam ser de vários tipos: bônus ao par, bônus de desconto, bônus de redução temporária de juros, bônus de capitalização, bônus de conversão da dívida, entre outros. O Brasil aderiu ao *Plano Brady* em 1992, finalizando o acordo em 1994; em 2006 o governo brasileiro exerceu o direito de resgate antecipado de US\$ 6,64 bilhões em títulos *bradys*, eliminando da dívida externa brasileira todos os títulos relacionados com o *Plano Brady*.

Na mesma linha dos EUA, o subimperialismo brasileiro busca perpetuar o binômio segurança-desenvolvimento, permitindo a institucionalização da contrainsurgência através da continuidade das forças armadas dentro da estrutura econômica e política brasileira mesmo após o fim da ditadura. Diferente do período ditatorial, no qual elas encabeçavam e detinham todo o poder do Estado, após a redemocratização suas funções ganham uma maquiagem estritamente militar, encobrindo o *projeto de potência* no qual as forças armadas cumprem a parte da segurança para garantir o desenvolvimento econômico.

O Brasil tem cumprido, assim, um papel importante na luta pela soberania e pelo progresso material dos países latino-americanos que anda numa linha tênue entre o seu alcance e o retorno às condições do século XIX. No entanto, para cumprir esse papel o cobra-se caro: a superexploração e a miséria da classe trabalhadora latino-americana, bem como a pulverização da esperança da maioria dos povos da região. Ao invés de criar iniciativas regionais para a defesa da independência e da soberania de cada povo latino-americano, o subimperialismo brasileiro caminha em seu projeto próprio de potência.

É mister atentar que não estamos defendendo o subimperialismo brasileiro, afinal o caráter subimperialista carrega consigo processos de dominação e subordinação de povos. Ao contrário, defendemos que o *projeto de potência* do subimperialismo brasileiro (visualizado economicamente no MERCOSUL e no BRICS e militarmente na *Garantia da Lei e da Ordem*) não resgata a ideia de unidade e destino comum da América Latina, o que ele faz é buscar mudar a localização geopolítica do Brasil do nível dos países emergentes para o cume da pirâmide, onde estão os países imperialistas.

Demonstramos nessa seção que a institucionalização do Estado de contrainsurgência num Estado de quarto poder (discutidos na seção anterior) foi uma demanda ditada ao Estado dependente brasileiro, visando garantir o binômio segurança-desenvolvimento exigidos pelo subimperialismo brasileiro. A segunda parte do binômio, em geral, é garantida por essas organizações intergovernamentais e pelo *lawfare*; enquanto a primeira se expande, dentre outros meios, através da *Garantia da Lei e da Ordem* que transforma a contrarrevolução em uma característica do *Estado forte dependente brasileiro*.

SEÇÃO 4 – A GARANTIA DA LEI E DA ORDEM: INSTRUMENTO SUBIMPERIALISTA BRASILEIRO

O binômio desenvolvimento-segurança nos parece chave para desnudar o processo de institucionalização da contrainsurgência após a redemocratização, processo que, como já vimos, garante: a localização subalterna da formação social brasileira no capitalismo imperialista; o projeto subimperialista brasileiro dentro dos países latino-americanos, em especial dentre os países do cone sul; a cooperação antagônica entre as burguesias internas e externas; o reforço da condição *forte* do Estado dependente brasileiro.

A primeira parte do binômio, o desenvolvimento, tem passado por uma série de mudanças e adaptações desde a mudança na localização da China⁵⁴ dentre os países imperialistas. Destaco os inúmeros acordos comerciais (não somente os estabelecidos a partir do BRICS) com os países do chamado *sul global* e a predominância do capital chinês nas economias dependentes – inclusive com transações comerciais sendo realizadas com moeda chinesa e não com dólar a partir de 2023. Em setembro de 2023 o comércio bilateral entre China e Brasil fizeram história quando realizaram a primeira transação econômica⁵⁵ em moedas locais (Yuan e Real), demonstrando a força do BRICS.

Pode-se pensar que dado o protagonismo chinês o projeto subimperialista brasileiro não teria possibilidades de se efetivar, porém é justamente pelo caráter subimperialista e não imperialista que Brasil consegue manter seu projeto apoiado pela China – que visa o domínio imperialista e vem ocupando o território transfronteiriço do capital a partir das periferias. É sabido que não há homogeneidade acadêmica sobre o atual papel chinês no capitalismo mundial nem nos cabe na presente tese fazê-lo; desse modo, nos voltaremos à segunda parte do binômio, o da segurança.

É importante destacar que a segurança que iremos tratar não se descola da primeira parte do binômio, ou seja, do desenvolvimento. Por um lado, ela se apresenta nos textos legais que aparentam focar no caráter militar, como se nesse ponto estivesse descolado totalmente da economia. Por outro lado, ela se apresenta em processos de acumulação como o militarismo e armamentismo, que discutiremos na seção seguinte.

⁵⁴ Merino, Bello e Iglecias organizaram um excelente livro sobre a localização da China na geopolítica mundial intitulado *China y el nuevo mapa del poder mundial: una perspectiva desde América Latina*.

⁵⁵ Cf. <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-e-china-completam-primeira-transacao-somente-com-moedas-locais/>

Nessa seção apresentaremos inicialmente como as Forças Armadas aparecem no Estado brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END), visando demonstrar a *necessidade social* da sua permanência (que é legal e socialmente legitimada).

Em seguida vamos expor como as forças armadas atuaram/atuam dentro e fora do território brasileiro através das operações de *Garantia da Lei e da Ordem* (GLO) visando demonstrar como os textos legais aparecem na realidade.

4.1. A legitimação das Forças Armadas após a redemocratização

No processo de descompressão ao fim da ditadura civil-militar que durou 21 anos no Brasil houve a criação de uma nova constituição que, dentre outras coisas⁵⁶, retirava o máximo de poder das forças armadas e delimitava suas frentes de ação. Ao todo são dez artigos que abordam a temática segurança nacional, defesa nacional e forças armadas, vamos analisá-las.

O artigo 91 da CF/1988 estabelece que o Conselho de Defesa Nacional é “órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático”. Desse Conselho são partícipes natos: o Vice-Presidente da República; os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; o Ministro da Justiça; o *Ministro de Estado da Defesa* (incluído após a criação do Ministério da Defesa); o Ministro das Relações Exteriores; o Ministro do Planejamento; e os *Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica* (incluídos após a criação do Ministério da Defesa). Esse Conselho tem como competência:

I - opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos desta Constituição; II - opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal; III - propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; IV - estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático (Constituição Federal, 1988).

⁵⁶ Essa constituição ficou conhecida como *constituição cidadã* pela constitucionalização de uma série de direitos sociais dos quais destaco a seguridade social (saúde, previdência e assistência social). Sua implementação, no entanto, se dá nos marcos da consolidação neoliberal e nunca houve a possibilidade do texto legal se tornar completamente real.

Nesse artigo 91, destacamos a presença dos militares na defesa da soberania nacional e do Estado democrático num Conselho no qual ocupam (no mínimo) 40% dos cargos. Destacamos, também, que, para essa defesa, eles podem opinar, propor e acompanhar ações coercitivas. Além do artigo 91, a CF/1988 separa o *Título V – Da defesa do estado e das instituições democráticas* para dissertar sobre: o estado de defesa, o estado de sítio, as forças armadas e a segurança pública – ocupando os artigos 136 até o 144. Vamos à análise deles.

O artigo 136 da CF/1988 trata especificamente do *Estado de Defesa* cujo objetivo é “preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza”. Esse *estado* é decretado pelo presidente da república após ouvir o Conselho da República⁵⁷ e o Conselho de Defesa Nacional, devendo nesse decreto conter o tempo de sua duração, as áreas a serem abrangidas e, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem nesse *estado*. Nas 24 horas após o decreto (ou da sua renovação), o presidente da república deve submeter o ato à aprovação do Congresso Nacional, que decide por maioria absoluta.

Apesar do decreto ter que conter essas informações, os parágrafos 1º, 2º e 3º estabelecem, correspondentemente: as restrições aos direitos (a) reunião, ainda que exercida no seio das associações; b) sigilo de correspondência; e c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;); o tempo de duração que se limita a 30 dias, podendo ser prorrogado pelo mesmo período; e algumas medidas coercitivas e direitos dos cidadãos (prisão, exame de corpo de delito, avaliação policial do estado físico e mental do preso, tempo máximo de prisão de 10 dias e direito à comunicação do preso).

Destacamos no artigo 136 a autonomia do presidente da república, mesmo que possivelmente tutelada pelo Congresso Nacional, para o decreto desse *estado*. Alertamos esse ponto porque recentemente tivemos um presidente com traços autoritários e que tinha o congresso e as forças armadas como seus aliados. Destacamos também, que no primeiro e no terceiro parágrafos desse artigo há uma série de restrições de direitos que, se não forem respeitadas, podem ser usadas (conforme veremos a seguir) para justificar ações coercitivas

⁵⁷ Segundo o artigo 89 da CF/1988, o Conselho da República é o órgão superior de consulta do presidente da república. Dele participam: o vice-presidente da república; os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados; os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal; o Ministro da Justiça; e seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

contra os chamados *terroristas* ou, numa linguagem atual usada pelas forças armadas, agente perturbador da ordem pública (APOP).

O artigo 137 trata especificamente do *Estado de Sítio* que pode ser decretado pela presidência (com autorização do Congresso Nacional e depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional) quando houver “I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; II - declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira” (CF/1988, art. 137). Em caso de ser decretado pelo segundo motivo o prazo pode ser por todo o tempo que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira; em caso de ser decretado pelo primeiro motivo é possível realizar uma série de medidas contra as pessoas e as instituições durante o prazo máximo de trinta dias (sem prorrogação), como:

I - obrigação de permanência em localidade determinada; II - detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns; III - restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei; IV - suspensão da liberdade de reunião; V - busca e apreensão em domicílio; VI - intervenção nas empresas de serviços públicos; VII - requisição de bens. (CF/1988, art. 139)

Para ambos os motivos, “O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.” (CF/1988, art. 138). É importante atentar para o fato de que em ambos está previsto a suspensão de direitos constitucionais e que geralmente o *executor das medidas* são as forças armadas.

Outra questão importante a ser frisada sobre os *Estado de defesa* e *Estado de Sítio* é que, apesar de haver uma comissão formada por cinco membros do Congresso Nacional que deve acompanhar e fiscalizar as medidas desses estados (art. 140), os atos ilícitos cometidos pelos executores ou agentes devem ser relatados “pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas” (art. 141, parágrafo único) assim que seja finalizado tal *estado* para que haja julgamento e penalização. Há, portanto, uma inovação na CF/1988 nesse sentido, pois os atos ilícitos cometidos durante os 21 anos de ditadura civil-militar foram anistiados e os executores seguem sem julgamento e penalização até hoje.

Os artigos 142 e 143 versam sobre as *Forças Armadas*, delimitando que elas são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica e que “são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República” (art. 142), destinando-se “à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, *da lei e da ordem*” (art. 142, grifos nossos).

As pessoas que são membros das forças armadas são denominadas *militares* (art. 142, parágrafo terceiro) e recaem sobre elas nove disposições, com destaque para: julgamento em justiça militar; proibição de sindicalização, de greve e de filiação partidária; e a criação de leis específicas para dispor sobre “o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares” (art. 142, inciso X).

No artigo 143 é especificado a obrigatoriedade do serviço militar, excetuando-se as mulheres e os eclesiásticos. Os homens que “após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar” (art. 143, parágrafo primeiro) devem prestar um serviço alternativo atribuído pelas forças armadas.

O artigo 144, que encerra o *Título V – Da defesa do estado e das instituições democráticas*, trata sobre a *Segurança Pública* que é apresentada como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos” e que tem como objetivo “a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Para garantir tal objetivo são criados seis órgãos: “I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares; VI - polícias penais federal, estaduais e distrital” (art. 144). Nesse artigo 144 são descritas sucintamente as funções gerais de cada um deles e a vinculação de cada um com a união, estados e municípios.

Para a execução das ações de cada órgão militar desses dez artigos da Constituição Federal de 1988 (e suas alterações ao longo dos anos) foram e continuam sendo criadas diversas leis de regulamentação dos órgãos e manuais de operações específicos para cada órgão que subsidiam a construção da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) – das quais vamos tecer apenas alguns comentários.

A Lei Complementar n. 97, de 9 de junho de 1999 que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, amplia suas funções para além do disposto da CF/1988. Essa lei complementar possui apenas duas alterações: pela Lei

Complementar n. 117, de 2 de setembro de 2004, que estabelece novas atribuições subsidiárias às forças armadas; e pela Lei Complementar n. 136, de 25 de agosto de 2010, que cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplina as atribuições do Ministro de Estado da Defesa – ressaltando que tais leis complementares foram criadas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), período que teve significativo avanço das funções das forças armadas para o projeto (neo)desenvolvimentista subimperialista brasileiro.

A PND que foi aprovada originalmente pelo Decreto n. 5.484, de 30 de junho de 2005, como Política de Defesa Nacional, foi atualizada pela Lei Complementar n. 136, de 25 de agosto de 2010 que divide a PND em: Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional. Além dessa divisão, essa lei complementar estabelece que o “Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações” (Art. 9, parágrafo terceiro) esses três documentos.

Existem quatro versões da PND: a primeira de 2005 e três atualizações em 2012, 2016 e 2020 – atualmente foi estabelecida uma comissão para a atualização em 2024. A primeira PND, de 2005, inicia demarcando a importância do documento para a conscientização de todos os segmentos da sociedade brasileira sobre o dever de todos perante a defesa da nação, apontando que “é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses” (Brasil, 2005, Introdução).

Já nessa primeira PND podemos observar o caráter da defesa para além do território brasileiro e sua vinculação ao projeto de desenvolvimento econômico do país (que não perdeu o slogan de *Brasil Potência*). Desse modo, a PND aparece como o “documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional” (Brasil, 2005, Introdução), sendo coordenado pelo Ministério da Defesa.

Nela, já em sua primeira seção, são estabelecidos os conceitos de Estado, segurança e defesa e a abrangência de cada um deles. É interessante observar a definição de Estado porque nela já está contida o monopólio da coerção: “O Estado tem como pressupostos básicos o território, o povo, leis e governo próprios e independência nas relações externas. *Ele detém o monopólio legítimo dos meios de coerção para fazer valer a lei e a ordem*, estabelecidas democraticamente, *provendo-lhes, também, a segurança*” (Brasil, 2005, 1.1, grifos nossos) – a segurança aparece como um acréscimo da garantia da lei e da ordem.

A partir dessa definição do Estado e levando em consideração uma gradual ampliação do conceito de segurança que o diferencia da defesa, estabelecem a diferença conceitual entre segurança e defesa para a utilização na PND:

I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais; II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (Brasil, 2005, 1.4).

Na segunda seção *O ambiente internacional* há uma contextualização sobre os desafios que apareceram com o fim da Guerra Fria, com a renovação de conflitos étnicos e religiosos e com a previsibilidade de disputas territoriais, marítimas e espaciais por fontes de água e energia que estão cada vez mais escassas que podem levar a ingerências em assuntos internos e quadros de conflitos.

É apontado também os impactos sociais e econômicos da globalização para os países “em desenvolvimento” que podem se transformar em fonte de conflitos ao tentar um posicionamento no mercado mundial. É defendida a “prevalência do multilateralismo e o fortalecimento dos princípios consagrados pelo direito internacional como a soberania, a não-intervenção e a igualdade entre os Estados” (Brasil, 2005, 2.3) para a manutenção estável da paz entre os países.

A questão ambiental aparece como uma preocupação visto que o Brasil possui grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas que podem ser vistas como espaços a serem incorporados ao sistema produtivo, sendo necessária sua defesa. Duas outras questões são pontuadas nessa seção: o avanço tecnológico de alguns países devido os seus investimentos na defesa que podem interferir à distância na segurança nacional e a atuação da inteligência contra os “delitos transnacionais de natureza variada e o terrorismo internacional” (Brasil, 2005, 2.6).

Na terceira seção *O ambiente regional e o entorno estratégico*, se delimita o ambiente regional do Brasil como a América do Sul, porém para fins de entorno estratégico de atuação da Defesa há uma ampliação “pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África” (Brasil, 2005, 3.1).

Como o ambiente regional é considerado livre de armas nucleares, a PND 2005 destaca alguns processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno

estratégico, sendo eles: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul, da Comunidade Andina de Nações e da Comunidade Sul-Americana de Nações; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (Brasil, 2005, 3.3).

Observamos que nesse primeiro PND segurança e defesa (apesar de terem sido diferenciados no início) aparecem imbricados ao longo do texto, como é possível notar no item 3.4 ao afirmarem que “a segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região onde está inserido” (Brasil, 2005, 3.4) e no item 3.5 quando alegam que “A existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais pode provocar o transbordamento de conflitos para outros países da América do Sul. A persistência desses focos de incertezas impõe que a defesa do Estado seja vista com prioridade, para preservar os interesses nacionais, a soberania e a independência” (Brasil, 2005, 3.5).

Além da imbricação dos termos, os itens supracitados abrem prerrogativas para a ação das forças armadas no que eles chamam de *ambiente regional e entorno estratégico* com vistas a garantir não só uma estabilidade na região, como também garantir os interesses nacionais brasileiros na região. Isso nada tem a ver com a responsabilização da Defesa brasileira com a estabilidade regional, ao contrário, se relaciona com a condição e localização econômica, política e social do Brasil em relação aos demais países da região.

Isso fica explícito no item 3.6 quando pontuam que “como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, o que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais” (Brasil, 2005, 3.6).

Na quarta seção *O Brasil* há uma descrição da separação das áreas de atuação das forças armadas que priorizam o espaço terrestre e marítimo em detrimento do aeroespacial devido à maior fragilidade que apresentam em relação à garantia da soberania nacional. Além disso, dispõe sobre os acordos com os organismos multilaterais para a paz mundial e com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para maior desenvolvimento da história, da cultura e da língua.

Ao final dessa seção são trazidos alguns elementos interessantes para a nossa análise, como: a busca por novas parcerias estratégicas com nações desenvolvidas ou emergentes para ampliar os intercâmbios de conhecimento e tecnologias (4.11); a participação em operações de paz, visando a contribuir para a paz e a segurança internacionais, sob a égide de organismos

multilaterais (4.12); e a atualização permanente e o reaparelhamento progressivo das nossas Forças Armadas, com ênfase no desenvolvimento da indústria de defesa, visando à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis (4.13).

Destacamos esses elementos para dar maior visibilidade ao que veremos tanto da subseção seguinte com a exposição de parte das operações de GLO (no Haiti e no Rio de Janeiro), como na terceira seção com o debate sobre a violência, militarização e armamentismo como meios de acumulação do subimperialismo brasileiro. Ressaltamos, portanto, a previsibilidade legal para e o planejamento estratégico das forças armadas nesse projeto de desenvolvimento brasileiro: a economia dependente brasileira que tem um projeto de desenvolvimento subimperialista necessita das forças armadas como um quarto poder para garantir o binômio desenvolvimento-segurança, base do subimperialismo brasileiro.

Na quinta seção *Objetivos da Defesa Nacional* se estabelece como pressuposto um contexto de múltiplas influências e de interdependência no qual os países buscam realizar seus interesses nacionais, podendo gerar associações ou conflitos de variadas intensidades. Assim, “de modo compatível com a estatura político-estratégica para preservar a soberania e os interesses nacionais em compatibilidade com os interesses da nossa região” (Brasil, 2005, item 5) foram estabelecidos seis objetivos da Defesa Nacional:

I - a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial;
II - a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior; III - a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais; IV - a promoção da estabilidade regional; V - a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e VI - a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

Esses objetivos tornam visíveis a autoimagem do Brasil: um país com uma “estatura político-estratégica” superior aos demais países do ambiente regional e do entorno estratégico e que por isso deve garantir, além dos seus interesses nacionais (itens 1, 2 e 3), deve possibilitar a estabilidade, paz e segurança regionais através da sua função de maestro regente das nações.

Na sexta seção *Orientações estratégicas* há uma separação das ações preventivas e reativas das força Defesa Nacional, sendo a primeira focada na “valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório” (PND, 2005, 6.2) e a segunda focada no emprego de “todo o poder nacional, com ênfase na

expressão militar, exercendo o direito de legítima defesa previsto na Carta da ONU” (Brasil, 2005, 6.3).

Ambas as ações, preventiva e reativa, reforçam o armamentismo e direcionam recursos à indústria bélica. Nesse sentido, os itens 6.9, 6.10 e 6.11 descrevem a necessidade de envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico para o desenvolvimento da indústria de defesa, além da busca por parcerias com outros países, sejam do MERCOSUL ou fora dele, para a ampliação das oportunidades de intercâmbio e dos mercados e para a obtenção de autonomia estratégica.

Merecem destaque outros cinco pontos dessa seção: 1) o item 6.16 que prevê o emprego das Forças Armadas contra ameaças internas; 2) o item 6.17 que prevê a intensificação da participação do Brasil em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, visando intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais; 3) o item 6.18 que determina que o país disponha de estrutura ágil, capaz de prevenir ações terroristas e de conduzir operações de contraterrorismo; 4) o item 6.21 que orienta ser prioritário assegurar a previsibilidade na alocação de recursos, em quantidade suficiente, para permitir o preparo adequado das Forças Armadas; e 5) o item 6.22 que esclarece que o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem não se insere no contexto deste documento e ocorre de acordo com legislação específica.

Veremos que apesar do item 6.22 retirar as operações de GLO da PND, o item 6.16 subsidia tais operações no território interno e o item 6.17 no território externo. Os itens 6.18 e 6.21 orientam para a execução do 4.13 que subsidia a indústria bélica nacional. A PND de 2005 é finalizada com 26 diretrizes estratégicas para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional.

A partir da segunda PND, que foi em 2012, a sua publicação passa a ser conjunta com a END. A imagem a seguir é do sumário da PND -END 2020 no qual nos deteremos a observar as concepções da PND e da END, os objetivos da PND e as estratégias e ações estratégicas da END, visando observar as continuidades e rupturas com a primeira PND.

Figura 1 – Sumário da Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa – 2020

SUMÁRIO

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	5
1 INTRODUÇÃO	7
2 O CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	11
2.1 FUNDAMENTOS	11
2.2 O AMBIENTE NACIONAL	12
2.3 O AMBIENTE INTERNACIONAL	16
3 CONCEPÇÃO POLÍTICA DE DEFESA	20
4 OBJETIVOS NACIONAIS DE DEFESA	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA	29
1 INTRODUÇÃO	31
2 CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DE DEFESA	32
3 FUNDAMENTOS	35
3.1 PODER NACIONAL	35
3.2 CAPACIDADES NACIONAIS DE DEFESA	35
3.3 BASE INDUSTRIAL DE DEFESA	41
3.4 RECURSOS HUMANOS	43
3.5 AÇÕES DE DIPLOMACIA	44
3.6 SETOR DE DEFESA	45
4 ESTRATÉGIAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA	62
GLOSSÁRIO	75

Fonte: Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END). Extraído de Brasil, 2020.

É interessante notar que a *Concepção Política de Defesa* aparece nesse documento de 2020 ao lado do desenvolvimento e da diplomacia como partes do tripé da paz e estabilidade das relações internacionais. Segundo o texto, “a paz e a estabilidade nas relações internacionais requerem ações integradas e coordenadas nas esferas do *Desenvolvimento*, para a redução das deficiências estruturais das nações; da *Diplomacia*, para a conjugação dos interesses conflitantes de países; e da *Defesa*, para a dissuasão ou o enfrentamento de ações hostis” (Brasil, 2020, p. 20). Dos 15 pressupostos da concepção da defesa nacional, destacamos cinco deles:

II. buscar a regularidade orçamentária-financeira para o Setor de Defesa, adequada ao pleno cumprimento de suas missões constitucionais e à continuidade dos projetos de Defesa; V. priorizar os investimentos em Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação aplicados a produtos de defesa de uso militar e/ou dual, visando ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa - BID e a autonomia tecnológica do País; VIII. sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando a encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins; X. participar de organismos internacionais, projetando cada vez mais o País no concerto das Nações; XI. participar de operações internacionais, visando a contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos (Brasil, 2020, p. 20).

O destaque desses pressupostos se deve, essencialmente, pelo caráter continuado e ousado deles. Enquanto o II busca abocanhar parcela do orçamento público, o V tenta ludibriar que tal orçamento será usado em políticas sociais de uso militar ou dual – confusão desfeita no

próprio item quando descreve o objetivo de fortalecimento da BID que é onde se estabelece a relação entre os processos de reprodução e acumulação do capital e a indústria bélica.

Por outro lado, VII, X e XI propõem, conjuntamente, estabelecer uma localização do Brasil dentre as demais nações sul-americanas de regente delas, levando em consideração os interesses comuns e o bem-estar de todos. Chega a ser irônico o texto quando o lemos a partir do debate geopolítico latino-americano e da análise sobre o projeto subimperialista brasileiro.

Os *Objetivos Nacionais da Defesa* são compostos por 8 pontos: I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; II. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas; III. Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa; IV. Preservar a coesão e a unidade nacionais; V. Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior; VI. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional; VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; e VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.

Dentre esses 8 objetivos evidenciamos que I, IV, V, VII e VIII permanecem praticamente iguais à PND de 2005, enquanto II e III surgem enquanto demanda da indústria bélica das forças armadas – debate que estabeleceremos na seguinte seção. O VI já aparecia antes (PND de 2005) nas diretrizes que finalizavam o documento da seguinte maneira: “XVI - incentivar a conscientização da sociedade para os assuntos de Defesa Nacional”.

Vamos agora à *Concepção Estratégica de Defesa*. Inicialmente nos chama a atenção a utilização recorrente do termo *poder nacional* que, segundo o glossário desse documento, “é a capacidade que tem a nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, o qual se manifesta em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica” (Brasil, 2020, p. 79). Esse termo aparece, em geral, de modo abstrato sem delimitar qual dessas cinco expressões estão se referindo, porém o tom é quase sempre ameaçador como se a única expressão possível fosse a militar.

Outro termo que nos chama a atenção é *dissuasão* que, segundo o glossário desse documento, é a “atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos” (Brasil, 2020, p. 77). Da mesma forma que *poder nacional*, *dissuasão* aparece sempre como uma conversa num tom menos belicoso, porém sem furtar-se do tom ameaçador – mais ou menos como uma conversa baseada em assédio em que um dos lados tem mais poder que o outro.

Diferente da *Concepção Política de Defesa* em que seus pressupostos aparecem enumerados, a *Concepção Estratégica de Defesa* é escrita de modo corrido, sem tópicos. Isso não resulta, no entanto, de grande diferença entre tais textos, pois contemplam praticamente as mesmas concepções sobre o Atlântico Sul, a Amazônia, a Antártica, a não proliferação de armas nucleares, fortalecimento da BID, participação do Brasil em organismos internacionais etc. O que se pode destacar de diferente é apenas o uso recorrente dos termos supracitados (poder nacional e dissuasão) como estratégias de defesa nos já citados pressupostos da PND.

A última parte a ser analisada da PND /END 2020 são as *Estratégias e Ações Estratégicas de Defesa* em que para cada Objetivo Nacional de Defesa (OND) descritos na PND são determinadas Estratégias de Defesa (ED) que, por sua vez, têm Ações Estratégicas de Defesa (AED) correspondentes. Vejamos como isso se desenvolve apenas no primeiro OND.

Tabela 1 – Estratégias e Ações de Defesa da END 2020

Estratégias e Ações Estratégicas de Defesa – 2020		
OND	ED	AED
I - Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial	1 – Fortalecimento do Poder Nacional	1 – Desenvolver os setores estratégicos de defesa (nuclear, cibernético e espacial).
		2 – Contribuir para o incremento do nível de segurança das Estruturas Críticas de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água; geração e distribuição de energia elétrica; transporte; produção e distribuição de combustíveis; e comunicações, entre outros.
		3 – Aprimorar o Sistema Nacional de Mobilização.
		4 – Coordenar com os diversos órgãos setoriais da Administração Pública o atendimento dos requisitos de infraestruturas de interesse da defesa.
		5 – Fortalecer o Sistema Brasileiro de Inteligência.
		6 – Aprimorar a coordenação e cooperação do Setor de

		Defesa, internamente e no nível interministerial.
		7 – Aprimorar as atividades de Geoinformação, Cartografia, Meteorologia e de Aerolevanteamento em apoio à defesa e à Segurança Nacional.
	2 – Fortalecimento da capacidade de dissuasão	8 – Dotar o País de Forças Armadas modernas, bem equipadas, adestradas e em estado de permanente prontidão, capazes de desencorajar ameaças e agressões.
		9 – Demonstrar a capacidade de se contrapor à concentração de forças hostis nas proximidades das fronteiras, dos limites das águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo nacional.
		10 – Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o espaço cibernético, o território, as águas jurisdicionais brasileiras e outras áreas de interesse.
		11 – Incrementar as capacidades de defender e de explorar o espaço cibernético.
		12 – Incrementar a capacidade de Mobilização Nacional.
	3 – Regularidade orçamentária	13 – Buscar a regularidade e a previsibilidade orçamentária para o Setor de Defesa.
		14 – Buscar a destinação de recursos orçamentários e financeiros capazes de atender as necessidades de articulação e equipamento para as Forças Armadas, por meio da Lei Orçamentária Anual, no patamar de 2% do PIB.

	4 – Incremento da presença do Estado em todas as regiões do País	15 – Aperfeiçoar o Serviço Militar Obrigatório.
		16 – Intensificar a presença de diversos setores governamentais nas áreas estratégicas de baixa densidade demográfica.
		17 – Intensificar a contribuição de diversos setores governamentais para a proteção, o desenvolvimento e a maior integração da região Amazônica com as demais regiões do País.

Fonte: *Elaboração própria da autora a partir dos dados de Brasil, 2020.*

Como são 8 Objetivos Nacionais de Defesa (OND), vou pontuar apenas os que contribuem para a linha argumentativa da presente tese que estão vinculadas aos OND 3 (Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa), VII (Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais) e VIII (Incrementar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais).

Para o terceiro OND há três EDs: 1) fortalecimento do poder nacional; 2) promoção da sustentabilidade da cadeia produtiva da base industrial de defesa; e 3) fortalecimento da área de ciência e tecnologia de defesa. A primeira é composta somente pelas AEDs 13 e 14 (vide tabela acima). A segunda, além das AEDs 13 e 14, é composta por outras 10 AEDs todas vinculadas à promoção, aprimoramento e estímulo à indústria bélica, ou como eles chamam, Base Industrial de Defesa (BID). A terceira é composta por 9 AEDs vinculadas ao aprimoramento, promoção, estímulo e intercâmbio de pesquisas científicas e tecnológicas de interesse da defesa.

As estratégias para execução desse terceiro objetivo nos remetem tanto à particularidade do ciclo do capital nas economias dependentes, como do Estado dependente que lhe corresponde. Ao contrário do que acontece na produção de bens de capital para a indústria em geral, a indústria bélica brasileira (e todo o aparato em pesquisa e desenvolvimento em instituições como Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA)⁵⁸ e Instituto Militar de

⁵⁸ O ITA é uma instituição universitária pública ligada ao Comando da Aeronáutica (COMAER) especializado nas áreas de ciência e tecnologia no setor aeroespacial, ofertando cursos de graduação e pós-graduação *stricto e lato sensu*. Sua visão é “manter nacionalmente e expandir internacionalmente o reconhecimento do ITA como referência de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área científico-tecnológica aeroespacial” (Cf. <http://www.ita.br/pdi>)

Engenharia (IME)⁵⁹ e as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) da Marinha⁶⁰, além dos treinamentos em outros países do Comando Geral das Forças Armadas) vem sendo impulsionada e estimulada a produzir tecnologia e bens de capital a partir de uma Política Nacional de Defesa – utilizando verba pública nacional.

Ressaltamos, assim, que esse terceiro objetivo (e suas ED e AEDs) não é um ponto aleatório, pois ele: 1) estabelece uma forma de produção e acumulação de capital que tem um mercado consolidado interna (através da própria Força Armada) e externamente (através dos acordos multilaterais com os países do entorno estratégico); 2) subsidia a busca por melhores posições do Brasil nos organismos internacionais, em especial a participação no Conselho de Segurança da ONU; e 3) possibilita garantir a posição subimperialista em relação aos países latino-americanos, em especial os sul-americanos. Na seção seguinte vamos retomar esse ponto para debater sobre a militarização e o armamentismo enquanto processos sociais que garantem a permanência das forças armadas enquanto quarto poder no Brasil.

Para o sétimo OND (contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais) há três EDs: 1) promoção da integração regional; 2) promoção da cooperação internacional; e 3) atuação em organismos internacionais.

A primeira é composta por três AEDs que visam estimular o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa, intensificar as parcerias estratégicas com as Forças Armadas sul-americanas e incrementar a participação brasileira em organismos e fóruns multilaterais de defesa regional. A segunda é composta por 5 AEDs que se refere “às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação” (Brasil, 2020, p. 72). E a terceira é composta por três AEDs que tratam da “atuação do Brasil em foros e organizações internacionais e da participação

⁵⁹ “O IME é um estabelecimento de ensino do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) responsável, no âmbito do Exército Brasileiro, pelo ensino superior de Engenharia e pela pesquisa básica. Ministra cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária para militares e civis. Insere-se no Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, cooperando com os demais órgãos, por meio da prestação de serviços e pela execução de atividades de natureza técnico-científicas. O Instituto coopera, pelo ensino e pela pesquisa, também para o desenvolvimento científico-tecnológico do País” (Cf. <https://www.ime.eb.mil.br/ime.html>). Sua missão é “formar, especializar e aperfeiçoar pessoal em nível superior no campo científico-tecnológico e cooperar, pelo ensino e pela pesquisa, para o progresso do Exército Brasileiro e do país” (Cf. <https://www.ime.eb.mil.br/filosofia.html>)

⁶⁰ Elas formam um conjunto de 10 organizações no campo da pesquisa e desenvolvimento da Marinha, são elas: I - Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha - DGDNTM; II - Instituto de Pesquisas da Marinha - IPqM; III - Hospital Naval Marcílio Dias - HNMD / Instituto de Pesquisas Biomédicas - IPB; IV - Centro de Análises de Sistemas Navais - CASNAV; V - Escola de Guerra Naval - EGN; VI - Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira - IEAPM; VII - Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP; VIII - Centro de Hidrografia da Marinha - CHM; IX - Laboratório Farmacêutico da Marinha - LFM; e X - Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais – CTecCFN (Cf. <https://www.marinha.mil.br/dgdntm/node/75>).

das Forças Armadas e de contingentes policiais em missões humanitárias e de operações de paz sob o mandato de organismos multilaterais” (Brasil, 2020, p. 73).

As estratégias para execução desse sétimo objetivo nos remetem ao duplo caráter do subimperialismo brasileiro: político (através de articulação e domínio) e econômico (através do posicionamento central dentre os países periféricos a partir da realização da mais-valia produzida internamente). O subimperialismo brasileiro necessita e tem condições para extrapolar suas fronteiras e o faz permanecendo em seu entorno estratégico de modo subordinado às articulações com o centro do capitalismo.

Além disso, essas estratégias possibilitam que em nome da “estabilidade regional” e da “paz e a segurança internacionais” as Forças Armadas brasileiras criem missões de paz bem aos moldes imperialistas, levando guerras às formações sociais da periferia do capitalismo. Essas guerras têm uma dupla dimensão: realização das mercadorias bélicas por um lado; e avanço e consolidação da posição subimperialista por outro – eis o binômio desenvolvimento-segurança tomando vida.

O oitavo e último ODN (incrementar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais) tem também três EDs: 1) fortalecimento do poder nacional; 2) promoção da cooperação internacional; e 3) atuação com base no multilateralismo.

A primeira é composta por quatro AEDs que visam “incrementar todo tipo de meios de que dispõe a Nação (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), assim como aperfeiçoar os procedimentos de emprego dos recursos utilizados na aplicação das expressões do Poder Nacional, com ênfase na expressão militar” (Brasil, 2020, p. 73). A segunda visa “estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação” (Brasil, 2020, p. 74). E a terceira visa desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais e intensificar a atuação do setor de defesa em organismos internacionais (Brasil, 2020, p. 74).

As estratégias para execução desse oitavo objetivo nos remetem à autoimagem do Brasil falada páginas atrás, mas também à corrida dentro da pirâmide imperialista tratada na terceira seção dessa tese. Por mais que o Brasil não se enxergue dentre os países imperialistas, segue na busca por alçar melhores posições nessa pirâmide e o faz inserindo-se subalternamente nos organismos internacionais, disponibilizando pessoas, verbas, tecnologias e produtos bélicos para manter-se nas “mesas de decisão internacionais”.

Essa necessidade de melhor projeção no concerto das nações também se relaciona com o projeto de desenvolvimento subimperialista brasileiro e seu binômio desenvolvimento-segurança, afinal, se o Brasil consegue um lugar cativo dentro dos organismos internacionais que regem as nações retorna ao seu entorno estratégico com respaldo internacional para suas ações de defesa – ações que visam não apenas defender o território brasileiro, mas principalmente defender os interesses do seu projeto de desenvolvimento *Brasil-Potência*.

Antes de observar como essas concepções, objetivos e estratégias se efetivam a partir das operações de GLO, vejamos como a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 contribui nesse sentido. Essa lei regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal (CF) que diz sobre: “XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”.

A partir desse inciso da CF, a Lei nº 13.260 disciplina o terrorismo, trata de disposições investigatórias e processuais e reformula o conceito de organização terrorista, estabelecendo como terrorismo: a “prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública” (artigo 2º).

A partir dessa definição sobre o que é terrorismo, há uma descrição do que a Lei nº 13.260 estabelece como *atos de terrorismo* em três incisos, com destaque para o inciso IV:

IV - sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento;

Foi realizado o destaque nesse inciso porque é a partir dele que as forças armadas construíram a nova versão de *terrorista* para atuar dentro e fora do território brasileiro, estando legitimado legalmente a agir sobre o APOP nas operações de GLO. Vejamos, então, como as

legislações e as PND e END se aplicaram na realidade através das operações de GLO no Haiti e na cidade do Rio de Janeiro (Brasil).

4.2. Operações de Garantia da Lei e da Ordem: realização dos textos legais

Na assembleia constituinte em 1987 e 1988 os congressistas foram questionados sobre o âmbito de atuação das forças armadas dentro e fora do território brasileiro e, por maioria, ficou descrito no artigo 142 a atuação nos dois territórios. É sabido que o processo de descompressão política que retirou os militares do poder executivo do Brasil tinha sido, em partes, guiado pelos próprios militares; e que, por isso, não permitiriam ser excluídos das instâncias de poder nem ter suas funções gerais alteradas.

Conforme Viana (2021), desde a primeira carta constitucional, em 1891, as forças armadas tinham como função manter a lei e a ordem, excetuando-se a de 1937 (com o *golpe* de Getúlio Vargas) e com um acréscimo na de 1969 (com os militares no poder). Nessa última, as forças armadas passavam a ser “essenciais à execução da política de segurança nacional” e sabemos do binômio segurança-desenvolvimento da doutrina de contrainsurgência e do *Brasil Potência*. Na disputa sobre o texto constitucional de 1988,

O Centro de Comunicação Social do Exército distribuiu uma publicação para deputados e senadores dizendo que as Forças Armadas têm uma ‘dupla missão’: atuar contra um inimigo externo que ameace a soberania nacional e preservar a integridade do território nacional ‘contra aqueles que, no interior do país, perturbem gravemente a ordem e afrontem os poderes constitucionais e o império da lei’ (Viana, 2021, p. 103)

Essa publicação demonstra a clareza que as forças armadas tinham sobre as funções que detinham e que deveriam permanecer no novo texto constitucional. A estratégia dos congressistas foi manter a GLO submissa aos poderes civis – só a presidência da república pode autorizar GLOs.

Apesar de haver essa submissão e de haver tido estratégias por parte dos ministérios de justiça e defesa nos primeiros governos após a redemocratização, “entre os anos 2010 e 2016 foram realizadas 35 operações de GLO, incluindo as o Alemão e da Maré, a Copa da Confederações e a visita do papa Francisco durante a Jornada Mundial da Juventude, em 2013” (Viana, 2021, p. 111).

Tantas operações de GLO com tanto respaldo midiático brindou a consolidação dessas funções internas e externas, legitimadas socialmente. Isso levou as forças armadas a uma

autoimagem de centralidade na política brasileira, tanto é que, mesmo com a criação da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) por Dilma em 2011, as forças armadas pleitearam o combate ao terrorismo com a Polícia Federal na Copa do Mundo de 2014 – função policial prevista na CF/1988.

Estar a frente da segurança na Copa do Mundo era, dentre outras coisas, assumir a centralidade na segurança pública do país, ampliando seu campo de atuação para além do Rio de Janeiro. Celso Amorim, ministro da defesa em 2014, numa tentativa de detalhar as regras das operações de GLO, revisou e publicou um documento produzido pelos militares que ficou conhecido como Diretriz MD33-M-10.

Esse documento foi duramente criticado pela esquerda porque em uma versão preliminar se estabelecia como alvos as *forças oponentes*, dentre as quais estavam incluídos os movimentos e organizações sociais – numa segunda revisão esse conteúdo foi retirado. Então estar a frente da segurança na Copa do Mundo era, também, agir contra os protestos massivos da esquerda e contra o terrorismo⁶¹, concomitantemente.

Nas operações de GLO as forças armadas atuam como força policial e, por isso, possuem funções semelhantes à polícia federal que, dentre outras funções, deve “II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho; III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras” (Brasil, 1988, artigo 144, parágrafo 1º); e funções semelhantes à polícia militar que deve cumprir o papel de “polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (Brasil, 1988, artigo 144, parágrafo 5º).

Para executar tais funções, as forças armadas devem ter autorização expressa da presidência da república, porém as orientações e estratégias de ação são construídas e repassadas pelos comandantes gerais das forças armadas. Conforme Viana (2021), “os soldados devem fazer uso ‘escalonado’, ‘gradual’ ou ‘gradiente’ da força, começando com uma ordem verbal, passando por armas não letais e disparos de advertência, e apenas ‘como último recurso’ eles podem atirar em civis” (p. 27). Essa orientação de ação ficou conhecida como excludente de ilicitude por permitir legalmente a ação de militares em civis que possam atingi-los ou matá-los, liberando os militares do crime.

Dentre outros casos, Viana (2021) analisa a intervenção militar no município do Rio de Janeiro que durou de 16 de fevereiro a 31 de dezembro de 2018 concomitante a uma operação de GLO que já estava em andamento desde 28 de julho de 2017. Em princípio se debruça sobre

⁶¹ A Lei nº 13.260 que estabelece como atos de terrorismo em três incisos surge apenas depois da Copa da Mundo, mas ela serviu para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos que também aconteceram no Rio de Janeiro, no ano de 2016 – cinco meses após a criação da lei.

um caso específico no qual 12 militares fuzilaram com 80 tiros um carro no Rio de Janeiro porque, segundo eles, “não havia nenhum civil inocente dentro do automóvel. Ou jamais teriam atirado” (Viana, 2021, p. 27).

Esse caso tomou notoriedade porque desde a mídia padrão até as redes sociais divulgaram amplamente que “o exército tinha fuzilado o carro de uma família no Rio de Janeiro” (Viana, 2021, p. 28). O delegado da polícia civil Leonardo Salgado estava de plantão naquele dia e foi ele o responsável por iniciar a investigação, sendo seu primeiro passo questionar os soldados que dispararam os tiros, porém os comandantes não permitiram que eles respondessem ao delegado. Além dessa proibição, os comandantes retiraram os soldados do local e não os levaram à delegacia civil para que fossem autuados por prisão em flagrante.

O Comando Militar do Leste (CML), que é responsável por todas as operações militares que acontecem no Rio de Janeiro e Espírito Santo, expediu uma nota declarando que os soldados haviam agido em legítima defesa (utilizando o excludente de ilicitude) e conduziram a investigação para o próprio CML, retirando-a da polícia civil. Inicialmente os soldados foram afastados das suas funções, em seguida foram presos na 1ª Divisão de Exército e em seguida foram liberados. O Ministério Público Militar (MPM) acabou denunciando os 12 militares envolvidos por: duplo homicídio, tentativa de homicídio e omissão de socorro.

Um fato a ser mencionado é que em janeiro de 2019 Jair Messias Bolsonaro assume a presidência do Brasil e resgata os militares em postos de alto comando do executivo, ocupando 22 ministérios e mais de 100 cargos no primeiro, segundo e terceiro escalões (Viana, 2021, p. 28). Em abril, no decorrer do processo tanto o presidente como o vice-presidente emitiram suas opiniões sobre o caso.

Hamilton Mourão falou que “sob pressão e sob forte emoção, ocorrem erros dessa natureza. A gente não tem a mínima dúvida de que, uma vez comprovada a culpabilidade dos militares que integravam aquela patrulha, eles serão submetidos ao julgamento e condenados na forma da lei, se for o caso” (Viana, 2021, p. 32, grifos da autora). Jair Messias Bolsonaro, por sua vez, retirou horas depois a culpa do Exército, pois para ele “o Exército não matou ninguém, não, o Exército é do povo. A gente não pode acusar o povo de ser assassino, não. Houve um incidente, houve uma morte” (Viana, 2021, p. 32).

Além deles, o Ministro da Defesa da época, general Fernando Azevedo e Silva, comandante das 3 forças armadas, disse que o caso foi um “incidente lamentável” e que era “um fato isolado no contexto das operações em que os militares brasileiros foram envolvidos até agora” (Viana, 2021, p. 33, grifos da autora). Esse mesmo ministro, cinco dias depois dessa fala, homenageou o advogado dos 12 soldados, o militar reformado Paulo Henrique Pinto de

Mello, com uma “Medalha da Vitória, um galardão para aqueles que prestam bons serviços às Forças Armadas que remonta o papel do Brasil na Segunda Guerra Mundial” (Viana, 2021, p. 33).

Essas falas foram seguidas de diversos instrumentos jurídicos que reiteravam a necessidade de as investigações seguirem na justiça militar, delimitando a diferença entre civis e militares, tanto em direitos e deveres, como em possibilidades de interpretação e julgamento das ações. Por mais que o delegado da polícia civil Leonardo Salgado tenha tentado levar a investigação para sua alçada, o CML informou que os militares realizavam patrulhamento regular” (Viana, 2021, p. 33, grifos da autora) e que por isso a investigação era de caráter militar e não civil. Essa disputa do CML demarcou o início de uma série de disputas entre as justiças militar e civil, continuando a série histórica (desde o período ditatorial) sobre a não responsabilização de militares sobre os crimes cometidos e seu devido ocultamento.

A segurança pública entra em disputa por dois lados: o do Ministério da Justiça, encabeçado por Márcio Thomas Bastos, que vislumbrava retirar de vez os militares desse campo e o do Ministério da Defesa, apoiado por Dilma Rousseff, que esperava a responsabilização das forças armadas nos grandes eventos e operações especiais – repetindo o esquema usado na convenção Rio-92 que teve presença ostensiva das forças armadas no entorno dos estádios e pontos estratégicos do Rio, como a entrada das favelas.

Do lado do Ministério da Justiça, a estratégia foi criar, em 2004, a Força Nacional para substituir as operações de GLO, pois seria um corpo federal composto por “policiais militares ‘emprestados’ por diferentes estados e treinados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça” (Viana, 2021, p. 36) que seriam acionados “em casos de emergência e teria um preparo considerado superior ao das PMs, especialmente no conhecimento dos direitos humanos e respeito à cidadania” (Viana, 2021, p. 36).

Do lado do Ministério da Defesa, a então ministra da Casa Civil Dilma Rousseff apenas argumenta sobre as, ao seu ver, exitosas experiências das forças armadas em grandes eventos que as habilitavam como eixo central na segurança pública, em especial para os Jogos Pan-Americanos que aconteceria em 2007 e que estava em disputa entre os referidos ministérios.

Como o presidente Lula era o árbitro, a proposta do Ministério da Justiça ganhou e encabeçou a segurança pública dos Jogos Pan-Americanos em 2007 em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e polícias militar e civil do Rio de Janeiro. Esse parecia ser um marco para retirada das forças armadas da segurança pública, pois, apesar do escândalo da Chacina do Pan, o governo federal julgou a experiência como exitosa.

Tal êxito permitiu que o ministro de justiça que assume a pasta em 2007, Tarso Genro, consolide o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PNSPC) que buscava “articular os planos estaduais de segurança pública sob o direcionamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça e incluía ações sociais com foco em homens entre quinze e 29 anos, estatisticamente as maiores vítimas da violência urbana” (Viana, 2021, p. 37-38).

O PNSPC tinha tudo para dar certo, exceto pelo fato de que as forças armadas estavam num processo de treinamento ostensivo intenso no exterior para sua aplicação no território brasileiro, esse treinamento aconteceu na conhecida missão de paz do Haiti entre setembro de 2004 e outubro de 2017 – marco para gerações de militares brasileiros.

Diferente da tradicional rotatividade de países nas missões de paz da ONU, o Brasil manteve o comando da Minustah ao longo de seus treze anos de duração, além de empregar o contingente mais numeroso, com foco na capital do país, Porto Príncipe. As tropas se revezavam de seis em seis meses e chegaram a 1,3 mil homens após o terremoto que devastou o país em 2010. O Brasil comandava, ainda, tropas do Chile, Uruguai, Bolívia, Peru, Equador, Argentina, Nepal, Filipinas, Sri Lanka, entre outras (Viana, 2021, p. 38).

A presença e atuação das forças armadas no Haiti representou uma estratégia geopolítica fundamental de, segundo Celso Amorim (ministro das Relações internacionais dos dois mandatos de Lula, ministro da Defesa de Dilma e atual Assessor-Chefe da Assessoria Especial de Lula), “ampliação do papel brasileiro na geopolítica mundial, com fortalecimento do Mercosul, ampliação de parcerias Sul-Sul e um lobby para que o Brasil ganhasse um assento no Conselho de Segurança da ONU” (Viana, 2021, p. 39).

A percepção de Celso Amorim não era sem fundamento, a liderança das forças armadas brasileiras no Haiti levou o Brasil a reuniões em cúpulas com Estados Unidos, França, Canadá e União Europeia, conforme Viana (2021). Essas reuniões visavam uma inovação nas tradicionais missões de paz, pois antes eram regidas pelo capítulo VI da Carta das Nações Unidas (manutenção de paz) e passaram a ser regidas pelo capítulo VII (imposição de paz).

A diferença é a seguinte: enquanto no capítulo VI as missões de paz iniciavam após um acordo de paz entre as forças conflitantes, para sua manutenção; no capítulo VII as missões de paz no Haiti iniciaram para impor a paz após diversos protestos e ações de grupos armados que levaram à renúncia do então presidente Jean-Bertrand Aristide. O capítulo VII “autoriza o uso da força letal para situações além da legítima defesa própria e de terceiros” (Viana, 2021, p. 40), criando uma nova geração das operações de paz.

Apesar da Constituição Federal do Brasil prever apenas participação em missões de manutenção de paz, como as missões no canal de Suez, Angola, Moçambique etc., a in experiência em missões regidas pelo capítulo VII resultou em aprovação pelo Congresso Nacional em 2004. O próprio general Augusto Heleno, primeiro comandante da missão, falou que “se nós tivéssemos informações suficientes para avaliar como seria a missão do Haiti, provavelmente a missão não teria sido aprovada no Congresso” (Viana, 2021, p. 41).

Aprovada, a primeira operação no Haiti se inicia com a invasão de uma favela chamada Cité Soleil para o resgate de dois comissariados e dos postos de polícia. A missão foi realizada com sucesso, porém após a saída dos militares brasileiros a antiga situação foi retomada (Viana, 2021, p. 41), o que levou a uma reavaliação da operação e a criação de novas estratégias de pacificação: “a primeira fase de conflito é só militar, porque é combate. A segunda fase você mistura militar e polícia porque tem momentos de atividade de polícia e momentos de atividade militar. E a terceira fase é só polícia, quando volta para a normalidade” (Viana, 2021, p. 42).

A esquematização das ações acima descritas pelo general Carlos Alberto dos Santos Cruz (comandante mais duradouro de Minustah, de janeiro de 2007 a abril de 2009) foi acrescida de uma quarta fase que deveria “ampliar a área de influência das tropas através de ações sociopolíticas que melhorassem a vida da população para conquistar seu apoio. Idealmente, os moradores se tornariam fonte de informação sobre as gangues” (Viana, 2021, p. 42). Para isso,

De um lado, os militares brasileiros se dedicavam à distribuição de kits escolares, água e alimentos, à perfuração de poços artesianos e tratamento médico e odontológico. De outro lado, o Itamaraty se empenhava em parcerias de desenvolvimento, com projetos de construção de cisternas, agricultura familiar e estudos de viabilidade para produção de etanol (Viana, 2021, p. 42-43).

Não era só ação ostensiva, era necessário que as forças armadas brasileiras cumprissem as funções gerais do Estado burguês nos territórios, com ações econômicas, políticas, sociais e culturais. Se não o faz, como seria bem-quisto na região e fora dela? Como os países imperialistas veriam o domínio brasileiro na região se não conseguiam impor e manter a paz num território específico a que se propunha? Como o Brasil demonstraria sua capacidade de *concerto* (na letra da lei) regional se não garantisse a ordem?

O general Carlos Alberto dos Santos Cruz analisa a experiência do Haiti como um excelente *treinamento* das forças armadas para operações dentro do território brasileiro, em suas palavras: “Como era parecido em alguns aspectos com algumas áreas nossas favelas,

vamos dizer assim, o pessoal procurava treinar numa área semelhante. Você tinha quatro meses de treinamento e, no final, você procurava em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, um lugar que fosse mais ou menos semelhante: casas pequenas, ruas estreitas” (Viana, 2021, p. 43).

Essa análise pessoal acabou se transformando numa visão geral do Comando Geral⁶² das forças armadas que via no Haiti a oportunidade de treinamento para as operações internas de GLO. Mesmo com os casos de abuso e exploração sexual e de excessivo dano colateral (mortes de civis), o que se tornou a narrativa foi o sucesso das forças armadas brasileiras no Haiti.

Essa narrativa visava, sobretudo, “legitimar a ampliação do escopo do papel das Forças Armadas na segurança pública” (Viana, 2021, p. 45) e, por serem atividades típicas de GLO, se pretendia estudar seu emprego em missões semelhantes no Rio de Janeiro. O próprio general Heleno afirmou que “hoje, nós temos uma doutrina de operações de GLO graças a tudo que nós vivemos no Haiti” (Viana, 2021, p. 45).

As modificações, aperfeiçoamentos e consolidação das novas doutrinas de operações de GLO podem ser visualizadas, principalmente, na modificação de perspectiva sobre a chamada força adversa. Agora o

combate a criminosos pode ser visto como uma ‘guerra assimétrica’, um conceito que afirma que o campo de batalha tradicional ficou para trás. Sob essa visão, o confronto com criminosos, em especial traficantes de drogas, é nada mais do que uma nova roupagem da guerra contra guerrilheiros nos anos da ditadura; é necessário à segurança interna (Viana, 2021, p. 47).

O guerrilheiro se transforma no APOP na chamada *guerra de quarta geração*⁶³ (ou guerra híbrida), a guerra contra as forças irregulares. O planejamento e a execução das operações no Haiti foram aperfeiçoados e transferidos para o território brasileiro, seja em seus conceitos estratégicos gerais (como o APOP), seja na integração em vários níveis das ações e dos órgãos envolvidos (como aqueles quatro passos citados anteriormente).

⁶² Cf. Viana (2021, p. 46), dos nove comandantes gerais das forças armadas no Haiti, seis deles ganharam postos estratégicos durante o governo de Bolsonaro – ela descreve as ocupações e atividades deles.

⁶³ Cf. Clasen *et al*, “A principal característica da guerra de 4a geração é o emprego de técnicas, táticas e procedimentos de guerra irregular. No conflito de 4a geração, o confronto entre as partes não se dá necessariamente em um campo de batalha físico. Os exércitos convencionais passam cada vez mais a enfrentar atores não-estatais, tais como guerrilhas e grupos terroristas, que possuem táticas de combate próprias e não-convencionais” (Clasen *et al*, s/d). Artigo produzido por graduado e graduandos da Academia Militar da Agulhas Negras (AMAN) e publicizado no site do governo federal.

O planejamento e as estratégias das operações militares no Rio de Janeiro se efetivaram passo-a-passo até a criação das Unidades de Polícia Pacificadora⁶⁴ (UPP), que teve o coronel Cláudio Barroso Magno Filho (um dos comandantes das tropas brasileiras no Haiti em 2007) como um de seus criadores aproximadamente 10 anos antes, conforme sua entrevista⁶⁵ para o Jornal *Estadão* no qual afirmava categoricamente que as táticas desenvolvidas no Haiti poderiam ser aplicadas em ação nas favelas cariocas e desenvolve como seria:

Com dados da inteligência, a primeira coisa seria fazer uma análise da situação, identificando as áreas de maior interesse, quais são as mais difíceis de se invadir e ‘o local onde uma operação provocaria maior impacto psicológico sobre os bandidos e repercussão na sociedade. Estabelece-se, então, uma prioridade’. A ação deveria ocorrer durante a madrugada, ‘quando as pessoas estão em casa dormindo’, para evitar ‘danos colaterais’: baixas e feridos inocentes. Tendo sido escolhida a área, ela deveria ser isolada (fechando as vias de acesso) para impedir a entrada de munição. Em segundo lugar, ‘cerca-se o morro de forma mais restrita: ninguém entra e ninguém sai sem ser revistado’. Isso para coibir a liberdade de ação dos criminosos e pressioná-los a uma reação, que seria prontamente revidada. O ideal, prosseguiu o militar, era ocupar todo o terreno, revistando asa por casa e utilizando atiradores estrategicamente posicionados em locais altos: ‘com visão ampla, eles avistam o inimigo, podendo eliminá-lo ou alertar os companheiros em terra’. Depois, a instalação de pontos forte: prédios altos, utilizados até então pelos criminosos, tronam-se quartéis militares dentro da área. De dez a trinta homens seriam colocados em cada ponto forte. O objetivo era a permanência 24 horas por dia no local e o aumento contínuo da área de influência, com patrulhas. Na sequência, previam-se ações de informação pública: divulgação dos resultados para mostrar à população que há avanços, em busca de motivação e comprometimento de toda a sociedade na guerra contra o crime e pressão sobre os criminosos (Viana, 2021, p. 48-49)

Esse passo-a-passo, muito semelhante aos quatro passos a serem executados no Haiti citados anteriormente, foi executado em 2008 pelo então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral que solicitou apoio inicial de “oitocentos militares do Exército, dez viaturas blindadas e duas aeronaves da Marinha e da Força Aérea para apoiar o cerco ao Complexo do Alemão” (Viana, 2021, p. 49).

Sem passar pelo Ministério da Justiça, o Cabral teve todo esse apoio não para executar explicitamente os passos acima que levariam à implementação de UPP no Morro Dona Marta (no bairro de Botafogo), a primeira experiência de UPP; todo esse apoio foi para contra-atacar

⁶⁴ Cf. Betim (2018) a primeira UPP surgiu em novembro de 2008 no morro do Dona Marta, em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Após a instalação da UPP na comunidade, os homicídios foram reduzidos a zero nos quatro anos subsequentes.

⁶⁵ Entrevista realizada pela jornalista Tahiane Stochero e disponível em <https://www.estadao.com.br/brasil/rio-de-janeiro/veja-como-seria-uma-acao-com-o-exercito-em-um-morro-do-rio/>

os traficantes que estavam escondidos no complexo do Alemão e que durante a semana de 20 a 27 de novembro de 2010 haviam “alvejado cabines da Polícia Militar, um carro oficial do Comando da Aeronáutica, e queimando carros, motos, caminhões e ônibus em diversos pontos do estado” (Viana, 2021, p. 49).

No dia 28 de novembro houve a invasão prevista e no dia 30 subsequente Cabral solicitou diretamente ao almirante de esquadra Júlio Soares de Moura Neto “com maior brevidade possível a cessão temporária de militares das Forças Armadas a fim de serem utilizados como *força de paz*, na preservação da ordem pública, nas comunidades do Complexo da Penha e do Complexo do Alemão até, no máximo, 31 de outubro de 2011” (Viana, 2021, p. 50). A previsão de quase um ano da presença dos militares seria substituída por policiais treinados especificamente para trabalhar na UPP – ao invés de 1 ano, os militares permaneceram até o dia 7 de julho de 2012.

O contato direto entre o governador e os comandantes das Forças Armadas se deveu, não apenas pela grande presença e influência das sedes das três forças no estado do Rio de Janeiro, mas também pela proximidade política (do mesmo partido) entre Cabral e o então ministro da defesa Nelson Jobim. Ele e o presidente Lula discutiram sobre o pedido do Cabral e emitiram uma autorização para GLO em 4 de dezembro de 2010.

Essa autorização, contrária a todo o trabalho do ministério da justiça de retirada das forças armadas da segurança pública, celebrou um acontecimento social divulgado modo *reality show* pela imprensa televisiva de maior audiência entre os canais abertos no Brasil (TV GLOBO). Como essa mesma mídia tinha divulgado o *sucesso* no Haiti, divulgou uma entrevista⁶⁶ com o general Enzo Peri no qual ele afirmou que “o Rio de Janeiro teria sua própria Força de Paz nos mesmos moldes do Haiti para pacificar as favelas do Alemão e Vila Cruzeiro” (Mendonça *apud* Viana, 2021, p. 52).

Essa Força de Paz, bem aos moldes do Haiti, levou inicialmente os militares que haviam estado no Haiti para que levassem suas experiências e conseguissem executar a quarta fase das estratégias de pacificação citada acima⁶⁷. No Rio de Janeiro a ideia era “aliar a presença física das forças de segurança com a ampliação dos serviços públicos. Serviços como correio, limpeza urbana e até mesmo linhas de ônibus” (Viana, 2021, p. 52). Para isso instalaram duas bases e

⁶⁶ Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/12/rio-tera-forca-de-paz-nos-moldes-do-haiti-diz-comandante-do-exercito.html>

⁶⁷ Retomo aqui para facilitar a leitura: a quarta fase deveria “ampliar a área de influência das tropas através de ações sociopolíticas que melhorassem a vida da população para conquistar seu apoio. Idealmente, os moradores se tornariam fonte de informação sobre as gangues” (Viana, 2021, p. 42).

Passaram a realizar outras ações, como a instalação de postos de balizamento e controle de vias urbanas (*checkpoints*), vasculhamento de áreas de matas e operações de busca e apreensão em barracos. Também se esforçavam para ganhar a simpatia da comunidade. Promoviam atendimentos médicos e até partos de emergência, apoiavam procissões para a igreja de Nossa Senhora da Penha, palestras e exposições sobre ‘cidadania’, ‘heróis militares’ e ‘contra as drogas’ (Viana, 2021, p. 53).

Porém, misturaram a quarta fase com a segunda (mistura militar e polícia porque tem momentos de atividade de polícia e momentos de atividade militar) que realmente estavam. Segundo Viana (2021), “a principal missão dos soldados e cabos [...] era manter a posição nas bases instaladas. Além disso, podiam fazer patrulhamento a pé ou motorizado em veículos blindados, revistar os moradores e realizar prisões em flagrante quando se deparassem com algum delito” (p. 54).

O artigo 144 da CF/1988 estabelece que “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares; VI - polícias penais federal, estaduais e distrital” (Brasil, 1988). Excetuando-se o corpo de bombeiro militar e as polícias penais, as forças armadas brasileiras atuaram como *todos os demais órgãos públicos da segurança pública*, executaram, de uma só vez, em uma só GLO *todas as funções de todos os órgãos* – ainda que no artigo 142 esteja explícito que elas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (Brasil, 1988).

O cômico é que isso passou a aparecer nas falas dos comandantes das forças armadas logo após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016. As operações de GLO acabaram por naturalizar a permanência das forças armadas na segurança pública, como agentes delas, sempre convocados assim que aparecesse uma crise de segurança. A proposta do ex-ministro da justiça Márcio Thomas Bastos de criação da Força Nacional seria uma saída para isso, no entanto, os ministros de relações internacionais e de defesa sempre estiveram juntos apoiando o uso das forças armadas.

Nas entrevistas que Viana realizou com alguns generais que estavam a frente das operações de GLO o conteúdo era uníssono: *não é papel das forças armadas atuar na segurança pública*. O motivo parecia ser uníssono também: *as forças armadas são treinadas para atuar ostensivamente em situações estritamente militares, em que não há possibilidade de danos colaterais*.

Então nos cabe questionar: se não há guerras aos moldes da I e II Guerras Mundiais, as forças armadas não deveriam deixar de existir? Se seguem existindo é porque cumprem outras funções não estritamente militares? Qual o motivo dessas funções fora do escopo militar existirem?

Agora, então, é momento em que a co-determinação entre capital e Estado aparecem desnudadas, no qual o monopólio da violência do Estado deve *sempre* ser usado para garantir os processos de reprodução e acumulação de capital. Seja na dimensão imperialista que estabelece *guerras de quarta geração* em território Palestino e no Oriente Médio; seja na dimensão subimperialista que estabelece esse mesmo tipo de *guerras* em territórios latino-americanos. Nesse sentido, o projeto de desenvolvimento subimperialista brasileiro demanda o uso das forças armadas dentro e fora do seu território, como está visivelmente descrito nas PDN e END abordadas anteriormente.

SEÇÃO 5 – VIOLÊNCIA E ACUMULAÇÃO: FACES DA MESMA MOEDA SUBIMPERIALISTA BRASILEIRA

A última seção de uma tese parece ter sempre o objetivo de retomar os conceitos, problematizações e debates desenvolvidos ao longo da tese. Esse será um pouco assim também, principalmente após a exposição realizada na seção anterior das legislações e situações reais nas quais as forças armadas brasileiras atuaram/atuam. Porém, ele também será fundamentalmente um espaço para debate em torno da relação de co-determinação entre capital e Estado na particularidade dependente brasileira, em que a violência (ministrada especialmente pelo militarismo) e a acumulação capitalista compõem as faces da mesma moeda, a moeda chamada modo de produção capitalista em sua dimensão subimperialista.

A segurança (segunda parte do binômio) se apresenta em processos de acumulação e nessa seção vamos discutir como a violência, militarização e armamentismo compõem os pilares do projeto de desenvolvimento subimperialista brasileiro – desnudando, dessa forma, o papel de quarto poder exercido pelas forças armadas para consolidação de tal projeto.

Veremos, por fim, como as características do neoimperialismo corroboram para a continuidade do projeto de desenvolvimento subimperialista brasileiro que tem como um dos seus pilares a conformação do Estado de quarto poder.

5.1. Violência e acumulação capitalista

O imperialismo e a dependência devem ser entendidos como faces de um mesmo processo, no qual a necessidade incessante do capital de se autovalorizar busca ser garantida. Assim, o capital imperialista dos países centrais busca garantir os processos de reprodução e acumulação de capital em forma crescente através de diversas estratégias, dentre elas, o direcionamento de capitais para os países dependentes em forma de investimento direto ou indireto, de empréstimos, de acordos bi ou multilaterais, dentre outros.

Como é sabido, as formações sociais dependentes, em especial as da América Latina, são inseridas no modo de produção capitalista através das estratégias imperialistas, impactando duplamente nessas formações: por um lado, externamente, ao demandar mercadorias específicas não manufaturadas; e por outro, internamente, ao (re)estruturar a organização social de tal maneira que dê conta dessas demandas. O que Theotônio dos Santos vai colocar como a *dialética entre o interno e o externo* é essa dupla dimensão dos impactos do imperialismo às formações sociais dependentes, pois elas “não podem ser reduzidas à determinação geral, mas,

ao mesmo tempo, não se pode perder de vista essa determinação geral do MPC” (Campos; Oliveira, 2023, p. 387).

Marx, ao explicar como as relações de produção tipicamente capitalistas se tornam hegemônicas ao ponto de constituir um modo de produção (em substituição ao feudalismo), explicita que a “coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador” (Marx, 2013, p. 983). Além dessa coerção muda, Marx afirma que “a violência extraeconômica, direta, contínua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente” (Marx, 2013, p. 983).

É importante ressaltar que o que Marx coloca como excepcional o é nas formações sociais de capitalismo central que estamos tratando-a como o *modo puro*. Resgato aqui uma análise realizada sobre a categoria *superexploração da força de trabalho* realizada por mim em uma palestra⁶⁸, no qual resgato a proposição de Marx sobre a reprodução normal (no *modo puro*) e atrofiada da força de trabalho e estabeleço a mediação entre a reprodução atrofiada à superexploração da força de trabalho nos países dependentes. Esse resgate se faz necessário à medida que algumas excepcionalidades trazidas por Marx são, por vezes, o *modus operandi* nos países dependentes.

Dito isso, concordamos com Marx sobre, no *modo puro*, não ser necessária a violência extraeconômica para se desenvolver as relações de produção, levando em consideração que o Estado consegue fazer cumprir essas relações sem necessariamente se utilizar da violência extraeconômica constantemente. Isso quer dizer também, que quando se faz necessário o Estado, como parte fundante do sociometabolismo do capital, assume as funções corretivas visando garantir a necessidade expansionista e acumulativa do capital.

Partindo da conformação do Estado dependente latino-americano exposta na seção 2, propomos que (assim como a reprodução atrofiada da força de trabalho é a normalidade nos países dependentes) a excepcionalidade do uso da violência extraeconômica é a normalidade nesses países. Campos e Oliveira corroboram nossa proposição ao afirmarem que

Na economia da América Latina, região dependente e em relação heteronômica com os países centrais, há uma tendência à ampliação da utilização da violência extraeconômica para a reprodução do capital baseada, sobretudo, na forma de violência estatal. *Faz-se assim, em nossa região, da violência forma de acumulação de capital* tanto para a burguesia nacional quando para a imperialista, amplificando o papel coercitivo e de controle

⁶⁸ No Seminário *O Capital em debate: fetichismo e teoria do valor-trabalho em Marx* realizada no dia 20 de outubro de 2020 e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9PFm0w-vDTk>

extraeconômico do Estado diante de suas debilidades estruturais (2023, p. 388, grifos nossos).

Marini já nos alertava sobre a necessidade do que ele chamou de *Estado forte* nos países dependentes para garantir as necessidades das burguesias imperialistas e das burguesias nacionais. Campos e Oliveira trazem aqui esses *modos operandi* de utilização da violência extraeconômica do Estado dependente latino-americano como necessário à acumulação do capital, ou seja, do uso da violência como forma de acumulação do capital.

Se pensarmos estritamente na indústria bélica, ela por si só já é um meio de reprodução e acumulação do capital, mas para fechar o ciclo de produção ela necessita de guerras constantes para a realização das suas mercadorias. Como país imperialista que detém a centralidade hegemônica do capitalismo mundial⁶⁹, os EUA criam guerras em diversos lugares do mundo não apenas para manter sua posição hegemônica mundial, nem somente para demonstrar seu poder bélico; é, também, para manter aquecida sua principal indústria, a bélica.

Ao se pensar na geopolítica latino-americana e o papel que o Brasil exerce nela através do subimperialismo, é necessário estar atento a “posição tomada por essa economia na cadeia de transferência de valor no mercado mundial e na maneira como essa posição afeta as relações internas dos países da região” (Campos; Oliveira, 2023, p. 388). Isso porque para além dos arranjos internos para reprodução e acumulação do capital, o Brasil exerce uma função subimperialista na região, buscando mecanismos de compensação para a sua condição em relação aos países imperialistas.

O principal mecanismo de compensação da perda de valor nas transações entre as economias centrais e periféricas trabalhado pela TMD é a superexploração da força de trabalho e o Estado dependente latino-americano tem exercido diversas funções para garanti-la e aprofundá-la, em especial após a implementação do neoliberalismo na região. Devido ao objetivo e ao espaço da tese não vamos desenvolver um debate sobre como a superexploração da força de trabalho é potencializada pelo Estado – esse debate está desenvolvido em um artigo a ser publicado na Revista *Estudios Latinoamericanos* no primeiro semestre de 2024⁷⁰.

No entanto, retornamos à superexploração porque ela juntamente à condição subsoberana e ao uso da violência extraeconômica compõem o cenário dos mecanismos de garantia das condições de reprodução e acumulação ampliadas do capital. Na hierarquia na qual

⁶⁹ A China vem cumprindo um papel cada vez mais ameaçador para essa posição dos EUA nas últimas décadas, mas essa guerra geopolítica ainda não suplantou a centralidade hegemônica estadunidense no capitalismo mundial.

⁷⁰ A ser disponibilizado no seguinte site: <https://revistas.unam.mx/index.php/rel>

se dispõem os Estados nacionais, cada um com sua particular formação social, sua forma de inserção no mercado mundial e suas dimensões políticas, étnico-raciais, patriarcais etc., é criada uma organização dentre tais Estados em que alguns assumem condição soberana e outros subsoberana, sendo estes subordinados ao imperialismo e às classes dominantes imperialistas.

Em relação ao uso da violência extraeconômica, “desde a acumulação originária até o presente, a subsunção do trabalho ao capital se dá ancorada no uso da força” (Campos; Oliveira, 2023, p. 391). No Brasil, uma das principais expressões da utilização da violência extraeconômica para a reprodução e acumulação de capital foi durante o período ditatorial (entre 1964 e 1985), pois nesse período as forças armadas operavam a violência estatal no controle da classe trabalhadora como força produtiva para garantir e reforçar a submissão da classe trabalhadora urbana e rural. A ditadura aparece, então, como uma experiência “bem-sucedida” do uso das forças armadas para favorecer a extração de sobretrabalho.

Durante o período da ditadura civil-militar brasileira a violência extraeconômica era maquiada pela falácia de desenvolvimento que contribuía para o aprofundamento da superexploração da força de trabalho. Vejamos como isso aparece nos programas de governo durante a ditadura militar, que adotou o planejamento como técnica e retórica para fortalecer o aparelho estatal e, conseqüentemente, favorecer e dinamizar a acumulação do capital.

Logo após o golpe de 1 de abril de 1964, duas medidas de reformas institucional foram tomadas para garantir que a ação governamental planejada não fosse prejudicada: a abolição dos partidos tradicionais e a revogação do poder do Congresso acerca do orçamento. Após isso, uma série de planos e programas foram propostos e postos em prática pelos governos militares, vejamos 8 deles⁷¹.

O primeiro deles foi o *Programa de Ação econômica do Governo: 1964-1966* que objetivava a estabilização financeira e a criação de condições econômicas propícias ao retorno do desenvolvimento econômico. Nas palavras de Ianni (2019), “tratava-se de acelerar ‘o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962-1963’. Para que isso passasse a ocorrer, no entanto, era indispensável ‘conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965’” (p. 30). As formas encontradas para isso foram: a política salarial (que condicionava os salários às exigências do mercado de combate à inflação) e o favorecimento do imperialismo (que estimulava a entrada de capitais estrangeiros e a cooperação técnica e financeira com as agências internacionais), que serviram de base para o lema do governo de Castello Branco “segurança e desenvolvimento”⁷². Já nesse primeiro

⁷¹ Cf. Ianni, 2019.

⁷² O binômio já apontado anteriormente.

programa fica evidente a submissão do Estado periférico brasileiro ao capital imperialista, garantindo a reprodução ampliada do capital

As *Diretrizes de Governo: 1967* foi o programa do início do segundo governo ditatorial, no qual estavam os objetivos básicos da política econômica, seguindo algumas diretrizes:

o desenvolvimento econômico impõe o fortalecimento da empresa privada nacional, sem qualquer discriminação em relação à empresa estrangeira [...]. Ao setor privado será assegurada a possibilidade de obter ou de gerar os recursos de que precisa para operar e expandir-se [...]. O governo está consciente da responsabilidade que lhe cabe quanto ao desenvolvimento social e à consolidação de uma infraestrutura que torne possível a expansão da atividade econômica [...] O Estado deverá ser extremamente cauteloso ao transferir recursos do setor privado – que é o mais dinâmico para o setor público, cuja dinamização só será possível intensificar, com a reforma administrativa [...]. (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral *apud* Ianni, 2019, p. 32)

Observa-se, portanto, que as diretrizes do governo de Costa e Silva procuravam investimentos lucrativos a qualquer preço.

O terceiro foi o *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1967-1976*, no qual eram estabelecidas as principais diretrizes da política de desenvolvimento econômico num período de dez anos, são elas: “a) a programação da produção, do consumo e dos investimentos da União [...] com identificação das respectivas fontes de financiamento, b) a definição dos critérios de ação indireta do governo federal através dos instrumentos institucionais de regulação econômica” (Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica *apud* Ianni, 2019, p. 33). Essas diretrizes tinham como objetivo “formar capital” no âmbito federal, estadual e municipal.

O quarto foi o *Programa Estratégico de Desenvolvimento: 1968-1970* que desnuda o comprometimento do Estado com o capital privado, retirando-se de áreas lucrativas e incentivando o investimento do capital privado. Um trecho desse programa ilustra bem esse movimento:

o reconhecimento da insuficiência das oportunidades de investimentos relacionadas com o setor externo (substituição de importações e expansão de exportações industriais) e com inovações tecnológicas e inversões de reposição para sustentar um crescimento rápido *desloca* a tônica dinâmica para os elementos decisórios, influenciáveis pelo setor público, como investimento público e incentivo públicos especiais para o investimento privado. (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral *apud* Ianni, 2019, p. 34, grifo nosso).

As Metas e Bases para a Ação do Governo: 1970-1971 é o quinto programa do governo da ditadura, no qual Médici estabeleceu um modelo brasileiro de desenvolvimento que garantiria a inserção do Brasil no rol dos países centrais. Com esse modelo foi criado o mito do *Brasil Potência* (que faz menção àquela terceira característica do fascismo que pontuamos páginas atrás), justificado pela propaganda imperialista do *Milagre brasileiro* – ganha ânimo nesse período a retórica da *integração nacional*, apelando para a seguinte análise:

Todo ‘sacrifício’ imposto ao povo brasileiro, em geral, e ao proletariado e campesinato, em particular, era visto pelos governantes e os seus funcionários como ‘preço’ do ‘milagre’, da ‘grandeza’. O que estava em causa, diziam, era a ‘criação de uma sociedade industrial nos trópicos’. [...] Para isso, abria-se ainda mais o país ao capital imperialista e acentuava-se, também a superexploração do proletariado e do campesinato. Havia um singular tropicalismo na ditadura fascistoide instalada desde 1964 (Ianni, 2019, p. 36).

O sexto é o *I Plano Nacional de Desenvolvimento: 1972-1974* criado a partir do sinal diplomático estadunidense acerca do possível lugar que o Brasil poderia ocupar de preferência de aliança em relação aos demais países da América do Sul. Essa possibilidade permite o aprofundamento do caráter repressivo da ditadura, que tem auxílio do imperialismo com o “anticomunismo”⁷³ (criação do inimigo da nação, uma das características do fascismo), e da dedicação estatal para a acumulação monopolista. Conforme Campos (*apud* Ianni, 2019) recomendava-se a

influência crescente do governo, mediante expansão de investimentos e uso da capacidade regulatória [...]. Promoção, pelo governo, das condições para a modernização dinâmica e competição, mediante incentivos ao setor privado e concessão de prioridades aos investimentos diretos em setores como educação, habitação, energia, transportes e comunicações. (p. 38)

Esse plano que fecha o governo Médici descreve bem o que Paniago (2012b) aponta como “liberdade crescente para o capital e austeridade e restrição para as demandas do trabalho” (p. 68), ficando nítido na famosa frase do Médici “O Brasil vai bem, mas o povo vai mal”.

O sétimo é o *II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975-1979* que marca o governo de Geisel. Apesar da crise que o sistema do capital entra na década de 1970 e dos impactos

⁷³ Nesse período acreditava-se que o regime ditatorial havia sido consolidado (adquirido estabilidade e que não precisaria ser substituído por outra forma de governo) devido à (falsa) supressão dos movimentos sociais.

particulares dessa crise no Brasil, Geisel vai dar continuidade à política econômica da ditadura de complementar os elementos reprodutivos materiais.

Utilização, para a aceleração do desenvolvimento de certos setores, de estruturas empresariais poderosas, como a criação de grandes empresas através da política de fusões e incorporações – na indústria, na infraestrutura, na comercialização urbana, no sistema financeiro (inclusive na área imobiliária) –, ou a formação de conglomerados financeiros, ou industriais-financeiros [...]. Decisão de absorver, complementarmente ao esforço interno, poupança, tecnologia e capacidade gerencial, sem as quais dificilmente construiremos, em prazo relativamente curto, uma potência industrial moderna. Aqui se coloca, obviamente, o problema de ajustar as multinacionais à estratégia nacional (República Federativa do Brasil *apud* IANNI, 2019, p. 39).

O oitavo e último foi o *III Plano Nacional de Desenvolvimento: 1980-1985* do governo de Figueiredo, no qual a preocupação central se divide entre a inflação e a dívida externa. Assim como Paniago (2012b) aponta sobre a submissão dos Estados periféricos a condições ainda mais desfavoráveis à travessia da crise, Ianni (2019) vai afirmar que a submissão do Brasil ao imperialismo obriga o governo militar a “desestatizar” a economia para que o capital privado ao assumir alguns setores diminua a inflação e possibilite o pagamento da dívida externa. Em outras palavras, o Estado beneficia tanto a capital nacional como o estrangeiro; quanto as demandas do trabalho, foram ignoradas.

Todos esses planos e programas apresentados aparecem como restritos ao campo econômico, porém o planejamento e a dominação perpassaram outros campos que também (e essencialmente) tinham como objetivo “assegurar e salvaguardar as condições globais da extração de sobretrabalho” (Paniago, 2012a, p. 81).

Campos e Oliveira contribuem nesse sentido ao afirmarem que “ao controlar violentamente a força produtiva e as relações de produção, o Estado possibilita a quebra de barreiras ao desenvolvimento pela conformação das condições político-econômicas para a superexploração da força de trabalho” (2023, p. 391). Ou seja, o uso da violência extraeconômica está diretamente relacionado à violência econômica, podendo até dizer que cumpre uma função essencial às condições econômicas dos países dependentes – o que demonstra uma *irrevogável relação recíproca* (Lukács, 2012, p. 310) entre elas e entre o capital e o Estado.

A violência estatal cria condições políticas para a superexploração da força de trabalho e, por conseguinte, o subimperialismo brasileiro se utiliza desse mecanismo além das suas fronteiras territoriais, levando a violência estatal brasileira ou contribuindo para a violência

estatal de alguns países latino-americanos com o intuito de criar condições políticas para o aprofundamento da superexploração da força de trabalho.

O monopólio da coerção que o Estado burguês tem não é à toa; afinal, o Estado burguês, como apontado na seção 2, tem uma relação de co-determinação com o capital. Logo, é razoável afirmar que o monopólio da coerção é do também do capital. Tendo o capital a necessidade incessante de autovalorizar-se, ele se utilizará de todos os mecanismos possíveis para garantir a extração de sobretrabalho, visando, no geral, reverter a tendência à queda da taxa de lucro e, em particular, retomar as taxas de lucro dos chamados anos dourados (central) e do período desenvolvimentista (dependente).

Vejamos, então, como a *irrevogável relação recíproca* entre as violências econômica e extraeconômica se desenvolvem no capitalismo dependente a partir de algumas constatações: sua condição estrutural, permanente e desigual. Primeiro porque a debilidade da burguesia nacional nas formações sociais latino-americanas necessita do uso da violência para a subsunção do trabalho ao capital nas condições de superexploração da força de trabalho, transformando esse mecanismo da violência não apenas em estrutural, senão que também permanente.

A condição de desigual do uso da violência se desnuda nos dados sobre violência em geral e estatal, no qual as pessoas pertencentes às frações mais exploradas da classe trabalhadora sofrem mais violência, bem como aquelas localizadas no lupemproletariado – ambas localizadas geograficamente nas periferias. Além dessa classificação, há também uma questão de gênero e étnico-racial que direciona o uso da violência extraeconômica⁷⁴.

É importante esclarecer que a violência extraeconômica direcionada a essas parcelas da população não é uma particularidade dos países dependentes, ela acontece com essas frações que vivem nos países centrais também – com o acréscimo da população imigrante. Porém, o que estamos ressaltando mais uma vez é que a excepcionalidade é, nos países dependentes, uma regra.

O recurso a violência extraeconômica é uma necessidade sistêmica, portanto estrutural, do capitalismo dependente. A violência e o genocídio continuam não porque a situação colonial não foi superada, mas sim porque não foram superadas as relações sociais que permanecem fazendo da violência uma força

⁷⁴ Esses temas foram desenvolvidos por Marina Gouvêa e Camila Rocha no artigo intitulado *Trabajo social y lucha antirracista, antipatriarcal y anti-imperialista: una actitud política necesaria*, no qual as autoras caracterizam a divisão sexual/cis-hetero-binário-generificada do trabalho, a divisão racial do trabalho e a divisão territorial/internacional do trabalho como dimensões indissociáveis da divisão social do trabalho no capitalismo. Disponível em: <https://revistasojs.ucaldas.edu.co/index.php/eleuthera/article/view/4238>.

produtiva. Assim como não há possibilidades de superar a situação de dependência pelo nacionalismo ou (neo)desenvolvimentismo, a violência, como seu corolário, também não pode ser superada estruturalmente sem a superação do sociometabolismo do capital (Campos; Oliveira, 2023, p. 392).

O Estado dependente latino-americano, cumprindo sua razão de ser, utiliza o monopólio da violência para tentar corrigir os defeitos estruturais e para garantir politicamente a reprodução e acumulação do capital, transformando a violência em produtora e reprodutora das condições às quais ela é consequência. Campos e Oliveira (2023) sintetizam a violência extraeconômica pelo papel que ela assume em:

a) submeter trabalhadores e trabalhadoras à venda da sua força de trabalho, superexplorando-a; b) realizar e/ou apoiar as expropriações de meios de vida e meios de produção, além de direitos, conhecimentos, técnicas e biodiversidade, reproduzindo em escala ampliada a separação entre controle, produção e consumo, transformando produtores (as) diretos (as) em vendedores de força de trabalho; c) garantir as condições políticas de reprodução do capital, submetendo politicamente o conjunto da classe trabalhadora e controlando ao máximo a revolta de classe; d) controlar as possibilidades de revolta e revolução, realizando a mediação da luta de classes através da violência direta (p. 393).

Como pontuado, isso não é exclusivo dos países dependentes, mas neles a violência é a mola propulsora do desenvolvimento capitalista nas suas formações sociais, ainda que respeitando as diferenças entre elas. A violência tem sido, em suas mais diversas variações, um sintoma da institucionalização da contrarrevolução na região, seja para garantir a superexploração da força de trabalho, seja para garantir a hegemonia burguesa.

A violência é, portanto, uma das faces da moeda subimperialista brasileira: ela aparece enquanto demanda da forma particular do capitalismo dependente brasileiro; ela dá vida ao Estado forte dependente brasileiro; ela subsidia o projeto de desenvolvimento; ela aparece nas legislações; ela se vivifica nas forças armadas e nos órgãos de segurança pública; ela aparece na realidade cotidiana do povo brasileiro.

A institucionalização da contrainsurgência através do Estado de quarto poder é a consolidação da violência como parte necessária aos processos de reprodução e acumulação do capital no Brasil. A mola propulsora do desenvolvimento capitalista brasileiro tem em sua base as frações trabalhadoras superexploradas dentro e fora do seu território devido o caráter subimperialista desse desenvolvimento – violência (extra)econômica para todos, esse é o lema.

5.2. Militarismo, armamentismo e acumulação

O armamentismo, ou melhor, todos os campos envolvidos na indústria bélica se tornam o ponto culminante do processo de militarização da América Latina a partir dos anos 1950-60, pois nessa época os detentores exclusivos deles (as forças armadas) tomaram para si a resolução das crises sociais. Então além do sobredimensionamento das forças armadas e da sua manifestação armamentista nos países dependentes, a militarização se aprofunda quando as forças armadas tomam para si essa tarefa.

Vargas (1984) indica quatro fatores da relação entre a militarização e a auto-responsabilização das forças armadas para a resolução da crise social: a) a função histórica das forças armadas nos países latino-americanos e o contraste com a atual conjuntura; b) a função ideológica imposta pelas próprias forças armadas a ela mesma na atual conjuntura; c) a autonomização delas no interior do Estado; d) a incipiente ou desenvolvida indústria bélica na América Latina.

O primeiro fator é de suma importância porque, de fato, as forças armadas têm uma função histórica nos países latino-americanos desde seus respectivos processos de independência política das suas metrópoles portuguesa e espanhola até os dias de hoje – com variação de intensidade das suas inserções. Nas palavras do autor,

Diferente de outras regiões, especialmente da Europa, as instituições armadas latino-americanas enfrentaram a tarefa de constituição do espaço territorial sobre o qual são fundadas as hegemonias originais. Por tais razões, são essas gestões militares os marcos constitutivos do ser nacional na quase totalidade dos países da região. Essa função histórica é reforçada pela extensão, em alguns casos, dos âmbitos territoriais de acumulação dos diferentes blocos no poder. Em consequência, as forças armadas conseguem desempenhar um papel histórico que a retórica ideológica conservadora utiliza ao confundi-los com os valores e elementos essenciais do ser nacional (Vargas, 1984, p. 191, tradução livre).

Desde o período colonial até os dias de hoje, as forças armadas (como cume do monopólio da violência do Estado burguês) exercem funções bélicas ou não visando garantir os processos de dominação e de expansão do domínio do capital. Inclusive se pensarmos na necessidade do capital da independência política em relação às suas metrópoles, vemos que o capital se utilizou das forças armadas para consolidação das relações tipicamente capitalistas na região, sendo mais ou menos usadas de acordo com o nível de organização social democrática-burguesa.

Assim, a função histórica das forças armadas apesar de ter um padrão mais ou menos em comum na América Latina, sofre variações a depender dos projetos de dominação dos países e da inserção destes na pirâmide geopolítica imperialista. Isso porque “o fenômeno armamentista começa a estar cada vez mais ligado às características que imprime à sociedade, diferente em cada caso nacional, a maior presença de elementos empresariais com aspirações hegemônicas ligadas a finanças nacionais ou internacionais” (Vargas, 1984, p. 192, tradução livre).

O processo de financeirização do capital interfere em todos os âmbitos, inclusive na relação entre forças armadas e as frações burguesas no poder dos Estados nacionais que, financeirizadas, buscarão garantir a reprodução desse tipo de capital seja através das indústrias bélicas, seja através da busca de novos territórios de realização – como é o caso do projeto subimperialista brasileiro. Vejamos como acontece essa relação entre os processos econômicos e políticos nacionais e essa fase de financeirização que impacta nas forças armadas.

Na fase de acumulação primário-exportadora-oligárquica, o projeto de dominação estava relacionado à soberania territorial, então as forças armadas atuavam para garantir um território livre e soberano, resguardando as fronteiras nacionais e os territórios locais para esse tipo de acumulação. Na fase industrial-desenvolvimentista-populista, acontece algo semelhante porque “manter as fronteiras econômicas, barreiras alfandegárias e aduaneira, era um elemento de sua relação com sua própria existência, êxito ou fracasso econômico” (Vargas, 1984, p. 192, tradução livre).

Nessas duas fases de acumulação os projetos de dominação requeriam das forças armadas ação (seja através das suas funções repressivas ou não) em relação às frações da classe trabalhadora, para ajustá-las às necessidades de cada fase de acumulação. Em outras palavras, as forças armadas deveriam garantir que as frações da classe trabalhadora estivessem completamente subjugadas ao capital para que o trabalho realizado de garantia das fronteiras de realização do capital corroborasse com os processos de nacionais de acumulação e dominação. Ou seja, as forças armadas cumpriam um papel fundamental para a reprodução e acumulação do capital nessas duas fases de acumulação.

Já nos anos 1970, com a crise estrutural do capital e as mudanças da nova fase de acumulação flexível-neoliberal, os países latino-americanos se veem imersos numa dinâmica econômica no qual os processos financeiros detêm a hegemonia em relação às atividades produtivas. Essa nova dinâmica implica processos de desindustrialização, desestatização e

reprimarização⁷⁵ das economias latino-americanas que fazem com que as frações burguesas nacionais que antes detinham hegemonia no bloco no poder ingressem num processo de adaptação e sejam paulatinamente substituídas⁷⁶ pelas frações financeiras.

No Brasil, o golpe civil-militar que instaura a ditadura pavimenta a presença do setor financeiro que leva a níveis superiores a transnacionalização da economia – como visto nos planos dos governos ditatoriais na subseção anterior. O regime civil-militar inicia um processo que segue até hoje mediante a participação do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) no financiamento de várias atividades no exterior e no processo de constituição de empresas privadas (como Odebrecht, Braskem, JBS, Vale, Bradesco, Itaú etc). As forças armadas cumprem, assim, um papel essencial nessa nova fase de acumulação e, em contrapartida, estabelecem um novo sistema de relações políticas que *redefine* a função castrense em relação ao novo projeto hegemônico de dominação.

A mudança para essa fase de acumulação altera consideravelmente a forma histórica que as forças armadas participavam nos projetos de dominação. A necessidade que o capital financeiro tem de superação das fronteiras e da dimensão territorial para sua dominação impõe essa mudança na função histórica das forças armadas, permanecendo sua função principal que é ser um instrumento facilitador dos processos de reprodução e acumulação do capital. Conforme Vargas (1984), “ao contrário dos outros projetos [...], para o empresariado financeiro o desejável é a plena mobilidade dos fatores de produção de modo que possam aproveitar cada uma das vantagens o que o mercado – nacional ou regional – lhes oferece, em especial o capital dinheiro do qual são seus principais possuidores” (p. 195, tradução livre).

Diferente das necessidades das fases de acumulação anteriores, aqui a questão territorial tão cara às forças armadas deixa de ter centralidade impondo a elas um paradoxo de difícil digestão: como o setor financeiro (e seu respectivo Estado) necessita de um mercado sem fronteiras, o que as forças armadas deveriam fazer? Nesse processo de questionamento da função histórica, as forças armadas acabam desenvolvendo suas próprias formulações e implementando seus próprios processos, em especial, a doutrina de segurança nacional.

⁷⁵ Esses processos acontecem de maneira diferente e em graus de intensidade diferente nos diversos países latino-americanos. Segundo Vargas (1984), “Para os [países] exportadores de matérias-primas e de manufaturas a inflação e recessão mundiais, e o neoprotecionismo, implicaram numa baixa dos seus fluxos de exportação, déficits de balança comercial e, em consequência, um crescente endividamento externo. No caso dos países exportadores de petróleo as limitações à sua industrialização, somadas no caso latino-americano às políticas livre-cambistas, não só inibiram tal opção industrialista como também produziram grandes déficits de balança comercial e de pagamentos que também acabaram com altos níveis de endividamento, tais são os casos do Equador, Bolívia, México e Venezuela” (p. 194, tradução livre).

⁷⁶ A substituição é uma das respostas associadas à crise estrutural do capital e, claro, não se dá por completo visto que a produção de mais-valia acontece sempre nas atividades produtivas.

Assim, a doutrina de segurança nacional se modifica já na ditadura e mantém sua vigência após ela. Segundo Vargas (1984), “a velha doutrina de segurança nacional que indicava os âmbitos necessários de ação castrense no nacional-civil deve caminhar para novos conceitos e estratégias que agora não provém desse campo, e sim que se originam das próprias forças armadas” (p. 195, tradução livre).

Isso, porém, não implica dizer que as forças armadas têm um campo ideológico próprio alheio aos processos de reprodução e acumulação de capital, afinal isso seria afirmar que esse campo superestrutural estaria desligado do campo estrutural. Quer dizer, tão somente, que a crise estrutural do capital impõe mudanças em todos os campos; não sendo as forças armadas uma exceção, ela deve ultrapassar sua função histórica que se relacionava com a territorialidade e adaptar-se aos padrões de reprodução e acumulação do capital financeiro.

Retomando a co-determinação entre capital e Estado e resgatando a informação que o Estado detém o monopólio da força, podemos inferir que as forças armadas (enquanto órgão do Estado) devem, sempre e quando seja necessário, refuncionalizar-se para que seus projetos se mantenham alinhados aos do capital. Como o capital financeiro mantém seu foco na posse de ativos monetários e reservas internacionais (e não necessariamente na propriedade de recursos naturais e produtivos), as forças armadas se veem obrigadas a refuncionalizar seu papel histórico.

Algo que contribui fortemente para essa adaptação das forças armadas é a perspectiva do setor financeiro sobre a relação entre gasto militar e investimento interno, pois como não veem contradição conduzem quantidades consideráveis de recursos monetários para as forças armadas – uma boa forma de incentivar a mudança, por um lado, e um bom investimento, por outro. Na década de 1970, o gasto militar no Brasil alcançou 23,8% (cf. Vargas, 1984), sendo possível somente porque houve uma redução nas atividades de investimento estatal em geral, seguido de uma redistribuição interna.

Assim, as forças armadas veem que sua atual ou potencial aliança com aqueles setores empresariais que vão adquirindo (ou já adquiriram) uma preeminência sobre o resto dos componentes do bloco no poder, passa por subsidiar o déficit ideológico que eles têm em relação às questões territoriais aproveitando as facilidades orçamentárias e de divisas que lhes outorgam. Em consequência, o aumento da importância das questões bélicas e dos problemas territoriais frente aos países vizinhos ou extracontinentais começa a ser um tema que as próprias forças armadas levantam como reafirmação de uma ausência de valor civil (Vargas, 1984, p. 196, tradução livre).

Dessa maneira, as forças armadas tentam não renunciar à questão territorial, ressignificando-a a partir da exclusividade da defesa territorial e da forma de executá-la através de uma massiva incorporação de armamento tecnológico sofisticado – conseguindo, assim, o apoio do setor financeiro que julga a indústria bélica como um excelente setor para investimento. No Brasil, devido ao seu projeto subimperialista, “a realização da sua [do setor financeiro] estratégia de desenvolvimento transnacionalizado faz com que a volatilidade das fronteiras provenha do fato econômico, [...] precisamente da possibilidade de acumulação que começa a integrar vários territórios através de ‘fronteiras vivas’” (Vargas, 1984, p. 196, tradução livre).

Em alguns países latino-americanos o balanço entre a manutenção da centralidade da questão territorial se mantém, porém não em todos, principalmente naqueles em que a burguesia nacional está vinculada mais estreitamente ao capital financeiro imperialista. Nesses, as forças armadas são levadas a centralizar seus acordos no incremento do poder bélico, seja ele ofensivo ou não.

No segundo fator da relação entre a militarização e a auto-responsabilização das forças armadas para a resolução da crise social, *a função ideológica imposta pelas próprias forças armadas a ela mesma na atual conjuntura*, Vargas trata do que ele chama de desestatização e privatização das economias nacionais, processo que para ele “se traduz numa transferência do poder político ao capital privado, agora sob a direção das altas finanças” (Vargas, 1984, p. 197, tradução livre). Para Vargas há o surgimento de novos projetos do setor financeiro imperialista que visam desestatizar as economias e o poder político.

Dada a discordância que temos da separação entre economia e poder político que resulta, nesse caso, numa falsa percepção de que antes do surgimento do capital financeiro o Estado pertencia a outra classe que não a do capital, decidimos seguir a análise do segundo fator citado por Vargas por outra linha – concordamos com a proposta do fator, mas não da análise desse fator desenvolvida pelo referido autor.

Para nós, *a função ideológica imposta pelas próprias forças armadas a ela mesma na atual conjuntura* se relaciona com a perda do seu lugar “central” dentro do Estado burguês brasileiro, seja porque sua função histórica deixa de ser imprescindível na nova fase de acumulação, seja porque elas não detêm mais o poder executivo após a redemocratização.

Por isso, a política de segurança nacional, lócus das forças armadas, entram em análise. Atento que não é somente na América Latina e que, tão pouco, surge na região; a revisão da política de segurança nacional surge enquanto demanda estadunidense (conforme explicitado na terceira seção) e sofre variações a depender das demandas do seu capital imperialista.

Pode parecer que falar em política de segurança nacional não tem nada a ver com a função ideológica das forças armadas, porém sua reformulação tem a ver com, e principalmente, a necessidade desse ator social em resolver a crise social. Se antes essa resolução passava pela defesa das fronteiras nacionais e não é mais possível, necessário ou eficaz essa solução, há então que se modernizar para que os *valores ideológicos íntegros, genuínos, puros, dignos e corretos contidos de pura honradez, lisura, honra e respeitabilidade* próprios das forças armadas consigam ser difundidos por toda a sociedade e, assim, haja a resolução da crise social – que estaria centrada, dentre outras coisas, na falta desses valores ideológicos.

Assim, esse segundo fator da relação entre a militarização e a auto-responsabilização das forças armadas para a resolução da crise social, *a função ideológica imposta pelas próprias forças armadas a ela mesma na atual conjuntura*, nos parece imprescindível para observar e analisar as legislações, PND e END brasileiras que trazem consigo e tentam imprimir esses valores das forças armadas na sociedade em geral.

Assim, apesar de discordar do entendimento sobre a desestatização e privatização das economias nacionais citadas por Vargas, entendemos que as privatizações desempenham um papel fundamental nas novas espoliações (acumulação de capitais), bem como na ampliação do poder das transnacionais. Ao passo que destacamos o processo de privatização também da esfera da segurança através das milícias (num nível interno) e dos exércitos mercenários (num nível externo) e que salientamos a injeção da *ideologia militar* fora dos quartéis.

No terceiro fator da relação entre a militarização e a auto-responsabilização das forças armadas para a resolução da crise social, *a autonomização delas no interior do Estado*, há que se analisar como as forças armadas veem o conjunto dos aparatos estatais como incapazes de resolver a crise social. Os projetos de dominação vinculados à fase desenvolvimentista tinham a capacidade de transformar, mesmo que aparentemente, os interesses deles em *interesses nacionais* e, nesse sentido, o papel de cada aparato estatal deveria estar alinhado a esses interesses nacionais.

Alinhada à análise de Bambirra sobre a construção do amálgama do poder (na segunda seção), consideramos que ao não conseguir manter o projeto de desenvolvimento nacional, as burguesias nacionais perdem na luta intraburguesa a direção do Estado e, com isso, perdem a capacidade de direcionamento das suas demandas internas – o que antes aparecia como interesse nacional a partir das frações burguesas nacionais se transforma em interesses do capital imperialista disperso entre os países.

Quando há a substituição do projeto nacional-desenvolvimentista pelo financeiro-neoliberal, com todo o novo arcabouço teórico-político que desmantela a anterior organização

dos aparatos estatais e lhes impõe uma ressignificação das funções e das ações, o conjunto dos aparelhos estatais vai se fragmentando e cada aparelho entra num processo de autonomização.

Esse processo não foi diferente com as forças armadas, afinal, como um desses aparelhos, elas precisaram buscar suas novas funções. No entanto, a particularidade da autonomização das forças armadas é a inserção da sociedade num processo de militarização. Esse não é um processo simples, então vamos tateá-lo a partir de alguns aspectos.

O primeiro deles é o aumento das verbas para a área da defesa a nível continental que possibilita um fortalecimento interno e um crescimento do número de militares; esses dois pontos do primeiro aspecto são importantes para se observar onde surge não apenas a grande capacidade de forçar um projeto de dominação próprio das forças armadas, mas também do potencial de criação desse projeto.

Quando se fala em projeto próprio das forças armadas se deve ter cautela para não o descolar da reprodução material objetiva. Por serem um ator social, não podem se desligar completamente, ao contrário, esse ator social busca se ligar às demandas da reprodução e acumulação do capital financeiro para que este siga direcionando uma crescente verba para a defesa. Se o novo projeto não contribuir para o capital, que sentido teria direcionar verba para ele? Ele deve, portanto, favorecer, beneficiar, possibilitar, proteger e apoiar o projeto de dominação da nova fração burguesa hegemônica, a financeira. Se voltarmos as PDN ou a EDN veremos que o alinhamento entre as demandas do capital e das forças armadas.

O segundo aspecto, também derivado do aumento de verbas, é a criação e/ou fortalecimento da indústria bélica em alguns países latino-americanos. Não à toa, a indústria bélica favorece não apenas o capital produtivo, como uma mera indústria do século passado. Quando o capital financeiro, simplificado como a fusão do capital produtivo e bancário, financia a indústria bélica é porque o domínio desse nicho possibilita o projeto imperialista e, numa escala menor, o projeto subimperialista⁷⁷.

A presença institucional das forças armadas na política nacional adquire uma força e uma permanência tal que dificilmente pode ser visto como um fenômeno transitório que pode ser devolvido ao passado sob a forma de uma pura e simples “volta aos quartéis”. Desde esse ponto de vista, a militarização

⁷⁷ Não estamos afirmando que há uma independência entre os projetos imperialista e subimperialista, nem tão pouco, afirmando que são idênticos. Se analisarmos a atual conjuntura geopolítica mundial em que há uma luta pela hegemonia imperialista entre EUA e China e, também, analisarmos o projeto subimperialista brasileiro, será possível observar pontos de alinhamento e de distanciamento entre Brasil e EUA e entre Brasil e China a depender das pautas a serem defendidas e às parcerias comerciais estabelecidas. Não entraremos no debate sobre a importância da China e dos seus projetos imperialistas próprios nessa tese porque seguiríamos um caminho diferente da presente proposta analítica.

responde a um processo de fortalecimento das instituições castrenses como consequência de um debilitamento dos projetos de dominação social (Vargas, 1984, p. 201, tradução livre).

Partindo dos dois aspectos apresentados e dessa contribuição de Vargas, podemos inferir que no caso brasileiro, o projeto subimperialista direciona a construção do projeto próprio das forças armadas, pois a autonomização prejudicaria tal projeto. Isso não implica, no entanto, que não houve/haja militarização no Brasil; ao contrário, a militarização é dirigida para o fortalecimento do projeto subimperialista na fase financeira-neoliberal transnacional.

Nota-se, portanto, uma diferença no processo de militarização geral dos países dependentes latino-americanos e do Brasil. Enquanto no geral as forças armadas se autonomizam buscando vinculação às burguesias financeiras internacionais, no Brasil o projeto subimperialista estabelece essa vinculação e direciona as ações das forças armadas para o fortalecimento, proteção e apoio do projeto de dominação próprio do país. Como anuncia Vargas (1984), “a autonomização dos aparatos estatais e, entre eles, das próprias forças armadas, tem como uma das suas consequências uma militarização do projeto nacional autoritariamente definido e seu apoio através de uma maior capacidade bélica” (p. 202, tradução livre).

O quarto e último fator da relação entre a militarização e a auto-responsabilização das forças armadas para a resolução da crise social é *a incipiente ou desenvolvida indústria bélica na América Latina*. Para analisá-la seguimos com o crescente destino de verbas para os militares, pois é a partir dos altos ingressos que o fenômeno armamentista pode ser desenvolvido. Segundo Vargas (1984), a partir dessas verbas

se incorporam novas e maiores quantidades de armas e sistemas de armamentos modernos. Esse fluxo de importações cria as condições para que se inicie a produção com licenças estrangeiras de algumas armas previamente importadas. Tal processo reforça as indústrias bélicas pré-existentes, como no caso argentino, ou ajuda a criar, como no caso brasileiro, chileno, peruano, colombiano e mexicano (p. 202, tradução livre).

Apesar da criação ter sido iniciada a partir do mesmo processo, seu desenvolvimento variou/a de acordo com a capacidade de realização dessas mercadorias, interna ou externamente. A realização externa muito tem a ver com as relações comerciais estabelecidas entre as economias, mas tem a ver também com os acordos geopolíticos da região que definem políticas de segurança transfronteiriça. Nesse sentido, dado o projeto subimperialista brasileiro,

a indústria bélica do Brasil teve uma capacidade de realização externa superior aos demais países da região.

Em relação à realização interna, ela é praticamente certa visto que existe um público-alvo bem delimitado, as forças armadas. Ainda que o fenômeno armamentista possa se expressar de modo independente ao processo de militarização, é este que vai garantir de modo geral a realização das mercadorias da indústria bélica – seja pelas próprias forças armadas, seja pela difusão político-ideológica de armamento para pessoas civis⁷⁸.

Essa indústria apresenta, portanto, um efeito econômico e ideológico. Em relação ao econômico podemos pontuar sobre o endividamento externo dos países latino-americanos para o custeio financeiro da indústria bélica que, em partes, é realizado através de empréstimos internacionais. Em relação ao ideológico, “o nacionalismo e outras ideologias militaristas, com suas derivações chauvinistas, justificam e estimulam o desenvolvimento das respectivas indústrias militares” (Vargas, 1984, p. 203, tradução livre); ao mesmo tempo, a questão ideológica aparece na camuflagem realizada para esconder a desvantagem dessas indústrias em relação às demais extracontinentais – as da região latino-americana apresentam efeitos econômicos negativos, pois precisam de consórcios e parcerias transnacionais, endividamento do Estado, subjugação ao capital estrangeiro e, ainda assim, é exibida como bem-sucedida.

O ciclo do capital descrito na primeira seção se mantém para a indústria bélica, pois não apenas a origem do dinheiro é estrangeira (que direciona todo o processo produtivo), como também a investigação e desenvolvimento de tecnologias não acontecem e precisam ser importadas, além do mercado interno para a realização das mercadorias ter a mesma debilidade das demais indústrias de bens de consumo. Assim como nestas, a indústria bélica se volta à produção de bens *suntuários* para as instituições militares que, por terem um alto orçamento, permite a realização das mercadorias.

A indústria militar do continente se em alguns casos represente uma importante entrada de divisas para determinados países, como no caso do Brasil que exporta quase um milhão de dólares anuais em armamento, só é possível a partir da existência de um poder comprador local ou mercado interno que lhe dá existência e a partir do qual se mantém. Não obstante, é esse consumidor suntuário o que está na base da rentabilidade aparente da indústria militar. Se fosse feito um experimento imaginário de suprimir a demanda interna das respectivas indústrias militares na América Latina por parte das suas forças armadas, poucas indústrias ficariam em pé (Vargas, 1984, p. 204, tradução livre).

⁷⁸ Esse processo de liberalização de armamento para pessoas civis passou a acontecer no Brasil principalmente durante o governo de Jair Bolsonaro – com inspiração na liberalização já existente nos EUA.

No caso brasileiro, a indústria bélica não vive apenas da exportação, vive principalmente das demandas internas das próprias forças armadas que empreitam missões dentro e fora das fronteiras territoriais brasileiras visando garantir as demandas do projeto subimperialista.

Assim, por um lado as ações de guerra subimperialistas são necessárias à indústria bélica para a realização das suas mercadorias, em que se pode observar uma relação de reciprocidade entre ambas; e são, por outro lado, indispensáveis para a geopolítica brasileira na região, pois dado que a exportação é, em geral, para os países da região (e do chamado sul global) ela também contribui para o projeto subimperialista brasileiro que acaba estabelecendo relações comerciais para a guerra e para a paz, como vimos nas situações descritas na seção anterior.

5.3. Neoimperialismo, subimperialismo e Estado de quarto poder

Um último debate do qual não podemos fugir e que nos parece essencial para finalizar essa tese é sobre o neoimperialismo, pois ele corrobora com o papel subimperialista e a conformação do Estado de quarto poder brasileiros. Valencia (2019) afirma que a teoria do imperialismo “permite compreender os fundamentos teóricos, materiais, políticos e geoestratégicos de sua existência no século XXI, seus antecedentes históricos e os elementos e características de sua constituição na realidade contemporânea” (p. 87).

Lenin analisa o imperialismo de seu tempo, ou seja, o imperialismo desde finais do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX. Porém, com a virada imperialista após os anos dourados/gloriosos, o imperialismo toma uma nova roupagem, assim como o sistema capitalista como um todo e, por isso, se faz necessário analisar as novas características que o imperialismo adquire, sendo o neoimperialismo um tipo de “formação econômico-social, política, tecnológica, cultural e militar do sistema capitalista globalizado” (2019, p. 92).

Vejamos as sete características desenvolvidas por Valencia:

1. O predomínio do capital fictício. Esse tipo de capital não produz riqueza, apenas lucros para os possuidores desse capital; dessa maneira, esse tipo de capital é o responsável pelas baixas taxas de crescimento do atual regime de acumulação flexível-neoliberal.
2. A manutenção do poder militar imperialista norte-americano ligado aos imperialismos da Europa e do Japão. Esse poderio é utilizado, em geral, na periferia do capitalismo – a exceção da Ucrânia devido a luta entre Rússia e Estados Unidos.

3. A manutenção da condição dos países dependentes como exportadores dos itens básicos necessários à manutenção da expansão imperialista, são eles: “produtos agrários, minerais e de força de trabalho, [...] mercadorias industriais (majoritariamente manufaturadas por empresas estrangeiras), assim como transfere enormes recursos de riqueza material (petróleo, ferro, gás, gado, água, recursos florestais, marinhos e agrícolas), monetários e financeiros” (2019, p. 93).

Essa terceira característica dialoga com o que Marini havia abordado sobre a manutenção da condição de dependência. Mesmo com as mudanças do neoimperialismo, a etiqueta que nos foi imposta de país dependente segue sendo reforçada: o processo de industrialização iniciado nos anos 1930 sofre inicialmente uma desaceleração e depois uma mudança de ramos para garantir o fornecimento das mercadorias necessárias à exportação de produtos manufaturados com baixa tecnologia – sem exclusão das *commodities* que são as mercadorias básicas de baixo valor agregado e com preços definidos em bolsas de valores. Essas mudanças da indústria são acompanhadas de uma expansão do setor agrário e mineral, também para a exportação só que de matérias-primas e produtos agrários para o consumo seja das indústrias seja das populações dos países de capitalismo central.

A essas duas mudanças, podemos acrescentar a privatização total ou parcial de empresas e indústrias estratégicas, como as de energia, petróleo e gás, entregando ao capital transnacional imperialista os setores mais dinâmicos dos países dependentes que perdem total ou parcialmente os lucros (que eram parcialmente utilizados em políticas sociais) e se transformam em reféns das políticas econômicas desses capitais.

Todos esses impactos refletem diretamente na reprodução social das classes trabalhadoras⁷⁹ que sofrem o aprofundamento da superexploração da força de trabalho que, assim como o neoimperialismo, adquire novas nuances desde a *uberização*⁸⁰, passando por

⁷⁹ O impacto da superexploração vai além da reprodução biológica, pois a reprodução social das classes médias sofre impactos que a direcionam não aos projetos das classes trabalhadoras e sim aos projetos das classes dominantes. Isso pode ser observado no processo de direitização que os governos latino-americanos sofrem após a onda progressista dos anos 2000.

⁸⁰ Em parceria com Liana Barradas publicamos um artigo intitulado *A superexploração dos trabalhadores de aplicativo*. Nele partimos da centralidade do trabalho na vida social e da absorção da força de trabalho desempregada ou subempregada pelas plataformas digitais (popularmente conhecidos/generalizados como aplicativos) para debatermos como a superexploração dos trabalhadores de aplicativo aprofundam os mecanismos de exploração da força de trabalho e cria outros mecanismos que levam ao consumo do fundo de vida dos trabalhadores e para demonstrar a tendência à uberização das relações de trabalho nos países da periferia do capitalismo. Disponível para download em: <https://www.cal.iel.unicamp.br/wp-content/uploads/2021/05/coronavirus-e-a-crise-do-capital.pdf>

reformas trabalhistas que permitem o *salário por peça* e a insalubridade dos locais de trabalho até chegar no rebaixamento animalesco das classes trabalhadoras.

4. A revolução informática que aprofunda os processos de centralização e concentração de capitais nas mãos dos poucos multibilionários. A aceleração da circulação de capitais e a valorização deste provoca “intensas ondas de fusões e aquisições de empresas, ativos, força de trabalho, meios de produção e consumo” (Valencia, 2019, p. 93). Essa característica mantém e aprofunda a dependência dos países da periferia do capitalismo.
5. A dificuldade de manutenção de tropas militares que garantam de modo eficaz e vantajoso à expansão e a dominação de territórios.
6. O perigo latente de guerra nuclear.
7. O neocolonialismo dependente que através de forças militares anexa países e territórios para operarem a favor dos interesses do imperialismo estadunidense. Como aponta Mészáros, o que está em jogo agora é “o controle de sua [planeta] totalidade por uma superpotência hegemônica e militar, com todos os meios – ainda os mais autoritários e, se for necessário, os militares mais violentos – à sua disposição” (*apud* Valencia, 2019, p. 98). Salientamos, no entanto, que na dimensão subimperialista o neocolonialismo dependente pode operar a favor dos interesses chineses, dentro da guerra entre China e EUA pela hegemonia capitalista mundial.

Essas características demonstram a complementaridade entre capitalismo e imperialismo, formando um amálgama entre as demandas de reprodução ampliada do capital e as demandas pontuais de acumulação de capital. Nesse mesmo bojo, a dependência representa uma parte necessária no desenvolvimento desigual e combinado que também compõe o amálgama de poder. Este, um complexo de complexos, respeita ao mesmo tempo a hierarquia de capitais e a dialética entre o interno e externo.

Dadas essas características do neoimperialismo, vamos retomar os conceitos de contrainsurgência e estado de quarto poder para entender como essas características do neoimperialismo corroboram com o papel subimperialista brasileiro.

Como trabalhado anteriormente, Marini entende que o *Estado de Contrainsurgência* é a configuração do Estado durante o período da ditadura civil-militar e que, logo após o final desse período (com a redemocratização em 1985) se origina uma nova configuração de Estado, a do *Estado de quarto poder*, no qual as forças armadas cumprem um

papel de vigilância, controle e direção sobre o conjunto do aparato estatal. Esta característica estrutural e de funcionamento do Estado não será senão o resultado do avassalamento do aparato estatal pelas Forças Armadas (para além das estruturas próprias da democracia parlamentar que este ostenta) e do ordenamento legal de origem militar imposto à vida política, em particular das leis de segurança nacional (Marini, 1980, *online*, tradução livre).

É importante atentar para o fato de que o *Estado de quarto poder* é concomitante à democracia, esta descrita por Marini como *democracia restrita*; e que só foi possível o retorno a ela, sob essa nova forma, devido à “constante pressão e chantagem dos militares latino-americanos para garantir e manter sua influência, *status* e determinação institucional nos assuntos do Estado como condição para alcançar a transição à democracia” (Valencia, 2019, p. 223, grifos do autor).

Portanto, a democracia restrita foi construída no Brasil através de uma transição pactuada, na qual “a política econômica não mudou [e] as Forças Armadas mantiveram intacta sua capacidade de intervenção política que, mais tarde, foi sendo reduzida progressiva e parcialmente” (Salles *apud* Valencia, 2019, p. 223). O processo de manutenção do poder foi pontuado na seção anterior ao abordarmos sobre a assembleia constituinte e as estratégias militares para manutenção do seu poder.

Como descrito nos textos legais e por Natália Viana (2021) esse compromisso se sustenta até hoje, seja por não terem sido julgados pelos crimes que cometeram durante a ditadura civil-militar (e continuarem sem julgamento civil até hoje), seja por estarem respaldados legalmente para seguirem com seus crimes, seja, ainda, por atualizarem sua política e estratégias de defesa quadrienalmente para seguirem com sua capacidade de intervenção política – alinhadas às variações no projeto de desenvolvimento subimperialista brasileiro.

É importante ressaltar que a manutenção desse compromisso não acontece apenas por uma demanda/exigência das forças armadas, pois, como pudemos observar ao longo dessa tese, a co-determinação entre capital e Estado em sua particularidade brasileira dependente necessita garantir as condições objetivas e subjetivas para a reprodução e acumulação do capital e, para isso, se faz necessário garantir as condições de segurança e desenvolvimento do projeto de desenvolvimento subimperialista brasileiro – a institucionalização da contrainsurgência aparece como saída mais apropriada para esse fim.

Valencia (2019) apresenta uma grande contribuição para essa análise da relação entre o Estado de contrainsurgência, o Estado de quarto poder e o subimperialismo, defendendo que o subimperialismo é “uma forma particular que assume a economia dependente, para além do regime militar que imperou no Brasil nos anos da ditadura tecnocrático-militar” (p. 228). De

modo didático, Valencia historiciza tais temáticas: “o Estado de contrainsurgência no caso do Brasil [...] corresponde ao período da ditadura militar [...], enquanto que para a fase de democratização, tal Estado se converteu em um *Quarto Poder*. Enquanto isso, o subimperialismo cobre ambos os períodos históricos até os dias de hoje” (2019, p. 227-228).

Diagrama 1 – Subimperialismo no Brasil



Fonte: Valencia, 2019, p. 228.

Concordando com Valencia e respeitando a diferença entre Estado e governo, entendemos que o Estado burguês democrático de direito é o que se tem de modo generalizado-padrão na atual conformação capitalista ocidental. Na particularidade brasileira dependente, essa conformação não anulou o subimperialismo nem o Estado de quarto poder – que assume formas e intensidades diferentes a depender dos governos.

O padrão de reprodução e acumulação do capital dependente, em sua dialética entre o interno e o externo, permite e, no caso brasileiro, exige que o Estado que lhe corresponda seja *forte* o suficiente para reproduzir o subimperialismo – ainda que o *forte* advenha da institucionalização da violência e da contrainsurgência e do aprofundamento dos processos de militarização e armamentismo. Nesse sentido, as características do neoimperialismo, em sua totalidade, corroboram com essa conformação subimperialista do Brasil.

Zibechi (2012) apontou que “no final de 2004 o Estado Maior do Exército enviou quatro oficiais superiores ao Vietnã para aprender as técnicas guerrilheiras com as quais as forças armadas derrotaram os Estados Unidos três décadas atrás” (p. 103, tradução livre). O general Claudio Barbosa Figueiredo, que foi ajudante do marechal Costa e Silva durante a ditadura civil-militar, assumiu o Comando Militar da Amazônia em fevereiro de 2003, assim que Lula assumiu seu primeiro mandato presidencial, e encabeçou essa missão no Vietnã – ficou à frente desse comando até maio de 2006, continuidade desse general não é apenas um mero indício.

O objetivo de Figueiredo nessa missão seria o de desenvolver no Brasil a *estratégia de resistência*, ou melhor, redesenhar a estratégia construída em 1998, conforme Zibechi (2012). O primeiro texto teria sido construído a partir das preocupações advindas da queda do Muro de Berlim e da hegemonia unilateral estadunidense no mundo, com interferências diretas em várias

partes do globo, inclusive com interesse nas riquezas amazônicas e com a construção de bases militares no entorno brasileiro.

Nesses anos começou a ser desenvolvida a ideia de que uma potência tecnologicamente superior poderia invadir parte da Amazônia, para se apropriar das suas reservas comprovadas de metais estratégicos (como o nióbio, usado na indústria aeronáutica), além da água, o que levou o Comando Militar da Amazônia a realizar treinamentos na perspectiva da guerrilha e, mencionar, já em 2001, a necessidade de contar com a participação da população na Estratégia de Resistência (Bandeira *apud* Zibechi, 2012, p. 105, tradução livre)

O imperialismo estadunidense sempre causou desconfiança às Forças Armadas brasileiras, ainda mais após o fim da Guerra Fria e, mais ainda, com a crescente presença militar dos EUA na Colômbia, Equador e Peru justificada pela guerra ao narcotráfico e o combate à guerrilha nesses países. Além desses países, os EUA passaram a ocupar no começo dos anos 2000 as “bases de Guantánamo (Cuba), Fort Buchanan y Roosevelt Roads (Porto Rico), Soto Cano (Honduras) y Comalapa (El Salvador); e as bases aéreas recentemente criadas de Manta (Equador), Reina Beatriz (Aruba) y Hato Rey (Curaçao)” (Zibechi, 2012, p. 105, tradução livre). Segundo o nosso autor, a “Colômbia se converteu no meio da década de 2000 no quarto receptor de ajuda militar dos Estados Unidos no mundo, depois de Israel, Egito e Iraque; e a embaixada em Bogotá é a segunda maior no mundo, logo da do Iraque” (Zibechi, 2012, p. 105, tradução livre).

O avanço da presença militar dos EUA na América Latina e, em especial, no entorno brasileiro fez com que as forças armadas brasileiras demonstrassem sua capacidade de instalar suas próprias prioridades, inclusive num momento em que os governos neoliberais debilitavam o aparato estatal e reduziam a verba para a defesa, como nos primeiros governos após a redemocratização.

Na década de 1990 foram produzidas fortes discrepâncias entre os militares e os governos neoliberais devido ao debilitamento da indústria bélica brasileira que nas décadas de 1970 e 1980 chegaram a produzir cerca de 70% dos equipamentos utilizados pelas forças armadas, devendo começar a importar desde carros de combate (que antes exportava) até pólvora, capacetes e bazucas (Zibechi, 2012, p. 105, tradução livre).

O interessante é que a combinação entre o “nacionalismo” das forças armadas e a vinculação entre o Consenso de Washington e a implementação do neoliberalismo na América Latina direcionam as forças armadas brasileiras para um *front anti-imperialista*, ou melhor, um *front subimperialista*. Culpar os EUA, o FMI e o BM pelo debilitamento da indústria bélica brasileira, levou ao fortalecimento do vínculo entre as forças armadas e o projeto de desenvolvimento subimperialista brasileiro.

Segundo Zibechi (2012), no ano de 2000 o presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso se contrapôs ao Plano Colômbia (proposta do então presidente dos EUA, Clinton) que visava o envolvimento do exército brasileiro no combate às drogas na Colômbia. Em resposta a esse Plano, o Brasil colocou em marcha o Plano Cobra (iniciais de Colômbia e Brasil), objetivando evitar que a guerra colombiana atingisse a Amazônia brasileira, e o Plano Calha Norte que objetivava evitar que os guerrilheiros e narcotraficantes cruzassem a fronteira.

Semelhante a forma de ocupação do entorno russo prévio à atual guerra entre Ucrânia e Rússia, as forças armadas brasileiras perceberam a ocupação estadunidense no entorno brasileiro a partir da década de 1990 e mudou sua posição de satélite subordinado aos EUA para uma posição de *fortalecimento de autonomia*. As forças armadas brasileiras saem da centralidade do poder executivo, mas seguem alinhadas ao projeto de desenvolvimento da nação, o *Brasil Potência*⁸¹.

Assim, a *guerra às drogas* se tornou a desculpa tanto imperialista como subimperialista para alimentar a indústria bélica. Destacamos o papel que a China desempenha para o fortalecimento do subimperialismo brasileiro ao ser um contraponto hegemônico dos EUA e ser aliado geopolítico do Brasil. Segundo Sampaio (*apud* Zibechi, 2012, p. 107, tradução livre), “É uma disputa [entre EUA e Brasil] pela hegemonia regional. Brasil não quer mais ser um satélite nessa constelação bélica patrocinada pelos americanos”. As alianças formadas pelo MERCOSUL e pelo BRICS vêm fortalecendo o papel subimperialista do Brasil na região latino-americana, em especial no cone sul.

Partindo da análise das legislações e, em particular, da criação da PND, concordamos com Zibechi (2012) quando ele afirma que “houve uma confluência entre o projeto regional e global defendido pelos governos do PT e as velhas aspirações nacionalistas das forças armadas,

⁸¹ Zibechi (2012) apesar de não se utilizar da terminologia *subimperialismo*, se alinha ao proposto nessa tese sobre o avanço subimperialista brasileiro (para ele *novo imperialismo*) na região latino-americana. Ele realiza uma sistematização sobre tais avanços no Paraguai, Bolívia, Equador, Argentina e Venezuela, demonstrando como o Brasil está construindo seu “quintal” e como esse movimento caminha para um processo de criação de novos centros e novas periferias.

o que lhes permitiu construir uma sólida aliança que vai muito além da conjuntura política para se projetar nos objetivos de longo prazo” (p. 107, tradução livre).

Isso não quer dizer em hipótese alguma que o PT é o responsável pela aliança entre as forças armadas e o Estado; quer dizer tão somente que a conformação que o Estado tomou no Brasil a partir (e não somente) dos governos petistas⁸² possibilitou o resgate da centralidade de um projeto de desenvolvimento nacional subimperialista compatível com os velhos propósitos nacionalistas das forças armadas – que foram se modificando para seguir com tais aspirações.

O progressismo encabeçado pelo PT que se propõe no início dos anos 2000 a retomar o desenvolvimentismo do século passado, dá novas características a ele (e por isso uma parcela de estudiosos passaram a chamar neodesenvolvimentismo) incorporando-o ao projeto subimperialista e agregando as forças armadas enquanto uma das bases fundamentais para o alcance dos objetivos neodesenvolvimentistas.

Dito isso, finalizo retomando dois componentes básicos do subimperialismo pontuados por Marini: “por um lado, uma *composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais* e, por outro, o *exercício de uma política expansionista relativamente autônoma*” (Marini, 1977b, *online*, tradução livre, grifos nossos). Esses dois componentes desnudam a relação umbilical entre o econômico e o político, pois ao levar em consideração a necessidade de expansão do capital e a particularidade do capitalismo dependente, propicia a construção de um projeto de desenvolvimento durante a ditadura civil-militar (o *Brasil Potência*) e sua permanência mesmo após a redemocratização.

A manutenção desse projeto de desenvolvimento (com seus ajustes conjunturais posteriores) só foi possível porque o subimperialismo é também política, com projetos de desenvolvimento, dominação e subordinação. E *ser também política* implica em carregar as características do Estado burguês dependente, implica em carregar a formação sócio-histórica do Brasil e implica em carregar as forças armadas de modo tutelar – mantendo a coparticipação com o capital, agora financeiro. Em outras palavras, o subimperialismo como projeto de desenvolvimento nacional demanda um Estado de quarto poder.

⁸² Os governos entre a redemocratização e o ano de 2003 (quando iniciaram os governos petistas) tentaram implementar a cartilha do Consenso de Washington tal qual ela foi criada e isso gerou não apenas um recuo do papel das forças armadas, como também um recuo do projeto subimperialista brasileiro. Houve, sim, políticas econômicas para a valorização do capital global, mas não vinculadas ao projeto subimperialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou entender o Estado brasileiro em sua atual conformação, no qual as forças armadas exercem uma espécie de quarto poder. Partindo do pressuposto da co-determinação entre capital e Estado, iniciamos buscando diferenciar o que chamamos de *forma pura* da *forma particular latino-americana* tanto da produção do capital como do Estado que lhes correspondem.

A partir disso chegamos numa caracterização do Estado dependente brasileiro que, além das peculiaridades que compartilha com os demais países dependentes latino-americanos, desnudou um aspecto específico dele, o subimperialismo. Então além do Estado dependente *forte* como os demais países latino-americanos⁸³, o Estado brasileiro em seu amálgama de poder construiu um projeto de desenvolvimento próprio que, inspirado nos preceitos imperialistas, se direciona à conversão de outros territórios em núcleos de acumulação também, ainda que subordinados.

Esse projeto próprio de desenvolvimento é um *projeto de potência* (do *Brasil Potência*) que parece ter saído tão somente das mentes das forças armadas, simplesmente pelo fato de ter sido construído inicialmente durante a ditadura civil-militar. No entanto, é McNamara quem estabelece a relação entre o desenvolvimento econômico e a segurança, criando o binômio *segurança-desenvolvimento* que incita a construção dos *projetos de potência* latino-americanos cujo vislumbre era o de que “as ditaduras militares elevassem os interesses da burguesia à categoria de interesses nacionais e que sua política de potência promovesse no plano internacional esses mesmos interesses” (Marini, 1985, *online*).

Esse projeto inicial tinha como base o *Estado de contrainsurgência* (que é um Estado conjunto da burguesia e das forças armadas), no qual o Conselho de Segurança Nacional é o órgão chave por coincidir os interesses dos setores militar e econômico. O esquema econômico-político implementado pelo golpe de 1964 consagra a fusão dos interesses dos militares e do grande capital; para Marini, esse esquema é o subimperialismo: “a forma que o capitalismo dependente assume ao chegar na etapa dos monopólios e do capital financeiro” (1971, *online*, tradução livre).

O subimperialismo tem, inicialmente, como principal eixo a questão do mercado, afinal a indústria nacional de bens duráveis não conseguia realizar sua mais-valia devido à

⁸³ O desenvolvimento desigual e combinado determina a estrutura e as superestruturas. Assim, nem todos os países latino-americanos tiveram um processo de industrialização como os países de tipo A e, conseqüentemente, nem todos os países conseguiram criar posições geopolíticas como o Brasil. Nesse sentido, as funções das forças armadas variam e, atualmente, somente no Brasil as forças armadas adquiriram funções de quarto poder.

insuficiência do mercado interno – constituído pelas frações trabalhadoras superexploradas. A resolução do esquema subimperialista para criação de um dinamismo do mercado interno *sui generis* foi criar

mediante a transferência de ingresso das camadas mais pobres para as camadas médias e altas, a fim de garantir o mercado para uma indústria altamente tecnificada, que se divorcia cada vez mais das necessidades de consumo das grandes massas. *O capitalismo brasileiro é um monstro, mas um monstro lógico: se o consumo popular não serve à realização do que os setores mais dinâmicos da indústria produzem, pior para o consumo popular; o capital seguirá sua acumulação prescindindo dele* (Marini, 1971, online, grifos nossos).

E assim o capitalismo brasileiro segue a lei geral da acumulação capitalista descrita por Marx n' *O capital*: de um lado os trabalhadores que produzem e não têm acesso aos bens produzidos e do outro lado a burguesia (em suas diversas frações) que se apropria, acumula e consome da mais-valia produzida pelos trabalhadores.

A *Aliança para o progresso* apesar de estabelecer uma sociedade com o capital estrangeiro para saída da crise e estabilização econômica, não muda o lugar de realização da mais-valia produzida internamente: o Brasil seguiu/e dependendo do mercado externo e do gasto público para a realização. O Estado teve/m que investir em setores de ponta (como a indústria bélica) ou realizar projetos de infraestrutura e teve/m que incentivar a exportação de bens sejam eles manufaturados ou não – mesmo que isso impacte diretamente no consumo interno.

O Estado aparece, então, como essa válvula de escape que, apesar de parecer ter um limite de consumo, se utiliza dos gastos militares que não têm limites. Como diria um ditado popular brasileiro, *é juntar a fome com a vontade de comer*: fusão perfeita entre os interesses das elites militares e do capital nacional e estrangeiro que resulta numa solidariedade mútua, a base da militarização do capitalismo brasileiro. Marini apresenta um dado importante sobre isso:

A verba militar brasileira de 1970 foi da ordem de 700 milhões de dólares, ou seja, 17,3% da verba federal total. Se são acrescentados os gastos com a polícia militarizada, a cifra chega a 1.000,5 milhões de dólares, equivalente a quase metade da renda recebida no ano pelas exportações. Isso impulsionou um notável incremento da produção de armamentos no país, principalmente na indústria naval e aeronáutica (1971, online, tradução livre).

Todo esse gasto militar tem como objetivo a guerra mesmo. Por isso que a ditadura militar brasileira buscou, em todos os seus governos, atuar em diversas frentes de guerra seja no próprio continente, seja em outros. A guerra é uma necessidade econômica do capitalismo em geral, mas *se transforma em um setor estratégico do capitalismo dependente latino-americano* para conseguir manter a realização da mais-valia do setor industrial.

Karl Marx afirma categoricamente (no clássico capítulo 23 *A assim chamada acumulação primitiva*) que a categoria violência é “uma potência econômica” (Marx, 2013, p. 821) à medida que as expropriações, colonizações e opressões compõem o conjunto de violências necessárias para a consolidação e desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital. Castelo (2021), ao citar algumas obras de Engels e Marx, afirma que “a crítica da economia política registra a centralidade da violência estatal na transição histórica entre modos de produção e na consolidação e manutenção da ordem dominante nas sociedades de classe” (p. 97).

A violência aparece para nós em duas dimensões: interna e externa, como pudemos observar nas legislações, documentos oficiais e relatos jornalísticos sistematizados na quarta seção dessa tese. Além disso, a violência é demonstrada como “potência econômica”, seja pelo desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos das forças armadas; seja pela indústria bélica ser uma das que não sofreram (ou a que menos sofreu) os processos de desnacionalização, desindustrialização e reprimarização como as demais indústrias; seja, ainda, pela militarização da vida social que permite a institucionalização da contrainsurgência.

Apesar da origem histórica do conceito de subimperialismo postulado por Marini remontar o período da ditadura empresarial-militar brasileira de 1964 a 1985 (em que houve uma união entre as demandas da burguesia nacional e internacional com demandas de uma parcela reacionária da população, como pudemos ver logo acima), esse conceito vai além desse momento histórico, caracterizando o “atual padrão de reprodução capitalista dependente sustentado na produção-exportação de matérias primas (soja, ferro, aço) e com uma forte dependência da China” (Valencia, 2019, p. 112).

Como bem ilustrado no diagrama 1 (p. 146), mesmo com o fim da ditadura militar o subimperialismo continuou, por um lado, aprofundando internamente os três fundamentos da dependência (quebra do ciclo do capital, superexploração da força de trabalho e ausência de mercado interno significativo) e, por outro lado, expandindo externamente os territórios para anexação e subjugação de formações sociais completas às necessidades de reprodução e acumulação do capital financeiro.

O sistema sociometabólico do capital é um sistema necessariamente mundializado, não pode deixar nenhum rincão do globo sem os processos de subsunção formal e real do trabalho. É para satisfazer a necessidade incessante de autovalorização do valor que o imperialismo surge enquanto, parafraseando Lenin, fase superior do capitalismo.

Numa outra dimensão do imperialismo, o subimperialismo se apresenta para “indicar a especificidade que assume em países como o Brasil no contexto mundial e regional em seus processos de acumulação e de reprodução do capital, de suas relações internacionais e político-sociais” (Valencia, 2019, p. 106). O subimperialismo brasileiro demanda, por isso, um Estado forte o suficiente para colocar em prática a economia e a política subimperialista, que aja nos dois polos do binômio segurança-desenvolvimento.

O subimperialismo aparece como o projeto de desenvolvimento nacional brasileiro à medida que a estrutura e as superestruturas por um lado caminham no processo de expansão e internacionalização do capital, expandindo o centro de acumulação de capital brasileiro para outros núcleos de acumulação subordinados a ele. E, por outro lado, estruturam a superestrutura particular que é o Estado de tal maneira que consiga abstrair os interesses pontuais das frações burguesas e consiga consolidar o projeto *Brasil Potência*.

Se por um lado os acordos multilaterais e organismos internacionais garantem a atuação subimperialista brasileira na região latino-americana, a institucionalização da contrainsurgência através da constituição do Estado de quarto poder vem, por outro lado, consolidando a manutenção desse projeto de potência através da segurança – interna e externamente. Assim, o Estado de quarto poder é instaurado após a redemocratização não apenas para manter as forças armadas no poder, mas para que elas, refuncionalizadas, direcionem todo o seu aparato tecnológico, estratégico e bélico ao projeto subimperialista – é importante, entretanto, ressaltar que ao mesmo tempo que há uma inter-relação entre o Estado de quarto poder e o subimperialismo, há também uma certa autonomia, vide as ações das forças armadas que não necessariamente contribuem para o subimperialismo.

Finalizamos essa tese com a esperança de contribuição para o debate latino-americano sobre o papel que as forças armadas vêm executando em cada formação social da região e para o debate sobre o Estado brasileiro. Nos propomos e trabalhamos estabelecendo mediações entre o capital e o Estado com o intuito de superar a dicotomia entre ambos, de localizar a violência como *potência econômica*, de problematizar o monopólio da violência como monopólio do capital e de desnudar a normalidade latino-americana, em especial a brasileira, da violência extraeconômica como uma violência que é econômica também.

O Estado de quarto poder brasileiro só existe porque é funcional e necessário ao projeto de desenvolvimento nacional subimperialista. Funcional e necessário tanto no plano econômico como no plano político. Funcional e necessário para a reprodução e acumulação do capital do atual regime de acumulação.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4 edição revisada. Florianópolis: Insular, 2019.

BETIM, Felipe. **UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio**. Rio de Janeiro; 11 de março de 2018; https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

BICHIR, Máira Machado. **A questão do Estado na teoria marxista da dependência**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – São Paulo, 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm

BRASIL. **Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016**. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm

BRASIL. **Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%2097%2C%20DE%209%20DE%20JUNHO%20DE%201999&text=Dispõe%20so bre%20as%20normas%20gerais,o%20emprego%20das%20Forças%20Armadas.

BRASIL. **Lei Complementar n. 117, de 2 de setembro de 2004**. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp117.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%20117%2C%20DE%202%20DE%20SETEMBRO%20DE%202004&text=Altera%20a%20Lei%20Complementar%20n,para%20estabelecer%20novas%20atribuições%20subsidiárias.

BRASIL. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm

BRASIL. **Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END)**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf/view

CAMPOS, Gustavo de Aguiar; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. **Acumulação como violência, violência como acumulação: o Estado e o capitalismo dependente.** *Revista Katalysis*, v. 26, n. 3, set-dez, p. 386-395, 2023. ISSN 1982-0259.

CASTELO, Rodrigo. **A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil.** *Temporalis*, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 94–109, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p94-109. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36372>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CLASEN, Bruno *et al.* **O avanço da inteligência nos conflitos da quarta geração.** S/D. Online. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/oa_avanco_daa_inteligencia_nosa_conflitosa_daa_quartaa_geracao.pdf

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, 1984. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal 2.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. Tradução revista por Aristides Lobo.

LUCE, Mathias Seibel. **Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?** *Trabalho, educação e Saúde*, Rio de Janeiro, Volume 11, Número 1, p. 169-190, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100010>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Os economistas.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Tradução de Florestan Fernandes.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução e notas Nélcio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. Coleção Marx-Engels.

_____. **O capital.** Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>

_____. **O capital.** Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017. *Online.*

MARX, Karl; ENGELS, FRIEDRICH. **O manifesto do partido comunista.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARINI, Rui Mauro. **El subimperialismo brasileño**. Documento de trabajo. Centro de Estudios Socio-Económicos, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile, 1971. Disponible em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1207>.

_____. **Dependencia y subimperialismo en América Latina**. Fuente: Suplemento Cultural de Siempre!, n. 1030, México, 21 de marzo de 1973. Entrevista realizada por Luis Ángeles. *Online*.

_____. **¿Hacia una “democracia viable” em América Latina?** México: El Sol de México, 1976.

_____. **El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile**. México, D.F.: Era, 1976b. Disponible em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=3165>

_____. **Brasil: el subimperialismo en la encrucijada**. Fuente: El Sol de México, México, 3 de febrero de 1977a. *Online*.

_____. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. *Cuadernos Políticos*, número 12, editorial Era, México, D.F., abril-junio, 1977b, p. 20-39, *online*.

_____. **Estado y crisis en Brasil**. *Cuadernos Políticos*, n. 13, Ediciones Era, México, p. 76- 84, julio-septiembre, 1977c. Disponible em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1305>

_____. **El Estado de Contrainsurgencia** In: Cuadernos Políticos, México, Ediciones ERA, n. 18, Outubro-Dezembro, 1978, p. 21-29.

_____. **Reedición de “El Principito”: Las dictaduras hacen girar el sol**. El Universal, 25 de enero de 1978[a]. Disponible em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=725>

_____. **La cuestión del Estado en las luchas de clases en América Latina**. Cuaderno 44, Serie Avances de Investigación, Centro de Estudios Latinoamericanos, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1980. Disponible em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/1980/01/1-La-cuestión-del-Estado-en-las-luchas-de-clases-en-América-Latina.pdf>

_____. **Geopolítica latino-americana**. Fuente: Arquivo Pessoal de Marini depositado no Programa de Estudos de América Latina e Caribe – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ca. 1985.

_____. **O ciclo do capital na economia dependente**. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI et al. **El Estado en América Latina** (mesa redonda). *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, n. 82, p. 9-47, octubre-diciembre, 1975.

_____. **La cuestión del fascismo en América Latina**. *Cuadernos Políticos*, n. 18, p. 13- 34, octubre-diciembre de 1978. Disponible em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1015>

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrolabilidade do Capital**. 2 edição. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SANTOS, Theotônio dos. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Editora vozes: Petrópolis, 1991.

_____. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Subimperialismo e dependência na América Latina: o pensamento de Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

VARAS, Augusto. **Estado y fuerzas armadas em América Latina: economía y político de la militarización y el armamentismo**. *Iztapalapa Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, Ciudad de México, n. 10-11, p. 187-205, enero-diciembre, 1984.

VIANA, Natalia. **Dano colateral: a intervenção dos militares na segurança pública**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo**. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2012.